

CÉLIA BENEDITA BRAGHINI DAVID

**INDÍCIOS DE AUTORIA EM TEXTOS DE VESTIBULANDOS: A
constituição do sujeito cidadão em contexto escolar**

Dissertação apresentada à Universidade de Franca como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marina Célia Mendonça

FRANCA

2000

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CÉLIA BENEDITA BRAGHINI DAVID

INDÍCIOS DE AUTORIA EM TEXTOS DE VESTIBULANDOS: A
constituição do sujeito cidadão em contexto escolar

COMISSÃO JULGADORA DO PROGRAMA
DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA

Presidente: _____
Profa. Dra Marina Célia Mendonça
Universidade de Franca

Titular 1: _____
Profa. Dra. Jauranice Rodrigues Cavalcanti
PUCCAMP/METROCAMP

Titular 2: _____
Profa. Dra. Maria Regina Momesso
Universidade de Franca

Franca, 21/08/2009

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

***DEDICO** este trabalho a Ester, ao Marco Túlio e a Eloíse e ao meu
esposo, José Editis, razões que encantam de amor o meu coração.
~~Aos meus pais, meus primeiros mestres~~*

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua luz em todos os momentos de minha vida;
à minha orientadora, Profa. Dra. Marina Célia Mendonça, pela bondade e paciência constantes;
à FECOM, Fundação Comunitária de São Sebastião do Paraíso – MG, pelo apoio e motivação;
à Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso – MG, especialmente, a Ana Rose, exemplo de dedicação e humanidade;
aos meus filhos, pela colaboração e felicidade que proporcionam;
ao meu esposo, pelo carinho, desprendimento e presença companheira;
aos meus pais, pelo amor e sabedoria.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

RESUMO

DAVID, Célia Benedita Braghini. **Indícios de autoria em textos de vestibulandos: a constituição do sujeito cidadão em contexto escolar.** 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

Neste trabalho, analisamos a autoria em produções textuais de vestibulandos, candidatos aos cursos oferecidos por uma faculdade de Minas Gerais. Foram selecionadas, de um total de 164 redações que compõem o nosso *corpus*, 10 para análise. O tema para a produção textual em questão foi relacionado à prática do consumo de álcool por jovens e adolescentes. Sustentam teoricamente nossa pesquisa os estudos de Bakhtin e seu Círculo sobre a linguagem. O estudo dos gêneros do discurso empreendido por esse autor nos permitiu compreender que o enunciado possui um acabamento estético dado pelo autor-criador (que não é o autor-escritor), o qual espera uma atitude responsiva do leitor e em função dela dá o acabamento estético ao enunciado. Na constituição dialógica do enunciado, o autor-criador interage dialogicamente com as memórias do passado e a por vir. É nesse sentido que concebemos o autor das produções textuais analisadas – em diálogo com o contexto social que lhe exige uma atitude cidadã, incluindo nesse contexto as instituições familiar e escolar, esse autor dá o acabamento estético a seu enunciado, no caso, sua redação. Realizamos uma revisão bibliográfica sobre estudos bakhtinianos e sobre a questão da cidadania na sociedade brasileira. Analisamos qualitativamente o *corpus*, tentando compreender como os sujeitos se constituem autores-criadores nas suas produções textuais. Como esses autores-criadores se constituem no diálogo com a memória que fala sobre ser cidadão na escola? Como eles se constituem como tal no diálogo com o avaliador, na antecipação de sua compreensão responsiva ativa? Nosso objetivo foi investigar esses aspectos nos textos em questão. Sendo o tema da proposta que dá origem aos textos analisados relacionado diretamente à questão da cidadania e da responsabilidade social – o consumo de álcool por jovens e adolescentes –, investigamos: a relação do autor-criador com a ideia de “atitude responsável e cidadã”; com a ideia da necessidade de intervenção social, como propõe o critério de correção da prova de redação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); com os valores ideológicos colocados em cena quando se fala em cidadania hoje no Brasil. Obtivemos como resultado a percepção do papel da escola como propagadora das ideologias instituídas. Ideologias traduzidas sob a forma de responsabilidade social e moral nas relações dos cidadãos. Os valores de cidadania se manifestam no ato do autor-criador ao vislumbrar o seu leitor, o corretor da redação. As vozes dialógicas do passado e as por vir (que materializam os valores ideológicos da atitude cidadã) dão um acabamento no enunciado desse autor pressupondo a resposta de seu destinatário.

Palavras-chave: análise do discurso; autoria; redação escolar; cidadania; estudos bakhtinianos.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

ABSTRACT

DAVID, Célia Benedita Braghini. **Indícios de autoria em textos de vestibulandos: a constituição do sujeito cidadão em contexto escolar.** 2009. 117f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.

This work, we analyzed the authorship in textual productions of candidates for courses offered by a college in Minas Gerais. Among 163 essays that compose our *corpus*, ten were selected. The theme for the textual production in question was related to the practice of the alcohol consumption by youngsters and adolescents. Bakhtin and his Circle about the language support theoretically our research. The study of the kinds_of speech undertaken by this author has allowed us to understand that the enunciation has an esthetic finish given by the author-creator (who isn't the author-writer), who waits a responsive attitude of the reader and in function of her give the esthetic finish to the enunciation. In the dialogical constitution of the enunciation, the author-creator interacts dialogically with the past memories and with the future ones. Along those lines we conceive the author of the textual productions analyzed – in dialog with the social context which demands him a citizen attitude, including in this context the familiar and scholar institutions, this author gives the esthetic finish to his enunciation, in that case, his essay. We did a bibliographic revision about studies of Bakhtin and about the citizenship in the Brazilian society. We analyzed the quality of the corpus, trying to understand how the individuals constitute themselves authors-creators in their textual productions. How do they form themselves as authors-creators in the dialog with the memory that talks about being citizen at school? How do they form themselves in the dialog with the evaluator, in the anticipation of their active responsive comprehension? Our objective was to investigate those aspects in the texts in question. Being the theme of the proposal that gives origin to the texts analyzed related directly to the question of the citizenship and of the social responsibility – the consumption of alcohol by youngster and adolescents – we investigated: the relation of the author-creator with the idea of “ citizen and responsible attitude”; with the idea of the necessity of social intervention, as the criterion of the test correction of the ENEM's essay proposes (Exame Nacional do Ensino Médio - National Test of High School); with the ideological values placed on stage when we talk about citizenship nowadays in Brazil. We had as a result the perception of the school's role as propagator of the ideologies constituted. Ideologies translated on a way of social responsibility and moral in the citizens' relationships. The citizenship's values demonstrate in the author-creator's act when the reader is delighted with the work, the speller of the essay. The dialogical voices from the past and the ones that will come (Which materialize the ideological values of the citizenship attitude) give a finish in the enunciation of this author presupposing the answer of their addressee.

Key words: speech's analysis; authorship; scholar essay; citizenship; bakhtinianos' studies.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 DIALOGISMO, ENUNCIADO, ENUNCIÇÃO E AUTORIA: A PERSPECTIVA BAKHTINIANA	15
1.1 DISCURSO, IDEOLOGIA E INTERAÇÃO SOCIAL	17
1.2. O SENTIDO DO DISCURSO.....	32
1.3 ENUNCIADO E GÊNERO DO DISCURSO EM BAKHTIN	35
1.4 A AUTORIA SEGUNDO BAKHTIN	50
2 APONTAMENTOS ACERCA DO CONCEITO DE CIDADANIA	55
2.1 A CONSTITUIÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO NO BRASIL COLONIAL E REPUBLICANO	59
2.2 O SENTIDO DE CIDADANIA EM DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	71
2.3 A CIDADANIA EM DOCUMENTOS BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS	74
2.3.1 A Constituição de 1988	74
2.3.2 Lei de diretrizes e bases (LDB)	79
2.3.3 A cidadania em contexto escolar: o caso do ENEM	84
3 O AUTOR-CRIADOR EM REDAÇÕES DE VESTIBULAR: O SUJEITO CIDADÃO EM CONTEXTO ESCOLAR	88
3. 1 A CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL DAS DISSERTAÇÕES: O PONTO DE VISTA EXPRESSO NA CONCLUSÃO	89
3.2 O DIÁLOGO COM A COLETÂNEA, COM AS VOZES SOCIAIS E COM O INTERLOCUTOR: ASPECTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DO TEMA E AOS VALORES INCORPORADOS PELO AUTOR-CRIADOR.....	90
3.3 O ESTILO DO ENUNCIADO: OSCILAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CIDADÃ DO AUTOR-CRIADOR	96
CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	104

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

INTRODUÇÃO

Esta pesquisadora é uma professora que trabalha com produção de texto com alunos de Ensino Médio e de graduação. No Ensino Médio, atendemos uma clientela de escola pública localizada em São Sebastião do Paraíso no Estado de Minas Gerais.

Há vinte e dois anos em contato com a realidade desses alunos da rede pública de ensino, sentimo-nos tão apreensivas quanto eles quando o assunto é a produção de texto. A questão se agrava no momento em que o aluno chega à 3ª série, pois se defronta com o dilema do vestibular e com a prova do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Em ambas as avaliações, a redação é fator importante para a aprovação. Torna-se urgente, nesse contexto, saber produzir um texto considerado bem estruturado e que possa fazer sentido para o leitor-professor, de acordo com as ideologias que circulam na escola. Foi com a intenção de refletir melhor sobre o ensino de produção de textos que direcionamos nossos estudos para a análise de um gênero escolar.

No nível do ensino universitário, nosso trabalho é ministrar aula na disciplina de Língua Portuguesa no 1º ano de Ciências Contábeis na Libertas Faculdades Integradas, uma instituição localizada na mesma cidade. Também nesta Instituição trabalhamos com a produção e leitura de textos de diferentes gêneros, principalmente aqueles mais voltados à área contábil.

A nossa intenção é a de realizar um trabalho voltado ao ensino de produção de textos sob um gesto de análise que se inspira em textos produzidos por alunos do Ensino Médio e reflete, primordialmente, sobre produções de vestibulandos quando do Exame de Vestibular-2008 da Libertas Faculdades Integradas, São Sebastião do Paraíso –MG. Não estamos necessariamente nos referindo ao trabalho de uma mesma clientela ou dos mesmos autores, pois são poucos os alunos que migram dessa escola pública para a Libertas Faculdades Integradas. Essa Instituição recebe alunos advindos de escolas públicas e particulares da cidade e circunvizinhas.

Aproveitamos, portanto, o nosso olhar que reflete a experiência do ensino de redação nos diferentes níveis. Relatamos, em forma de depoimento, nesta introdução, parte dessa nossa experiência a qual nos conduziu a esta pesquisa. Quando do trabalho com

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

produção de texto com alunos do Ensino Médio, chamou-nos atenção o tratamento temático que os alunos davam a textos que tematizavam questões relativas ao meio ambiente, diretamente relacionadas à responsabilidade do sujeito-cidadão. A fim de exemplificar esse tratamento, citamos dois textos dissertativos produzidos em sala de aula, em uma escola pública do interior de Minas Gerais. O assunto que serviu de base para a escrita dessas redações foi a questão da preservação ambiental, tema que transita nas mídias e também no contexto escolar, fazendo parte de discussões em todas as disciplinas do Ensino Médio.

O primeiro texto segue transcrito a seguir, sem qualquer alteração.

Meio – Ambiente

O que posso dizer sobre o meio-ambiente? Bom, o que posso dizer é o que se passa em jornais, revistas, rádio e TV, enfim tudo o que se passa nos meios de comunicação é o que eu sei, não procuro pesquisar sobre isso, e, sinceramente o que vejo nos jornais sempre fica por lá, e com certeza, é o que acontece com a maioria da população.

Sempre vemos nos jornais a seguinte notícia: “Precisamos reverter essa situação, em anos não teremos mais meio-ambiente.” Todo mundo espanta ao ver isso, mas é só sair na rua que a sua consciência vai embora, você vai chupar uma bala e sempre joga o papel no chão.

Enfim, a conclusão desse assunto é simples, ninguém vai fazer alguma coisa pra reverter este processo, e, em alguns anos não teremos outra saída, a não ser ir embora deste planeta que tanto amamos.

O texto acima apresenta um locutor que, primeiramente, revela-se irresponsável, indiferente quanto à destruição ambiental. Isso se manifesta em enunciados do primeiro parágrafo: “O que posso dizer sobre o meio-ambiente? Bom o que posso dizer é o que se passa em jornais, revistas, rádio e TV, enfim tudo o que se passa nos meios de comunicação é o que eu sei, não procuro pesquisar sobre isso, e, sinceramente o que vejo nos jornais sempre fica por lá”.

Esse locutor, no final do primeiro parágrafo, identifica-se com a maioria da população em seu estado de despreocupação com a destruição ambiental. Essa identificação autoriza a leitura, no segundo parágrafo, de que o locutor que enuncia “Todo mundo espanta ao ver isso, mas é só sair na rua que a sua consciência vai embora, você vai chupar uma bala e sempre joga o papel no chão” identifica-se como esse “todo mundo”, mantendo ainda sua perspectiva de locutor/enunciador irresponsável. Temos um locutor que se posiciona contra o que as instituições esperam que ele faça.

Mas ao mesmo tempo, o locutor que enuncia nesse texto parece realizar uma autocrítica a partir do segundo parágrafo, enquadrando-se eticamente no papel social exigido pela instituição – é preciso considerar aqui a quinta competência exigida na avaliação do

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

ENEM, discutida no Capítulo 2 desta dissertação, a qual exige do aluno que, ao propor solução para o problema abordado, mostre respeito aos valores humanos e considere a diversidade sociocultural brasileira. Nesse sentido, os enunciados “Precisamos reverter essa situação, em anos não teremos mais meio-ambiente” e “em alguns anos não teremos outra saída, a não ser ir embora deste planeta que tanto amamos” podem ser interpretados como exortações para a mudança de atitude da maioria da população e de si, visto que o locutor se identifica com essa população.

Podemos defender que, nesse caso, temos um sujeito que oscila entre um posicionamento e outro, não se “encaixando” nas expectativas daquele professor que espera do aluno um comportamento de sujeito-cidadão. Vejamos um segundo texto, escrito por outro aluno no mesmo contexto:

Inevitável

É flagrante a destruição que cresce aceleradamente dia após dia ao nosso ambiente. Tantas são as medidas preventivas, mas sabemos que não vamos conseguir evitar o aquecimento global. Se tomássemos providências de imediato, apenas vamos amenizar o que ainda está por vir.

Está nos noticiários da tevê e dos jornais, nas revistas e internet: tempestades, secas, enchentes, furacões, tufões, espécies desaparecendo... Mesmo com tanta informação, a maioria das pessoas ainda continua poluindo. Indústrias emitindo gás carbônico, espécies desaparecem em ação do ser humano com desmatamentos e queimadas. Assim como Newton provou que para toda ação uma reação existe, o homem se auto-destrói com as próprias mãos, pois o mundo em que vivemos está perto do fim. É preciso que o ser humano se desperte para a realidade. Não poluir ruas nem águas; economizar água e energia; separar lixo; evitar a emissão de gases; evitar queimadas e desmatamento e plantar árvores. Isso é preservar o meio ambiente e por conseqüência, a vida. Só assim iremos amenizar aquilo que já é provável e que já estamos sentindo: o aquecimento global.

Diferentemente do primeiro exemplo, esse segundo texto tem um locutor que apresenta seu compromisso social desde o início: “É flagrante a destruição que cresce aceleradamente dia após dia ao nosso ambiente”. “É preciso que o ser humano se desperte para a realidade.” Mantém, ao longo do texto, o mesmo discurso sócio-ideológico que se enquadra na quinta competência da avaliação do ENEM. Esse locutor faz proposta de intervenção na realidade, como esperado pela instituição, no último parágrafo.

Esse é um exemplo de sujeito-cidadão que assume uma postura ideológica exigida no contexto institucional em que se realiza esse discurso. Trata-se do aluno cidadão esperado pelo Estado e que, ciente de seus direitos, propõe ações que permitem sua realização, no caso, o direito à vida digna em um mundo ameaçado pela falta de “consciência ecológica”. Essa

relação entre a quinta competência da avaliação e a cidadania está presente no discurso sobre ensino de redação, como se vê a seguir:

Ao desenvolver a questão apresentada, o candidato deve incluí-las em um contexto de diversidade cultural e respeito aos valores humanos e apresentar propostas de intervenção solidária na realidade, que é a competência V. Isso significa pensar em cidadania. E ser cidadão é refletir sobre os problemas que afetam a sociedade, desenvolver uma opinião e procurar soluções. Fazendo isso, o candidato alcança os cinco tópicos propostos pelo Enem e, segundo Lima, “dá um passo para participar da sociedade do futuro” (LIMA, 2009).

A competência V avaliada pelo ENEM nas redações exige um sujeito que esteja como vimos, aberto a aceitar a diversidade cultural e a respeitar os valores humanos, ao mesmo tempo exige que apresente propostas de intervenção solidária na realidade. Mesmo que esse sujeito seja uma manifestação necessária e desejável em nosso contexto sócio-histórico, não é possível deixar de perceber que essa competência inclui nos critérios de correção o que se chama de “correção ideológica”.

Assim, a instituição escolar, ao exigir uma opinião tida como ética daquele que escreve, não está aberta para ouvir o outro, mas somente para receber desse outro uma imagem de si.

Acreditamos que uma reflexão, nesse contexto, do sentido de “cidadania” faria uma contribuição para os estudos do discurso-cidadão: é o sujeito que ocupa um lugar numa democracia, um lugar de quem tem direitos (é o sujeito de direito), mas também um lugar de quem tem deveres a cumprir. O sujeito-cidadão, nesse caso, teria o dever de “reproduzir” ideologicamente os valores impostos a ele, ser “politicamente correto”. Como a autoria se manifesta nesse contexto histórico, nas produções textuais escolares, é assunto que parece interessante que seja discutido. É nesse contexto que se insere nossa pesquisa.

Utilizamos como *corpus*, nesta dissertação de Mestrado, redações de vestibular do ano de 2008 da Libertas Faculdades Integradas, conforme já esclarecido anteriormente. Nosso objetivo é refletir sobre o discurso da responsabilidade social presente nos textos em que o candidato assume uma atitude ética e cidadã esperada pela instituição escolar e pela sociedade. Ou seja, a questão-problema que mobiliza este estudo é: Como o discurso sobre cidadania em contexto escolar interfere na autoria dos textos que constituem o *corpus* da pesquisa?

A prova de redação do vestibular de 2008 da Libertas apresentou como tema: “Álcool e jovens: Desesperança ou destemperança” e trouxe dois textos de apoio para que o

candidato redigisse uma dissertação. Trata-se, como se vê, de tema diretamente relacionado à questão da cidadania.

O processo seletivo contou com a participação de 274 candidatos para os cursos de Direito, Enfermagem, Administração, Ciências Contábeis e Sistema de Informação. Desse total, tomamos 164 redações para a nossa reflexão inicial (60% do total dos textos), das quais analisamos, nesta dissertação, 10. A seleção feita partiu da reflexão de como os sujeitos se constituem como autores-criadores nessas produções textuais que nos pareceram significativas no *corpus*.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

a) Investigar se o vestibulando se coloca como autor cidadão, no caso sujeito responsável em relação ao tema “consumo de álcool”. Se sim, o que significa ser sujeito-responsável nesse contexto?

b) Refletir sobre a constituição do sujeito-cidadão, no contexto escolar, em relação às ideologias que se materializam nas instituições sociais – ideologias que formam a consciência desse sujeito em formação. Nesse aspecto, interessa, por exemplo, a ideia de que é preciso fazer propostas de intervenção social, como propõe critério de correção da prova de redação do ENEM.

c) Observar se o tema de redação proposto no vestibular que leva à produção dos textos analisados nesta pesquisa conduz o autor a adotar determinadas posições ideológicas ou a desenvolver o tema segundo um trajeto temático específico.

No Capítulo 1, resenhamos textos fundamentais de estudos bakhtinianos, os quais dão sustentação teórica à nossa reflexão. Foram lidas obras do Círculo de Bakhtin – Bakhtin (1992, 2002) – bem como de autores brasileiros que seguem a mesma orientação teórica – Fiorin (2006), Brait e Melo (2005), Faraco (2005), Cereja (2005), Miotello (2005), Marchezan (2006). Bakhtin estuda, primordialmente, a questão do diálogo que se materializa nas atividades interativas, nos gêneros do discurso, e que constitui os sujeitos. Em nosso *corpus*, encontramos o diálogo do sujeito com os discursos e ideologias que se materializam nas instituições, principalmente na escolar. Como esse estudioso apresenta estudos sobre a importância do autor para a realização do enunciado, assumimos aqui esses estudos para desenvolver nossa análise – acreditamos que eles fornecem ferramentas suficientes para que esta se dê.

Para esta pesquisa, percorremos alguns caminhos para refletir sobre como foi constituída a cidadania em dicionários e em fontes bibliográficas na área de História. Fizemos um levantamento bibliográfico de estudos de alguns pesquisadores brasileiros acerca do

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

conceito de cidadania em documentos históricos, na Constituição de 1988 e na LDB. Desenvolvemos, ademais, uma discussão do conceito de cidadania como é hoje conduzido no contexto escolar e como ele é avaliado nos exames oficiais escolares (ENEM e Exames Vestibulares). Essa abordagem do conceito de cidadania encontra-se no Capítulo 2 desta dissertação, em que são resenhados autores como Fernandes (2002), Nunes (1996), Lagazzi (1996), Guimarães (1996), Indursky (1996).

A abordagem do *corpus* foi realizada com uma análise qualitativa. Procuramos, em nosso *corpus*, aspectos de como os sujeitos se constituem como autores-criadores nos textos analisados: como eles se constituem como autores criadores no diálogo com a memória (com o já-dito) sobre ser cidadão na escola? Como eles se constituem como tal no diálogo com o outro-leitor-avaliador, na antecipação de sua compreensão responsiva? Procuramos responder a essas questões a partir da análise realizada no capítulo 3.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

1 DIALOGISMO, ENUNCIADO, ENUNCIACÃO E AUTORIA: A PERSPECTIVA BAKHTINIANA

Para falarmos da vida de Bakhtin, seria necessário um capítulo à parte tendo em vista existência e produção científica do pensamento filosófico da linguagem. Destacamos que o filósofo não teve uma vida muito fácil, sofreu privações financeiras e teve a saúde bastante fragilizada em razão de uma doença óssea. Mesmo assim, não se furtou a uma vida intelectual rica e produtiva. E sua produção foi marcada por intensa atividade de reflexão e escrita que o projetou como um dos grandes pensadores do século XX.

No Brasil, muitos estudiosos de Bakhtin e seu Círculo fazem pesquisa para as diferentes áreas do conhecimento. Muitas são as traduções, os ensaios interpretativos e o pensamento bakhtiniano circula nos conceitos, nas noções e nas categorias. Todo o conhecimento adquirido nas pesquisas aparece não só no enfrentamento da linguagem, em áreas específicas, mas também nas áreas transdisciplinares como: educação, pesquisa, história, antropologia, psicologia.

Portanto, pensou-se em organizar uma obra em que se pudesse reunir informações a respeito do autor e de sua obra. Participou da empreitada o grupo de estudiosos Beth Brait, Adail Sobral, Paulo Rogério Stella, Rosineide de Melo, William Cereja, Carlos Alberto Faraco, Irene Machado, Paulo Bezerra e Valdemir Miotello. Pensaram inicialmente em organizar um glossário tradicional constituído por verbetes. Mas essa ideia logo foi abaixo, tendo em vista a infinidade de termos em que

[...]apontando uns para os outros, atraindo-se sem aceitar a condição de identidade exclusiva. Haveria um verbete para signo ideológico, outro para palavra? E para enunciado e enunciação: um ou dois verbetes? A simplificação por meio de textos curtos, precisos, impondo aos termos o “estado de dicionário” acabou descaracterizada pela própria natureza de um pensamento aberto, afastado das amarras dos manuais, como é o bakhtiniano (BRAIT, 2005, p.9).

Assim a autora e seu grupo propõem uma coletânea em que alguns termos essenciais à compreensão da arquitetura bakhtiniana funcionassem como uma amostra dos pilares do edifício.

Essa publicação foi usada como referência teórica em nossa pesquisa. Também nos apoiamos nos estudos de Fiorin (2006) que destaca a riqueza e complexidade da grande

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

obra do pensador russo da linguagem. Ele caracteriza a obra de Bakhtin como fascinante, inovadora e rica, ao mesmo tempo complexa e difícil e apresenta como razões:

Em primeiro lugar, sua maneira de escrever. Diante de duas tradições do pensamento filosófico, uma que vê a realidade como unidade, homogeneidade, estabilidade, acabamento, monologismo, e outra, que a considera diversidade, heterogeneidade, vir a ser, inacabamento, dialogismo, Bakhtin filia-se à segunda.[...], sua obra vai examinando progressivamente conceitos. Ela é marcada por um inacabamento, um vir a ser, uma heterogeneidade, que tornam muito complexa a apreensão de seu pensamento. Muitos de seus textos são inacabados no sentido literal do termo, pois eram manuscritos ainda não concluídos, eram rascunhos (FIORIN, 2006, p. 11-12).

Contribui também para a dificuldade de compreensão dos textos do autor, a maneira como as suas obras foram publicadas e a autoria de seus textos. O fato de Bakhtin silenciar sobre a autoria de alguns de seus textos se deve, como dizem alguns, a razões políticas. No entanto, alguns estudiosos da linha bakhtiniana atribuem a ele e a outro a autoria, por exemplo, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (como sendo de Bakhtin/Voloshinov) e *O método formal nos estudos literários* (considerado de Bakhtin/Medvedev).

Também destacamos como problema de publicação de sua obra, a questão da ordem do tempo em que foi produzida e publicada. Segundo se sabe, muito de suas anotações eram manuscritas e ainda hoje estão sendo descobertas por pesquisadores e estudiosos. Assim, não se conhece tudo o que Bakhtin realmente escreveu e o material de arquivo sobre as suas obras é constituído, como já é do conhecimento público, de textos inacabados.

Acrescenta Fiorin (2006) que a obra bakhtiniana não se publicou no Ocidente na ordem em que foi elaborada. Além disso, muitos de seus textos não nos chegaram diretamente traduzidos do russo e sim de outras línguas.

Pela leitura de sua obra podemos apreciar várias tendências de Bakhtin. Ao se posicionar contra o que era chamado de grandes narrativas do final do século XIX e começo do século XX, demonstrou não se tratar de um modernista. Fez críticas ao estruturalismo, à psicanálise, ao formalismo. Não foi um adepto do existencialismo, e também por negar o coletivismo mostrou que “todas as explicações totalizantes eram monológicas” (FIORIN, 2006, p. 15).

Mas o norte de sua obra foi a alteridade, a fragmentação, a energia centrífuga em oposição às forças centrípetas, a carnavalização, a negação das diferenças entre cultura popular e cultura erudita, a não-hierarquia e o relativismo. Todos esses direcionamentos traduzem-no como um modelo teórico da pós-modernidade. Quanto ao relativismo total,

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Bakhtin recusa-o, pois deste derivam novos monologismos como as seitas totalitárias, os mitos nacionais, a xenofobia, o fundamentalismo. Bakhtin estranha ver o lugar da supremacia como corrompido e corruptor e o lugar dos excluídos, dos marginalizados, isto é, aqueles que se encontram fora do centro como o lugar da virtude. “Para ele, a ação ética não pode desprezar o tempo e o lugar em que se vive” (FIORIN, 2006, p. 15).

Fiorin esclarece o aspecto interacionista de Bakhtin:

[...] tratou fundamentalmente das relações do eu com o outro. Entretanto, o outro é uma posição social, expressa num texto. As relações dialógicas de que ele se ocupou não são o diálogo face a face, mas as relações entre posições sociais. Portanto, nada mais avesso à obra bakhtiniana do que os estudos da chamada Análise da Conversação (FIORIN, 2006, p. 15).

Quanto ao marxismo, observamos que o Círculo de Bakhtin buscou criar uma filosofia a respeito da teoria marxista das superestruturas. Discute-se, no entanto, a atribuição dessa autoria, já que isso aparece mais nos supostos livros de Bakhtin, que naqueles que foram publicados com seu nome. Mesmo tendo Bakhtin estabelecido uma *prima philosophia*, Fiorin (2006, p. 16), acredita que “nada está mais distante de qualquer feição do marxismo do que uma *filosofia primeira*.”

Embora haja um Bakhtin linguísta e continue sendo um dos pensadores mais fecundos do século XX pela originalidade que apresenta, deixou “falhas” em sua produção. Fiorin (2006) destaca a não-produção de uma teoria acabada da linguagem e dos diferentes níveis da língua, e uma teoria da literatura completa.

1.1 DISCURSO, IDEOLOGIA E INTERAÇÃO SOCIAL

Muitas análises de textos e discursos que hoje são feitas bebem na contribuição teórica de Bakhtin. Segundo Barros e Fiorin (2005, p. 1), “Bakhtin antecipa de muito as principais orientações da lingüística moderna, principalmente no que respeita aos estudos da enunciação, da interação verbal e das relações entre linguagem, sociedade e história e entre linguagem e ideologia.”

A autora salienta a crítica de Bakhtin para as análises parciais internas ou externas do texto. Para ele, a análise deve incidir sobre o todo do texto como a sua organização, sobre a interação verbal, o contexto ou o intertexto.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Portanto, foi necessário o rompimento da linguística com o estudo das frases soltas, fora de contexto e a adoção, como uma possibilidade de análise, das reflexões bakhtinianas para inovar a forma de abordar o objeto de análise.

Quanto ao dialogismo, Bakhtin o concebe “como o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso” (BARROS; FIORIN, 2005, p. 2). A língua possui a propriedade de ser dialógica. Os enunciados no processo de comunicação são dialógicos. Nos enunciados se encontra uma “dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro” (FIORIN, 2006, p. 19). Ou seja: o falante para produzir o seu discurso leva em conta o discurso do outro que está presente no seu. Portanto, podemos sempre dizer que todo discurso está atravessado pelo discurso alheio.

Bakhtin entende o dialogismo interacional não como uma relação subjetivista eu – tu, mas pelo deslocamento do conceito de sujeito, ou seja, “O sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico” (BARROS; FIORIN, 2005, p. 2-3). O que podemos perceber é que, no espaço do texto, existe uma interação entre o eu e o tu, entre o eu e o outro. A palavra não é propriedade nossa, ela se constitui em outras vozes que dão sentido ao texto, que falam no texto.

A autora observa que o pensador russo deu maior relevo à perspectiva sócio-histórica da interação e não se dedicou tanto às questões linguísticas como a correção, a paráfrase ou a repetição e seus efeitos interacionais.

Nessa perspectiva sócio-histórica, devem ser considerados, nos estudos do autor, os aspectos ideológicos que constituem as atividades de linguagem. Assim, podemos dizer que as ideologias se materializam na linguagem. Por outro lado, também o signo, com sua capacidade de refração, faz com o acesso à realidade seja sempre mediado pela linguagem.

Partindo desse diálogo constitutivo do discurso, no contexto sócio-ideológico, podemos afirmar que a forma de pensamento já interiorizada ou exterior, que nos chega, vem sempre perpassada por ideias várias, por pontos de vista, por apreciações dos outros. Segundo Fiorin (2006), podemos dar-lhe crédito ou não, pode se apresentar contestada, avaliada, exaltada, categorizada, iluminada pelo discurso alheio. Portanto, Bakhtin teoriza que não existe objeto despido de outros discursos. Considera também que o discurso que envolve uma forma de pensamento não está somente se referindo à realidade em si, mas aos discursos que estão em torno desta realidade. Em conseqüência, o dialogismo se afirma no próprio diálogo

de toda palavra com outras palavras, por constituir-se a partir de outras palavras e por estar a palavra rodeada de outras palavras.

Fiorin reflete sobre a questão do dialogismo ao pensar o conceito do feminino em nosso país:

Quando alguém diz. “É mulher”, não está simplesmente enunciando um dado da realidade. Se estiver declarando isso com admiração, mostrando que as mulheres são dotadas de uma fibra incomum, estará opondo-se a outros discursos, que embebem essa afirmação de desdém, que insistem em manifestar a inferioridade do sexo feminino – como se costuma fazer em nosso país, por exemplo, ao ver alguém cometer uma manobra inábil no trânsito e ao notar que o motorista é uma mulher. O discurso com apreciação admirativa dialoga com o discurso com entonação desdenhosa, um constitui-se a partir do outro (FIORIN, 2006, p. 19-20).

É preciso que se leve em consideração que, nessa perspectiva teórica, não são as unidades da língua que são dialógicas. Os enunciados, sim, são as unidades reais da comunicação. As letras e os sons de uma palavra, as frases, as orações podem ser repetidos indefinidamente, mas o enunciado não. Ele é irrepitível, portanto nos faz pensar na unicidade do ser e do evento da *prima philosophia bakhtiniana*. É um acontecimento único, em cada ocorrência poderá ter um acento, uma apreciação, uma entonação própria.

Fiorin (2006) afirma que o autor não nega o estudo das unidades da língua, porém entender a morfologia ou a sintaxe não é suficiente para compreender o funcionamento real da linguagem. Assim propõe a criação de um estudo em que se privilegiem os enunciados. Pretende examinar as relações dialógicas entre eles. “Estará na *translingüística*” (grifo do autor) o objeto de estudo dos enunciados, em que se apresentarão os aspectos e as formas das relações dialógicas entre enunciados e entre suas formas tipológicas.

Acerca da diferenciação que faz entre metalingüística e translingüística, Fiorin (2006) destaca o acerto de Bakhtin “a respeito da diferença entre as unidades potenciais da língua (objeto da lingüística) e as unidades reais de comunicação (objeto da translingüística).” Apesar de o prefixo de ambas as palavras significar “além de”, o funcionamento discursivo é outro. A metalingüística refere-se aos discursos que falam sobre a língua. Ele afirma que o que o autor Russo defende vai além. Defende uma linha de reflexão que permite examinar “o funcionamento real da linguagem em sua unicidade e não somente o sistema virtual que permite esse funcionamento” (FIORIN, 2006, p. 20-21).

No entanto, indaga-se como poderiam os enunciados ser objetos de estudo científico se não se repetem, acontecem uma única vez, se a ciência se caracteriza na demonstração do repetível? Já aqui, Bakhtin esclarece que o ponto de partida para as ciências

humanas se dá “sobre singularidades e só depois fazem generalizações sobre a forma específica e a função dos objetos singulares” (FIORIN, 2006, p. 21).

Retomemos a distinção que Bakhtin (2002) faz entre unidade da língua e enunciado. Afirma que não é a dimensão que os distingue e que, para o enunciado, não existe uma medida, pode se apresentar num simples “não” como réplica, mas pode até se constituir numa obra em vários volumes. A grande diferença é que o enunciado está inserido num contexto dialógico, posto que toda vez que se produz um enunciado ocorre a participação de um diálogo com outros discursos. O que vai delimitar sua dimensão será a espera da resposta de um dos falantes, ou seja, o enunciado só se dá por encerrado quando permite uma resposta de outro. Assim, o enunciado só existe dentro das relações dialógicas. No enunciado “estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante” (FIORIN, 2006, p. 21).

As diferenças entre as unidades da língua e os enunciados é que as unidades não pertencem a ninguém, não possuem autor como o termo “água” que se encontra à disposição de qualquer um para ser usado nos enunciados. No entanto, se pronunciarmos “água” numa brincadeira que envolve luta, o termo deixa de ser um elemento da língua e adquire um autor. Na brincadeira, o sentido que se tem é o de que alguém se rendeu, portanto existiu um autor que se fez por meio de um enunciado.

Uma outra diferença entre a unidade da língua e o enunciado é a falta de completude deste. Uma palavra, uma oração possuem inteireza, são completas, não necessitam de uma resposta. Ao passo que o enunciado, por ser uma réplica a outros, possui acabamento específico, ou seja: pede uma resposta do outro. Assim se alguém disser “corrupto” como forma de xingamento, certamente terá alguma resposta para esta réplica.

Também esclarece Fiorin (2006, p. 22) que o enunciado tem destino certo, ou seja, um destinatário. Já a palavra por si só não. Toma a palavra “incompetente” dentre outras e observa que ela não diz nada fora do contexto. Já assumida por alguém, ganha acabamento e se converte em enunciado, passa a indicar alguém.

Outra diferença é que, enquanto as unidades da língua são neutras, os enunciados estão carregados de emoção e juízo de valor. Podem apresentar zombaria ou respeito, raiva ou amor, etc.

No entanto, não nos basta saber o significado das palavras que compõem um enunciado para compreendermos o seu sentido. Para tanto, é necessário que percebamos as relações dialógicas que o sentido mantém com outros discursos, como no caso político entre Collor e Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1988:

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Quando num dos debates entre Lula e Collor, na campanha para o segundo turno das eleições presidenciais de 1988, este mencionou o caso Lubeca, um negócio escuso que teria ocorrido na prefeitura de São Paulo, na época governada pelo PT, Lula respondeu a Collor: “Eu sabia que você era collorido por fora, mas caído por dentro”. [...] “collorido”, com dois /l/, fazia referência ao nome de Collor e, portanto, designava seus partidários; Ronaldo Caiado, candidato à presidência da República, era o postulante ao posto presidencial mais à direita no espectro político e tinha sido o primeiro a fazer a denúncia de existência de corrupção na suposta transação da prefeitura com a Lubeca; Collor apresentava-se como um candidato de centro – esquerda. Sendo uma réplica aos enunciados do discurso político da época, o conteúdo desse enunciado seria: eu sabia que você era de centro-esquerda na aparência, mas na essência é de direita (FIORIN, 2006, p. 23-24).

Refletindo sobre a relação entre o sujeito e a língua que ele utiliza, Bakhtin (2002) defende que a consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como um sistema de formas normativas. Concebe o sistema lingüístico como um produto de uma reflexão. O locutor serve-se da língua no instante da fala. E assim utiliza as formas normativas num contexto concreto. O que realmente vai importar não será a conformidade com a forma e sim com o novo significado que essa forma adquire cada vez que for utilizada. O que realmente importa para o locutor é a condição a qual permite que, num contexto, a forma lingüística possa tornar-se um signo adequado à situação. Pois a forma lingüística enquanto signo é sempre variável e flexível.

Por outro lado, o locutor deverá, também, considerar o ponto de vista do destinatário e afirma que não será nessa situação que a forma utilizada deverá ser reconhecida, mas sim, ao interpretá-la, compreendê-la num contexto concreto preciso. É importante que se compreenda sua significação numa enunciação particular, seu caráter de novidade. Também para o destinatário, a forma lingüística é um signo variável e flexível e não um sinal imutável (BAKHTIN, 2002).

O autor propõe que se leve em conta o posicionamento do receptor quanto ao ato de compreensão num contexto concreto preciso. Conclui que é importante perceber o caráter de novidade no ato e considera irrelevante a sua conformidade com a norma. Enfim, se o destinatário pertence à mesma comunidade lingüística, considera igualmente a forma lingüística flexível e não como um sinal que permanece sempre o mesmo.

Também considera que não se deve confundir o processo de compreensão com o processo de identificação. São dois processos diferentes. Para ele, o signo é interpretado e somente o sinal é identificado, preciso e imutável mesmo se referindo ao objeto ou ao acontecimento. Não pertence ao mundo da ideologia, mas dos objetos técnicos. Os sinais estão distantes da ideologia e fazem parte de práticas mecanicistas. Mesmo na fase da aquisição da linguagem, a “sinalidade” não existe.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

O contexto orienta a forma nesse momento. E a forma se orienta pelo contexto. Portanto, não sendo apenas um sinal, a forma linguística possui mobilidade ao ser compreendida como palavra no seu sentido particular e contextual.

Para Bakhtin (2002, p. 94), “A assimilação ideal de uma língua dá-se quando o sinal é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela compreensão.” Sustenta que para os membros de uma dada comunidade linguística, o sinal e o reconhecimento não são sentidos, isto é, estão dialeticamente apagados. No interior dessa comunidade, no confronto dialético, a “sinalidade” é absorvida se constituindo num novo signo.

Segundo Stella (2005, p.181), a compreensão da palavra exterior, em Bakhtin, é o resultado de um processo de confronto e interpretação, “proporciona uma reavaliação, uma modificação e o surgimento de um novo signo na consciência, uma nova “*palavra interior*””(grifo do autor).

Assim, Bakhtin (2002) nos revela que para os locutores importa menos o sistema abstrato de formas normativas que a sua vivência concreta. Para os falantes nativos, a palavra não se apresenta em estado de dicionário, mas na própria prática linguística dos locutores de sua comunidade. E somente em situações específicas é que se percebe a palavra como uma forma fixa e que pertence ao léxico de uma língua específica.

Acrescenta ainda que “a consciência lingüística dos sujeitos falantes não tem o que fazer com a forma lingüística enquanto tal, nem com a própria língua como tal” (BAKHTIN, 2002, p. 95). Isso porque, como já afirmado neste trabalho, a forma linguística se apresenta aos locutores dentro de um contexto ideológico preciso. O autor destaca que não falamos palavras, não ouvimos palavras, mas “verdades ou mentiras”, “coisas boas ou más”.

Observamos que Bakhtin se refere à palavra como sendo ideológica. A esse respeito, Miotello (2005, p. 167-68) nos diz que o problema da ideologia pelo marxismo era tratado de maneira diferente, era considerado de forma mecanicista. Os estudiosos dessa corrente filosófica entendiam que havia uma ligação direta entre os acontecimentos nas estruturas socioeconômicas e sua repercussão nas superestruturas ideológicas. Também Bakhtin e o seu Círculo trataram de combater o modo como a ideologia era estudada e defendida pelos estudiosos, marxistas, linguistas e teóricos em geral. Pois consideravam a ideologia como questão de consciência ou algo advindo da natureza ou do mundo transcendental. Era vista como uma ideia permanente na cabeça do homem, como uma ideia já dada, pronta, não dialógica e que se desenvolve no interior individual.

Bakhtin e seu Círculo consideram essa questão como inserida:

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

[...] no conjunto de todas as outras discussões filosóficas, que eles tratam de forma concreta e dialética, como a questão da constituição dos signos, ou a questão da constituição da subjetividade. Bakhtin mesmo alerta que não aceita ser medíocre dialeticamente, e por isso vai construir o conceito no movimento, sempre se dando entre a instabilidade e a estabilidade, e não na estabilização que vem pela aceitação da primazia do sistema e da estrutura; vai construir o conceito na concretude do acontecimento, e não na perspectiva idealista (MIOTELLO, 2005, p. 168).

Bakhtin (2002, p. 109) explica que o ato de fala, ou seja, “a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. *A enunciação é de natureza social.*”

Quanto ao aspecto da expressão-enunciação, explica que ele ocorrerá de acordo com as condições reais da enunciação, ou seja, o aspecto será determinado por aquilo que o autor chama de situação social mais imediata.

O que depreendemos é que a situação social é o modo regulador da enunciação, pois para que haja a interação entre dois indivíduos, é necessário que eles estejam organizados socialmente. Pode haver diferentes interlocutores, os quais vão regular a palavra dirigida, a uma pessoa do mesmo grupo social, a uma pessoa de laços mais estreitos. Também o que pensamos e exprimimos está sendo medido pelo social concreto. A criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos pode ser percebida pelo mundo interior de cada indivíduo e pelo grupo a que pertence.

O mundo interior de uma pessoa não depende só dela, pois está à mercê de um *auditório social* no qual tece suas deduções, apreciações, expectativas. Se há uma maior aculturação, maior também será a aproximação do auditório médio da criação ideológica. O autor lembra que “o interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas” (BAKHTIN, 2002, p. 113).

Bakhtin esclarece que a palavra comporta duas faces. É produto de interação do locutor e do ouvinte. Serve de definição e de expressão do e para o indivíduo e a coletividade. E confirma: “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor” (BAKHTIN, 2002, p. 113).

A questão de o locutor ser o dono da palavra no instante do ato fisiológico de sua materialização não quer dizer que o locutor seja o seu proprietário. O que ocorre com a palavra é a sua materialização como um signo social. A realização deste signo é determinada pelas relações sociais na enunciação concreta: a forma e o estilo da enunciação são determinados pela situação imediata e pelas pressões sociais a que está submetido o locutor.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Bakhtin afirma ainda que a estrutura da atividade mental do sujeito é social. Ou seja, a consciência, a clareza, o acabamento formal da atividade mental na enunciação é proporcional ao seu grau de orientação social.

Bakhtin nos encaminha à reflexão sobre a tomada de consciência de uma sensação. Afirma que podemos não expressar o que sentimos, mas a sensação não dispensa uma expressão ideológica que desperta no indivíduo um discurso interior, uma entoação e estilo interiores. Diz ainda que a expressão, o modo como se diz, apenas esclarece o modo como se orienta o discurso interior.

Se durante a interlocução, houver um ouvinte potencial ou distintamente percebido, a atividade mental pode se dirigir para dois limites: atividade mental do eu e atividade mental do nós, dentro dos quais se realiza a tomada de consciência e a elaboração ideológica.

Bakhtin (2002, p. 115) afirma que a atividade voltada completamente para o eu tende a se anular, pois perde o modelo ideológico no qual está inserida e pode se aproximar da reação fisiológica do animal.

Bakhtin apresenta três modelos em que a atividade mental do *nós* vai mostrar diferentes graus e tipos de modelagem ideológica.

O primeiro caso refere-se à fome casual de um grupo de pessoas, todas famintas. A atividade mental de um indivíduo do grupo apresentará uma especificidade e formas ideológicas determinadas como a resignação, a vergonha, o sentimento de dependência. O resultado da atividade mental desse indivíduo poderá ser “o protesto individualista do mendigo, ou a resignação mística do penitente” (BAKHTIN, 2002, p. 115).

Supõe outro caso em que o faminto pertence a um grupo de pessoas que passam fome e essa fome não é casual, é uma realidade coletiva. No entanto, as pessoas do grupo não são ligadas materialmente, portanto cada uma ou grupo familiar passa fome isoladamente. Assim, vai predominar uma consciência da fome de forma resignada, mas não sentirão vergonha ou humilhação. Uns se contentam em silêncio com a própria situação tendo em vista a situação do outro. Num contexto assim é que se desenvolvem os sistemas filosóficos e religiosos fundados sobre o fatalismo e a resignação na adversidade. Afirmações como “Deus quis assim” ou “É a vontade de Deus, né, fazê o quê?”, que às vezes ouvimos ou até também já chegamos a dizer, pertencem a esse tipo de “modelagem ideológica”.

Outro modelo de fome exemplificado por Bakhtin (2002) é o dos membros de uma coletividade unida por vínculos materiais objetivos, os operários de uma fábrica, por

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

exemplo, ou outros tipos de grupos integrados entre si por uma forma de amadurecimento da noção de “classe para si”. Aqui a atividade mental será dirigida para o protesto ativo e seguro de si mesmo; não haverá resignação e nem submissão.

Bakhtin (2002, p. 117) sugere que se faça uma classificação à parte *da atividade mental para si* e a atividade mental do *eu*. Esclarece que “a atividade mental de tipo individualista caracteriza-se por uma orientação social sólida e afirmada”. A confiança individualista em si não é encontrada no âmago do indivíduo, mas do que está fora dele como a explicitação ideológica do *status* social, a defesa pela lei e a posição econômica individual. A ideologia presente num modelo econômico complexo e estável está presente no indivíduo. No entanto, essa ideologia poderá ser destruída em vista da contradição interna inscrita na atividade mental do nós ou na estrutura social.

Bakhtin (2002) afirma que a expressão que vem do interior é um produto total da inter-relação social, pois a atividade mental é um território social. Também se situa em território social a enunciação. A orientação social submete a enunciação à adaptação do contexto social imediato ao ato da fala.

Para o autor, a consciência fora de sua objetivação é uma ficção. É uma construção ideológica incorreta que não considera os dados concretos da expressão social. É preciso considerar que a consciência não está acima do ser, mas é real e é parte dele. A consciência passa por todas as etapas da objetivação social, entra no poderoso sistema da ciência, por exemplo, e se torna forte o suficiente para agir sobre as bases econômicas da vida social. Portanto, materializada em organizações sociais determinadas e reforçada por uma expressão ideológica sólida, a consciência é considerada um fato social e não um ato individual interior.

Assim, o autor afirma que “não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e orientações possíveis” (BAKHTIN, 2002, p. 118).

Segundo o pensamento bakhtiniano, a ideologia do cotidiano se distingue dos sistemas ideológicos constituídos e representa o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema em que se considera o conteúdo do psiquismo e da consciência determinado por fatores puramente sociológicos. Essa ideologia é responsável por cristalizar os sistemas ideológicos que exercem sobre ela, como retorno, uma forte influência, e também lhes dá o tom. Para o autor, os produtos ideológicos constituídos dependem da seiva da ideologia do cotidiano para sobreviverem. Compara-os à obra literária acabada que, para se manter viva, é submetida a uma avaliação crítica viva: a avaliação

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

crítica “é a única razão de ser de toda produção ideológica, opera-se na língua da ideologia do cotidiano” (BAKHTIN, 2002, p. 119). A obra literária, quando em contato com os indivíduos leitores, estabelece vínculos com o conteúdo total da consciência deles e só será “compreendida” com o que for contemporâneo no contexto dessa consciência, ou seja, nem tudo poderá ser compreendido da obra. O que a vivifica é a nova luz que recebe dessa consciência toda vez que é colocada numa situação social determinada em cada época de sua existência histórica. Assim, essa troca de contatos estreitos com a ideologia do cotidiano é o que faz a obra continuar existindo em determinada época. Existe porque significa ideologicamente pelo menos nos limites de um grupo social determinado.

Miotello (2005) em suas reflexões sobre os estudos bakhtinianos e do Círculo compreende que o conceito que Bakhtin constrói acerca da questão da ideologia será construído no movimento entre a instabilidade e a estabilidade e rejeita a estabilização que vem pela aceitação da primazia do sistema estruturador, prefere construir o conceito na perspectiva idealista.

A ideologia do cotidiano é considerada como o reflexo que brota e que se constitui nos encontros casuais e fortuitos, no lugar primeiro em que se batem os sistemas de referência, no diálogo social em que se debatem as condições de produção e reprodução da vida. Ambas as ideologias, a oficial relativamente estável de um lado e a do cotidiano, como acontecimento, relativamente instável, estabelecem uma relação dialética e formam o contexto ideológico completo e único no processo global de produção e reprodução social.

A concepção de signo presente nos estudos de Bakhtin está atravessada pela concepção ideológica de ideias relativamente estáveis e instáveis. Bakhtin chama de universo de signos ao conjunto de signos de um determinado grupo social.

Todo signo, além dessa dupla materialidade, no sentido físico – material e no sentido sócio – histórico, ainda recebe um “ponto de vista”, pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, revelando-a como verdadeira ou falsa, boa ou má, positiva ou negativa, o que faz o signo coincidir com o domínio do ideológico. Logo todo signo é signo ideológico (MIOTELLO, 2005, p. 170).

Portanto, ao falarmos, não dizemos apenas as palavras, mas tudo o que elas possam representar ideologicamente. Para que haja a materialização do fenômeno ideológico, é necessário que a interação verbal constituída na linguagem opere no próprio ser humano em presença de outro ser humano.

E será na comunicação na vida cotidiana que Bakhtin se apoiará. A comunicação cotidiana, como uma rede mantém vínculo direto com os setores de produção na infra-

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

estrutura e ao mesmo tempo permite uma troca de informação com os setores de diferentes ideologias especializadas e formalizadas na superestrutura. Assim, permite uma troca de sentido com toda a sociedade. A ideologia encontra solo fértil para sua instalação nas manifestações do dia-a-dia, nos encontros casuais aparentemente inconseqüentes. Dessa forma, nesses encontros e nessas falas, vão se instalando as ideologias, ou seja, “São nesses encontros que vão povoando o universo de signos, e cada signo vai se tornando parte da unidade da consciência verbalmente constituída” (MIOTELLO, 2005, p. 171).

Bakhtin defende que as relações sociais são intermediadas pelos signos que se revestem de sentidos próprios e estão a serviço dos interesses da superestrutura. No entanto, as ideologias são divergentes em sociedades de classes sociais diferentes. Podem atender aos interesses ora de uma, como reproduzir a ordem social; ora discutir e subverter as relações sociais de produção da sociedade capitalista.

O autor, segundo os seus estudos bakhtinianos reflete que todas as mudanças sociais, por menores que sejam vão repercutir imediatamente na língua: “os sujeitos interagentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, na escala dos índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais” (MIOTELLO, 2005, p. 172).

As palavras funcionam como agente e memória social, podem estar em diversos lugares e ambientes sociais ao mesmo tempo. Por isso, afirma que: “as palavras são tecidas por uma multidão de fios ideológicos, contraditórios entre si, pois freqüentaram e se constituíram em todos os campos das relações e dos conflitos sociais” (MIOTELLO, 2005, p. 172). Ele explica que o signo verbal não possui apenas um sentido, mas também outros, pois não consegue apagar de si outras correntes ideológicas.

Os signos estão carregados de vozes diversas que abrigam contradições ideológico-sociais entre diversas épocas do passado e do presente e entre vários grupos do presente. E cada signo em diferentes épocas e espaços pode ressoar diferentes sentidos.

Podemos pensar em palavras como “trabalho”, “dinheiro”, “casa”, com seus vários e contraditórios sentidos. Também podemos pensar na palavra “democracia”, ou “governo”, ou “lei”, com sua multidão de sentidos. Também seria muito instigante pensar os sentidos da palavra “povo”, da palavra “gente”. Ainda se poderia pensar nos vários lugares visitados pela palavra “liberdade”, ou “felicidade”. Mas, além desses exemplos, qualquer palavra é tecida por essa multidão de fios (MIOTELLO, 2005, p. 172).

Bakhtin (2002) acredita que os encontros casuais, por serem excessivamente dispersos, não dão conta de estabelecerem uma base ideológica e defende que a ideologia do

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

cotidiano se organiza em um estrato imediatamente superior, isto é, ela advém de grupos organizados e estáveis como, por exemplo, o grupo dos estudantes, dos trabalhadores de profissão definida. O que determina a estabilidade nesse estrato é a representatividade do próprio valor nas interações desses grupos organizados.

Enfim, o que Bakhtin nos esclarece em sua reflexão com a ideologia é que a ideologia reflete o movimento social, reage às transformações, se constitui e se renova no contato ininterrupto que se dá entre indivíduos socialmente organizados. Se os indivíduos não se organizassem em uma unidade social, isso inviabilizaria o sistema de signos.

A atividade mental necessita de um auditório para orientá-la, para se consolidar e encontrar uma expressão completa e diferenciada. Sendo fortuita, não tem a menor chance de se estabelecer como força e ação no plano social. Este tipo de atividade mental se acha no nível inferior da ideologia do cotidiano.

Já os níveis superiores da ideologia do cotidiano, em contato direto com os sistemas ideológicos, possuem capacidade de repercussão das mudanças da infra-estrutura sócio-econômica mais rápida. Possibilita, portanto, acumular as energias criadoras que vão auxiliar as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Assim, antes que atinjam o espaço da ideologia oficial constituída, as novas forças sociais passam primeiro pela elaboração ideológica dos níveis superiores da ideologia do cotidiano. As novas correntes ideológicas se submetem à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos e vão assimilando, mesmo que em parte, as formas, as práticas e as abordagens ideológicas já existentes neles.

A “individualidade criadora” é a expressão constituída pela orientação social do indivíduo. Mas, para constituir essa expressão, houve uma “passagem” pela prova da expressão externa em escala social. Assim, o indivíduo adquire um polimento em razão “das reações e réplicas, pela rejeição ou apoio do auditório social” (BAKHTIN, 2002, p. 121).

Para a enunciação, o fator biográfico e biológico perde espaço em importância à medida que ela avança para o sistema ideológico. O que vai organizar a enunciação, a expressão não é o interior, mas o exterior. O meio social que envolve o indivíduo é que o orienta. Enfim, a enunciação será sempre produto da interação social, é organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social.

Contrária à teoria do objetivismo abstrato (da qual um representante contemporâneo de Bakhtin é Saussure), a enunciação individual não representa um fato individual, pois, a soma dos atos individuais gera um produto social.

A elaboração estilística da enunciação é de natureza *sociológica* e a própria cadeia verbal, à qual se reduz em última análise a realidade da língua, é social. Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a dinâmica da sua evolução (BAKHTIN, 2002, p. 122).

Para o autor, não se isola uma forma linguística do seu conteúdo ideológico, pois “toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica.” (BAKHTIN, 2002, p. 122). Portanto, o conteúdo ideológico não pode ser fruto do psiquismo individual.

Considerando-se que todo signo refrata o conteúdo ideológico e é dialógico, também o livro constitui um elemento da comunicação verbal. É uma forma escrita de diálogo. Bakhtin (2002, p. 123) esclarece que é um ato de fala impresso e deve ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior. Trata o ato de fala sob a forma de livro como uma orientação “em função das intervenções na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores”. Considera o discurso escrito, de certa forma, como parte integrante de uma discussão ideológica, porque ele é capaz de responder a alguma coisa, refutar, confirmar, antecipar as respostas e objeções potenciais e até procurar apoio.

A enunciação, no entanto, por mais significativa e completa que pareça ser, é apenas uma fração do todo da corrente de comunicação verbal ininterrupta, pois esta é “apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado”, afirma Bakhtin.

Refletiremos com Marchezan (2006, p. 116) sobre a leitura que faz sobre diálogo tanto nos domínios da reflexão da comunicação, quanto da linguagem. Considera o diálogo como uma forma de alternância entre enunciados, entre acabamentos dos diferentes posicionamentos entre os sujeitos falantes. Destaca que há uma “reciprocidade entre o eu e o outro, presente em cada réplica, em cada enunciado, que compreende o verdadeiro diálogo”. É um diálogo vivo que se mantém e que permite uma resposta, uma réplica:

Diálogo e enunciado são, assim, dois conceitos interdependentes. O enunciado de um sujeito apresenta-se de maneira acabada permitindo/provocando, como resposta, o enunciado do outro; a réplica, no entanto, é apenas relativamente acabada, parte que é de uma temporalidade mais extensa, de um diálogo social mais amplo e dinâmico (MARCHEZAN, 2006, p. 117).

A autora lembra que Bakhtin estende o caráter do conceito de diálogo para a linguagem em geral, reconhecendo-a como de caráter dialógico. O diálogo não só conserva, mas também releva a constituição histórica, social e cultural, também conceituada como

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

cronótopo nos estudos em que sujeito, tempo e espaço são recorrentes e imprescindíveis nas Ciências Humanas.

A autora reconhece que entre as propriedades do diálogo está a que permite a apreensão da linguagem viva, seus diferentes modos de existência e também sua diversidade quanto às “especificidades de estilo e gênero, que os particularizam e localizam em práticas sociais cotidianas e em esferas de atividades mais sistematizadas” (MARCHEZAN, 2006, p. 118).

Na sociedade, os diálogos não se repetem, mas também não se apresentam totalmente novos, apresentam marcas históricas e sociais que advêm de uma dada cultura ou sociedade. Os diálogos sociais podem se manifestar relativamente estáveis por meio do conceito de gênero. Também será por meio desse conceito que a autora esclarece que o gênero se propõe “apreender a reiteração na diversidade, organizar a multiplicidade buscando o comum” (MARCHEZAN, 2006, p. 118). Nesta perspectiva, os gêneros podem ser explicados pela própria dinâmica e heterogeneidade social.

A concepção bakhtiniana de gênero está embasada no diálogo. Marchezan (2006) destaca que pode ser considerado sob dois aspectos: em *stricto sensu*, como o diálogo cotidiano, espontâneo, e tomando-o por base, o diálogo mais extenso e complexo. “Os diálogos que experimentamos sensível e concretamente, no dia-a-dia, são assimilados por gêneros mais complexos, os secundários, que se desenvolvem mediante uma alternância diferente entre sujeitos, não imediata ou espontânea, menos evidente” (MARCHEZAN, 2006, p. 119). Nestes, os diálogos são estáveis e institucionais, mas bebem na fonte dos diálogos cotidianos que permitem as mudanças sociais e oferecem o alimento de transformação.

Assim, os diálogos do cotidiano formam o cerne da linguagem e base da constituição e da dinâmica dos outros gêneros.

Importante também a reflexão que Marchezan (2006) faz acerca dos participantes do diálogo, tanto na vida quanto na arte. Destaca a parte que não é explicitada, mas presumida, que possui valores comuns para os membros de uma dada sociedade. Aquilo que é presumido pelo evento que o integra não é verbalizado pelo diálogo na vida cotidiana.

Vale ressaltar a reflexão que a autora faz da obra bakhtiniana sobre a tarefa do estudioso da arte. Explicita que o estudioso deveria compreender o diálogo especial que a arte realiza, da qual participam o autor, o herói, e o contemplador. Bakhtin critica a perspectiva monológica dos estudiosos que não consideram tanto a forma artística e

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

procuram localizar as diferentes vozes dos heróis no universo único da consciência do autor.” As críticas se baseiam na análise que o autor faz das obras de Dostoievski em que Bakhtin encontra a polifonia e a “multiplicidade de consciências eqüipolentes e imiscíveis dos heróis, com quem o autor dialoga” (MARCHEZAN, 2006, p. 121).

Enfim, a autora também considera o diálogo importante veículo da linguagem transformada em ato, “que constitui e movimenta a vida social, que surge como réplica social e contra a réplica que consegue antever” (MARCHEZAN, 2006, p. 128). O diálogo é uma maneira recursiva, pois pode ser identificado na ação entre interlocutores, entre autor e leitor, entre autor e herói, entre heróis, entre diferentes sujeitos sociais, que, em espaços e tempos diversos, tomam a palavra ou têm a palavra representada, ressignificada.

Portanto, as relações que ocorrem entre uma situação concreta de interação verbal através da qual pulsa um contexto social mais amplo tomam formas diversas que se interligam e produzem significações diferentes. Ou seja, aquilo que se utiliza para uma situação de comunicação em determinada área será sempre diferente daquilo que se usa para a comunicação de outra área. Assim, a situação concreta é necessária sempre para a eficácia da comunicação verbal. Ela se liga a todos os outros tipos de comunicação sobre o terreno comum da situação de produção. A língua evolui historicamente na comunicação verbal concreta. A partir da evolução das relações sociais, e após a comunicação e a interação verbais evoluírem em razão das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem como consequência da interação verbal e todo o processo vai refletir na mudança das formas da língua.

Para Bakhtin (2002, p. 125), “as unidades reais da cadeia verbal são as enunciações.” A enunciação é vista dentro de um todo que é delimitado pelos pontos de contato de outras enunciações. O todo pode ser o começo e o fim de uma enunciação. Já o processo da fala não tem começo nem fim, pois como um processo, é ininterrupto. O autor compara a enunciação a uma ilha emergindo de um oceano sem limites que é o discurso interior. O modo como se diz e o quanto se diz é comparado às dimensões e às formas da ilha e são regulados pela situação da enunciação e por seu destinatário. Assim, o discurso interior regulado e definido se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente. Em situação de enunciação, outros participantes interagem pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal do discurso interior exteriorizado. Desse modo, o outro determina e modela o nosso discurso. Ou seja, a enunciação é determinada pelos obstáculos que poderão surgir. Ela depende da qualificação de seu destinatário. A enunciação, portanto, não pode ser padronizada, o que significa pensarmos a linguagem não de forma cristalizada, pois as

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

fórmulas significam de forma diferente em contextos diferentes, como podemos analisar os estereótipos no discurso da vida cotidiana. Portanto, para Bakhtin (2002), só se pode falar de fórmulas específicas quando existem formas de vida em comum, relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias. As formas utilizadas para o diálogo em um salão de beleza diferem das de uma conversa entre marido e mulher, entre os demais membros de uma família. Também são diferentes as fórmulas utilizadas nos piqueniques, nas quermesses populares, enfim, para cada situação, existe um destinatário organizado e segundo os seus costumes se utiliza de um certo repertório de pequenas fórmulas correntes:

A fórmula estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo. As fórmulas da vida corrente fazem parte do meio social, são elementos da festa, dos lazeres, das relações que se travam no hotel, nas fábricas, etc. Elas coincidem com esse meio, são por ele delimitadas e determinadas em todos os aspectos. Assim, encontram-se diferentes formas de construção de enunciações nos lugares de produção de trabalho e nos meios de comércio (BAKHTIN, 2002, p. 126).

1.2 O SENTIDO DO DISCURSO

Bakhtin se propõe refletir sobre o sentido das palavras, considerando a dialogia e a interação social como constitutivas desse sentido.

Para Bakhtin (2002), o tema é o sentido da enunciação completa. Deve ser único, individual e não reiterável. A enunciação se insere numa situação histórica concreta. Por isso uma determinada enunciação utilizada em diferentes situações apresentará diferentes temas, ou seja, um sentido diferente em cada situação.

Nessa perspectiva além do tema, a enunciação também é dotada da significação, que é “um aparato técnico para a realização do tema” (BAKHTIN, 2002, p. 129). Na significação o sentido se apresenta estabilizado, já em função do tema o sentido é renovado. O autor afirma que é impossível interpor um limite entre a significação e o tema, pois um não existe sem o outro. No processo de aprendizagem da língua estrangeira, por exemplo, é impossível dar sentido a uma palavra isolada, fora do contexto da enunciação. Também para que o tema não perca o sentido, é necessário que se deva apoiar sobre uma certa estabilidade da significação.

Cereja (2005, p. 202) faz a seguinte leitura sobre a significação e o tema:

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

[...] a *significação* é um estágio inferior da capacidade de significar, e o tema, um estágio superior da mesma capacidade. A significação existe como capacidade potencial de construir sentido, própria dos signos lingüísticos e das formas gramaticais da língua. É o sentido que esses elementos historicamente assumem, em virtude de seus usos reiterados. É, portanto, um estágio mais estável dos signos e dos enunciados, já que seus elementos, como fruto de uma convenção, podem ser utilizados em diferentes enunciações com as mesmas indicações de sentido.

Já o *tema* é indissociável da enunciação, pois assim como esta, é a expressão de uma situação histórica concreta. Como decorrência, é único e irrepitível. Participam da construção do tema não apenas os elementos estáveis da significação mas também os elementos extraverbaes, que integram a situação de produção, de recepção e de circulação. Dessa forma, o instável e o inusitado de cada enunciação se somam à significação, dando origem ao tema, resultado final e global do processo da construção de sentido.

Quanto à palavra onisignificante, Bakhtin (2002) afirma não possuir praticamente significado por tratar-se de um tema puro

[...] tal palavra, de fato, não tem praticamente significado: é um *tema puro*. Sua significação é inseparável da situação concreta em que se realiza. Sua significação é diferente a cada vez, de acordo com a situação. Dessa maneira, o tema absorve, dissolve em si a significação, não lhe deixando a possibilidade de estabilizar-se e consolidar-se (BAKHTIN, 2002, p. 130).

Bakhtin define a inter-relação entre tema e significação como: “o tema constitui o *estágio superior real da capacidade lingüística de significar*” (BAKHTIN, 2002, p. 131, grifo do autor). E à significação chamou-a de “*estágio inferior*”. Explica que a investigação do sentido está voltada para o estágio superior, o tema, trata-se da investigação da significação contextual de uma dada palavra numa enunciação concreta. Já no estágio inferior, o da significação, a investigação está voltada para a palavra no sistema da língua, ou seja, é o estudo da palavra nos sentidos estabilizados do dicionário.

O autor chama atenção sobre o fato de ser importante fazer uma distinção entre o tema e a significação. Destaca o engano que se comete ao atribuir maior valor ao aspecto central, usual da significação como se existisse modalizar com totalmente estável. Explica que, se assim ocorresse, haveria um prejuízo quanto ao tema, “uma vez que ele de maneira nenhuma poderia ser reduzido à condição de significação ocasional ou lateral das palavras” (BAKHTIN, 2002, p. 131).

Segundo a leitura de Cereja (2005, p. 202), “a significação é por natureza abstrata e tende à permanência e à estabilidade, o tema é concreto e histórico e tende ao fluido e dinâmico, ao precário, que recria e renova incessantemente o sistema de significação, ainda que partindo dele.” Portanto, o tema é ideológico e também aquilo que resulta da enunciação concreta e da compreensão ativa entre os sujeitos, ou seja, apresenta o resultado das relações concretas entre eles.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Bakhtin (2002, p. 132) explica que “a compreensão é uma forma de *diálogo*”. Chama de contrapalavra essa forma de compreensão e ressignificação do enunciado do outro. Para o autor, a significação só fará sentido enquanto for “traço de união entre os interlocutores num processo de compreensão ativa e responsiva.” Compara a interação entre o locutor e o interlocutor como o contato entre dois polos opostos que produz uma faísca cujo efeito é a significação. Enfatiza que “a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação.” Assim sendo, não se pode ignorar que o tema é parte dessa corrente, pois o acesso a ele só é possível mediante uma compreensão ativa e responsiva e não pode ser definido como o sentido de uma palavra totalmente estabilizado.

Cereja (2005, p. 203) esclarece que “a palavra não é uma unidade “neutra”, uma forma abstrata da língua à espera de um falante”, pois, no processo das relações individuais, será feita a atualização do sentido da palavra. Entendemos, assim, que esse processo é interminável e dialógico, e, segundo afirma Bakhtin (2002), na palavra estão as vozes de todos aqueles que as utilizam ou as têm utilizado historicamente.

Outro ponto interessante que o autor nos revela é o problema da inter-relação entre a apreciação e a significação. Explica que além de a palavra apresentar tema e significação, também possui um acento de valor ou *apreciativo*. E pontua: “Sem acento apreciativo, não há palavra” (BAKHTIN, 2002, p. 132).

Bakhtin (2002, p. 132) esclarece que o acento apreciativo se dá através da entoação expressiva, ou seja, no contexto social, esta é “determinada pela situação imediata e frequentemente por suas circunstâncias mais efêmeras.”

Bakhtin (2002) afirma que a entoação é determinada pela situação social e por isso, nem sempre carece de um suporte concreto. Os elementos da enunciação viva apresentam ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação. Assim os elementos abstratos da língua, fora da estrutura da enunciação, não apresentam qualquer valor apreciativo. Nessa visão, o autor critica aqueles que separaram o apreciativo do significativo, tomando o primeiro como um elemento marginal da significação.

Também se refere àqueles que, quando do estudo da apreciação e do que é tomado como denotativo e conotativo, chamam a significação objetiva de denotativa e a apreciativa de conotativa. O autor considera absurda essa demarcação entre o denotativo e o apreciativo e esclarece que “as funções mais profundas da apreciação não são perceptíveis na superfície do discurso.”; além disso, destaca a importância da apreciação para a formação da significação objetiva. Além do que, o papel criativo nas mudanças de significação se deve à apreciação. Se algo passou a ter novo sentido é porque houve uma mudança de significação.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

houve uma *reavaliação*. Pode ser caracterizada como o deslocamento de uma palavra de um contexto apreciativo para outro. Pode ser elevada para um nível superior ou rebaixada para um nível inferior. Na evolução social viva, se isolarmos a significação da apreciação, estaremos retirando da significação o seu lugar nessa evolução, onde se entrelaça com a apreciação, e transformando-a em objeto de conhecimento, num ser ideal, separado da evolução histórica (BAKHTIN, 2002, p. 135).

Enfim, para compreender a evolução histórica do tema e das significações que o compõem é que se leva em consideração a apreciação social. A evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social influencia a evolução semântica da língua.

A evolução histórica e as significações do tema para serem compreendidas, é preciso considerar a apreciação social, pois os sentidos de uma língua que fazem parte de um dado grupo e de sua evolução apreciativa e de tudo que possui sentido para esse grupo, estão implicados diretamente com a expansão da infraestrutura econômica.

Bakhtin (2002) considera que a ascensão de um grupo social promove uma real expansão no escopo de existência e isto é vital para o homem. Compara as preocupações do criador de gado pré-histórico com as do homem do fim da era capitalista, que possui um maior relacionamento com todas as coisas, seus interesses se alargaram. Há uma reavaliação fomentada pelos novos aspectos da existência integrados ao círculo do interesse social, que nos fazem mudar de lugar no interior da unidade do horizonte apreciativo. Assim, há uma nova significação que entra em contradição com a antiga e a reconstrói.

O autor destaca que “não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social.” Ou seja, a transformação social alarga-se ao mesmo tempo em que integra o ser em transformação. Um depende do outro e vice-versa. É um processo dinâmico. Portanto, “a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias” (BAKHTIN, 2002, p. 136).

1.3 ENUNCIADO E GÊNERO DO DISCURSO EM BAKHTIN

Bakhtin (1992, p. 279) fala sobre a utilização da língua, nas mais diversas atividades humanas, tão variáveis quanto o caráter e o modo de lidar com ela. Essa

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

diversidade, no entanto, não prejudica a unidade de uma língua. Ressalta que a utilização da língua nas atividades humanas se dá por meio de enunciados. E conceitua os gêneros como: resultado da utilização da língua de tipos relativamente estáveis de enunciados, ou seja, os enunciados apresentam conteúdo temático, estilo e construção composicional que se fundem no todo específico de uma esfera de comunicação. Também destaca a interconexão da linguagem com a vida social e como a linguagem, por meio dos enunciados concretos, interfere na vida “e, ao mesmo tempo, pelos enunciados a vida se introduz na linguagem.”

Bakhtin nos chama atenção para a infinidade e riqueza dos gêneros do discurso em razão da atividade humana ser inesgotável. Podemos pensar em desdobramentos da atividade que, segundo o autor, diferencia-se, amplia-se e torna-se numa rede mais complexa. Salienta a heterogeneidade dos gêneros do discurso tanto orais quanto escritos que incluem, desde o diálogo cotidiano de diferentes formas e situações, até a carta, os documentos oficiais, as certidões. Também se relacionam com os gêneros as várias formas de exposição científica e todos os modos literários. Afirma ser impossível estudar tão grandiosa diversidade de gêneros do discurso num espaço comum.

Fiorin (2006, p. 64-5), em sua leitura sobre os gêneros, chama atenção para o fato de que “é preciso considerar que Bakhtin insiste no fato de que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados.” Destaca a necessidade de se considerar a historicidade dos gêneros, ou seja, a sua mudança. Considera que o conceito de gênero não segue regras ou normas, e que, portanto, os gêneros se caracterizam de forma imprecisa.

Segundo Fiorin (2006), a mudança dos gêneros é contínua e toma como exemplo uma notícia de jornal do início do século XX em comparação com a notícia de hoje. Também, não há como delimitar a fronteira que há entre crônica e conto, pois há crônicas que são verdadeiros contos, tal a fluidez que há entre um gênero e outro.

Considera que não só o gênero está em constante mudança, mas também o seu repertório, pois, à proporção que as esferas de atividade se desenvolvem ou se modificam, alguns gêneros desaparecem e dão lugar a novos gêneros. Temos hoje o caso de algumas novas tecnologias que permitem aos sujeitos uma comunicação escrita, auditiva e visual em tempo real pela internet.

Também esclarece que o gênero pode apresentar características estáveis e instáveis. Percebemos que alguns conjuntos de texto apresentam propriedades comuns, o que não acontece em outros conjuntos, pois se alteram com frequência. O que ocorre, segundo Bakhtin, é que as atividades humanas não são nem totalmente determinadas nem aleatórias. Nelas prevalecem a recorrência e a contingência. “A reiteração possibilita nos entender as

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

ações e, por conseguinte, agir; a instabilidade permite adaptar suas formas a novas circunstâncias” (FIORIN, 2006, p. 69).

Explica também que o gênero ganha sentido quando houver a correlação entre a forma e a atividade, por não ser ele um conjunto de propriedades formais isolado de uma esfera de ação.

Por meio dos gêneros, podemos apreender a realidade. Se a realidade é vista e conceituada de maneira nova, isto supõe o aparecimento de novos gêneros e os que já existem podem ser alterados. O contrário também pode ocorrer: novos gêneros ocasionam novas maneiras de ver a realidade. É interessante a abordagem de Fiorin acerca do domínio do sujeito sobre o gênero para o exercício de determinadas atividades do convívio social:

A aprendizagem dos modos sociais de fazer leva, concomitantemente, ao aprendizado dos modos sociais de dizer, os gêneros. Mesmo que alguém domine bem uma língua, sentirá dificuldade de participar de determinada esfera de comunicação se não tiver controle do(s) gênero(s) que ela requer. É por isso que há pessoas que conversam brilhantemente, mas são incapazes de participar de um debate público ou de discursar para uma grande platéia. A falta de domínio do gênero é a falta de vivência de determinadas atividades de certa esfera. Fala-se e escreve-se sempre por gêneros e, portanto, aprender a falar e a escrever é, antes de mais nada, aprender gêneros (FIORIN, 2006, p. 69).

Bakhtin (1992, p. 282), considera relevante destacar a diferença essencial que existe entre o gênero de discurso primário simples e o gênero de discurso secundário complexo. Fiorin (2006, p. 70) lembra que, para o autor russo, os gêneros primários pertencem à vida cotidiana. Não são exclusivamente orais (mas o são predominantemente). Pertencem à comunicação verbal espontânea e relacionam-se diretamente com o contexto mais imediato. Cita o exemplo da piada, do bate-papo, da conversa ao telefone, o e-mail, o bilhete... Já os gêneros secundários são pertencentes à esfera da comunicação cultural que exige maior elaboração como a jornalística, a jurídica, a religiosa, a política, a filosófica, a pedagógica, a artística, a científica. Existem outros que não passam somente pela escrita como: o sermão, o editorial, o discurso parlamentar, a comunicação científica.

Bakhtin (2002) explica que os gêneros secundários agem sobre os primários, transformam-nos. Os aspectos dos enunciados concretos, reflexos da vida cotidiana, são digeridos pelo gênero secundário, como acontece no romance. Neste caso, os gêneros primários participam da realidade concreta somente por meio da totalidade do romance.

Fiorin (2006) reforça um aspecto dos estudos de Bakhtin: a interdependência dos gêneros. Os secundários, como vimos, servem-se dos primários. No entanto, pode ocorrer de os primários serem influenciados pelos secundários: como, num bate-papo, em que duas ou

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

mais pessoas podem refletir sobre qualquer fato da vida e essa reflexão pode apresentar a forma de um debate filosófico.

Bakhtin esclarece que é indispensável obter conhecimento sobre o enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários) para qualquer estudo e justifica-se:

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. O enunciado situa-se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática (BAKHTIN, 1992, p. 282).

O autor pensa o estilo estritamente ligado ao enunciado e às suas formas. O enunciado, para ele “é individual”, e possui um estilo individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala ou escreve. No entanto, percebe que nem todos os gêneros são igualmente favoráveis ao estilo individual. Os que mais favorecem são os gêneros literários, em que “o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo enquanto tal e constitui uma das suas diretrizes” (BAKHTIN, 1992, p. 283).

Os gêneros que menos oferecem condições para refletir a individualidade na língua são os que requerem uma forma padronizada, como os documentos oficiais, da ordem militar, da nota de serviço. Na maioria dos gêneros do discurso, a não ser no gênero artístico, o estilo individual não entra na intenção do enunciado. Bakhtin (1992) afirma que o estilo individual pode relacionar-se de diferentes maneiras com a língua e que, para definir um estilo, é necessário um estudo aprofundado não só da natureza do enunciado como também da diversidade dos gêneros do discurso.

Bakhtin defende que o estilo é indissociável de unidades temáticas determinadas. Também de modo importante se associa às unidades composicionais, como: “tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.)” (BAKHTIN, 1992, p. 284).

O autor tece críticas quanto à classificação dos estilos a qual lhe parece totalmente fortuita, pobre e não diferencial. Acredita que isso é resultado de uma incompreensão da natureza dos gêneros, dos estilos da língua e de uma ausência de classificação dos gêneros do discurso por esferas de atividade humana. Também acredita igualmente ser uma ausência de diferenciação entre os gêneros primários e os secundários.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Os estilos se encontram em contínua mudança. E para se chegar à explicação histórica dessas mudanças, é indispensável colocar o problema específico dos gêneros do discurso, não só dos gêneros secundários, como também dos gêneros primários. Estes por se apresentarem de forma imediata, sensível e ágil refletem a menor mudança na vida social. Assim, os enunciados e o tipo a que pertencem serão transmissores da história da sociedade à história da língua.

Fiorin (2006, p. 74) destaca que, existem aqueles gêneros mais flexíveis e outros mais estereotipados. Para o primeiro caso, cita como exemplo os da intimidade familiar ou da amizade e os da esfera da literatura. Para o último, estão certos textos da vida cotidiana como as saudações e também da vida prática como a bula de remédio. Destaca que, mesmo nos gêneros mais estereotipados, os enunciados podem adquirir um novo sentido, caso lhe seja aplicada uma nova entonação.

Interessa-nos particularmente a reflexão que Fiorin (2006) faz sobre o estilo individual. Afirma que ele não é absolutamente livre do gênero. Mas há um propósito comunicativo do autor que leva à seleção de um gênero ao qual se adapta. Consequentemente, não há necessidade do autor de abandonar sua individualidade. Pode simplesmente apresentar uma entonação própria ao enunciado margeado pela relação do autor com o objeto do enunciado e com os enunciados dos outros. Assim, o estilo individual poderá aparecer tanto nos gêneros estereotipados, quanto nos menos flexíveis. Pode adotar um tom mais “objetivo” ou um cunho marcadamente pessoal.

Faremos também, a partir de Bakhtin e de alguns pensadores brasileiros, uma reflexão sobre o enunciado, enunciado concreto e enunciação e como esses termos interagem na relação entre os sujeitos.

Bakhtin (1992, p. 289) critica que se considere como função da língua a expressão do universo individual do locutor. Critica o modo como então eram estudadas as funções comunicativas da linguagem, em que, no ato interativo, a ação comunicativa do locutor é estanque, não existe uma relação com o outro e a função do destinatário, nesse caso, se limita, num gesto passivo, a compreender o locutor. Já o enunciado, nessa perspectiva, está a serviço do próprio objeto, ao conteúdo do pensamento enunciado.

A permanência de funções como “ouvinte” e “receptor” só é relevante quando o ouvinte, ao receber e compreender um discurso, assume em relação a esse discurso, uma atitude *responsiva ativa* (BAKHTIN, 1992, p. 290). Pode, desde o início do discurso, o interlocutor concordar ou não com o todo ou apenas em parte, pode completar, adaptar ou até se prontificar a executar uma ordem se assim for determinado a ele. O ato de compreender

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

gesta o ato de responder e por sua vez torna o ouvinte locutor. Assim, não encontramos respaldo no conceito de que o locutor e o ouvinte sejam determinações ativa e passiva, respectivamente, no processo de comunicação.

Pode ser que uma compreensão responsiva ativa não se materialize diretamente como um ato, mas permanece por certo lapso de tempo, como uma compreensão passiva muda ou de ação retardada. Nesse caso, “cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte” (BAKHTIN, 1992, p. 291). Defende também que o locutor espera não uma compreensão passiva, o que seria uma duplicação do pensamento de um no outro, mas espera ou uma concordância, ou uma adesão, ou uma objeção, etc. Afirma que o locutor é um respondente, pois ele não é o primeiro locutor, mas faz parte de uma cadeia de enunciados anteriores que procedem dele mesmo ou do nos quais se fundamenta ou com os quais cria polêmica.

Bakhtin tece críticas aos estudos linguísticos da primeira metade do século XX e destaca o fato de que os problemas do enunciado e dos gêneros do discurso, e por conseguinte, os da comunicação verbal, ficaram quase intocados por eles. Conclui que, o que é dividido e subdividido em unidades de língua é vago e impreciso. Tal indeterminação e confusão se estendem de maneira igual às unidades assim obtidas.

No entanto, afirma que o que faz a indeterminação e a confusão terminológicas é o menosprezo total pelo enunciado, que é a unidade real da comunicação verbal. Para ele, “a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala” (BAKHTIN, 1992, p. 293).

O autor explica que o discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma

Assim, a fronteira do enunciado concreto vai ser determinada pela alternância dos sujeitos falantes, ou seja, ora um, ora outro, que é marcada pelo começo absoluto e um fim absoluto:

[...] antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo “*dixi*” percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou (BAKHTIN, 1992, p. 294).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

O autor explica que a alternância entre os sujeitos falantes é que determina as fronteiras estritas entre os enunciados em diferentes esferas de atividade e de existência dos sujeitos. Essa alternância será de diferentes formas e características e será observada de modo mais direto e claro no diálogo. É no diálogo que a réplica possui um acabamento específico, o qual identifica a posição do locutor e possibilita a resposta. Acrescenta que as réplicas são ligadas umas às outras e questiona as unidades da língua no processo da comunicação verbal: se existe uma relação, por exemplo, de pergunta-resposta, de oferecimento-aceitação ou de ordem-execução, é impossível que o mesmo ocorra entre palavras e orações. Isto só é possível, entre enunciados procedentes de diferentes sujeitos falantes. Há uma relação de pressuposição do outro que não é encontrada num sistema que privilegia a gramática que é estanque.

A respeito desse assunto, Bakhtin (1992, p. 296) observa que as fronteiras da oração nunca são marcadas pela alternância dos sujeitos falantes e que a oração representa um pensamento só relativamente acabado, porque este pensamento está diretamente relacionado com outros pensamentos do mesmo locutor, dentro do todo do enunciado. Quando termina a oração, o locutor faz uma pausa para depois prosseguir com o pensamento que dará continuidade ao seu próprio pensamento, o qual permite continuar e fundamentar o pensamento anterior.

O autor esclarece que a oração assume a categoria de enunciado, mas não tem a capacidade de determinar uma resposta, adquire essa propriedade, participa dela apenas no todo de um enunciado. A oração não se encontra numa relação direta com a realidade e nem pode ser analisada como pausa, pois as pausas só são possíveis no interior do discurso de um único locutor; a pausa entre os enunciados é um fato real e não um fato gramatical.

Acrescenta que a oração que se torna enunciado completo adquire novas qualidades e particularidades que não são próprias da oração, só ao enunciado. E se for dotada de certas propriedades como a de possuir delimitação em suas duas extremidades pela alternância dos sujeitos falantes, de estar em contato com a realidade e de manter relação imediata com os enunciados do outro, de possuir significação plena e acima de tudo, apresentar uma capacidade de suscitar a atitude responsiva do *outro* locutor, é tida como unidade real da língua, portanto, possuidora das características do enunciado.

[...] as pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente lingüística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua - palavras, combinações de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma única unidade da fala (o que acontece sobretudo na réplica do diálogo), mas não é isso que converterá uma unidade da língua numa unidade da comunicação verbal (BAKHTIN, 1992, p. 297).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

Para o autor, o diálogo real é a forma mais simples e mais clássica da comunicação verbal. Em outras esferas, em áreas com maior exigência organizacional como, por exemplo, nas ciências e nas artes, os gêneros se caracterizam pela idêntica delimitação da alternância dos sujeitos falantes. Embora, mostrem uma fronteira nítida externa, passam a ser identificadas também por uma característica interna particular em razão pela qual “o sujeito falante [o autor da obra] manifesta sua individualidade, sua visão do mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra” (BAKHTIN, 1992, p. 298).

Bakhtin (1992) esclarece que tanto quanto a réplica do diálogo, a obra também visa à resposta do outro em forma de compreensão responsiva ativa. Entre as formas, cita: a que exerce uma influência didática sobre o leitor, a que o convence e o suscita a uma apreciação crítica e também a que exerce influência sobre continuadores. A obra, dentro de uma dada esfera cultural, predetermina as posições responsivas do outro. Também a obra se relaciona com outras obras-enunciados, ou seja, ela responde a outras obras e também outras obras lhe respondem.

Para Bakhtin (1992), o enunciado possui acabamento e isto se caracteriza pela alternância dos sujeitos falantes vista do interior. Para o autor, é o “*dixi*” conclusivo do locutor.

O autor estabelece alguns critérios particulares que determinam o acabamento. Entre eles, está o que permite a resposta, ou seja, o que adota uma atitude responsiva para com o enunciado como, por exemplo, a atitude de execução de uma ordem. Bakhtin reafirma a importância do acabamento como possibilidade de reação ao enunciado:

Não basta que o enunciado seja inteligível no nível da *língua*. Uma oração totalmente inteligível e acabada, se for uma oração e não um enunciado – constituído de uma única oração – não poderá suscitar uma reação de resposta: é inteligível, está certo, mas ainda não é um *todo*. Este *todo* – indício da *totalidade* de um enunciado – não se presta a uma definição de ordem gramatical ou pertencente a uma entidade do sentido (BAKHTIN, 1992, p. 299, grifos do autor).

Para o autor, existem três fatores ligados no todo orgânico do enunciado que possibilitam responder e compreender de modo responsivo: “1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento” (BAKHTIN, 1992, p. 299).

O primeiro caso, o tratamento exaustivo do tema do enunciado, varia de acordo com as esferas de comunicação: vida militar com os comandos e as ordens, na vida profissional e nas práticas em que os gêneros do discurso são padronizados ao máximo, a criatividade é quase inexistente. Quando, porém, se tratar de uma obra científica, por

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

exemplo, o tratamento temático demanda apenas um mínimo de acabamento que possa produzir uma atitude responsiva. Isto porque o objeto como tema de um enunciado está ligado ao querer-dizer do locutor.

Esse querer-dizer é o que vai determinar o todo do enunciado: sua amplitude e suas fronteiras. O acabamento do enunciado será medido pelo intuito discursivo do locutor, pelo modo como o captamos, e esse intuito determina a escolha do objeto e da forma do gênero em que o enunciado será estruturado:

[...] o elemento *subjetivo* do enunciado, entra em combinação com o objeto do sentido – *objetivo* – para formar uma unidade indissolúvel, que ele limita, vincula à situação concreta (única) da comunicação verbal, marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados. É por isso que os parceiros diretamente implicados numa comunicação, conhecedores da situação e dos enunciados anteriores, captam com facilidade e prontidão o *intuito discursivo*, o querer – dizer do locutor, e, às primeiras palavras do discurso, percebem o *todo* de um enunciado em processo de desenvolvimento (BAKHTIN, 1992, p. 300, grifos do autor).

Podemos aqui recortar o exemplo citado por Brait e Melo (2005, p. 66), retirado de texto assinado por Voloshinov, em que o autor parte da indagação: “Como o discurso verbal na vida se relaciona com a situação extraverbal que o engendra?”. No exemplo, duas pessoas estão sentadas numa sala em silêncio, uma delas diz “Bem”. Ao que a outra pessoa nada responde. Explicam que o sentido de “bem” só pode acontecer, e ser compreendido e conseqüentemente analisado, porque existe uma situação extraverbal implicada no verbal, incluindo aí, interlocutores que se conhecem, compartilham universos, conhecimentos, pressupostos, sentimentos. O que podemos aproveitar no texto é a situação concreta (única) de que fala Bakhtin da comunicação verbal marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores que vão compartilhar “em silêncio” com o enunciado “Bem” do interlocutor que se mantém quieto, porém, compreendendo perfeitamente o sentido do enunciado. Completam as autoras que “a palavra *bem* foi enunciada dentro de condições que a tornam um enunciado” Brait e Melo (2005, p. 67). Na obra assinada por Voloshinov, esse contexto compreende o horizonte espacial comum dos interlocutores, o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores e a avaliação comum de ambos dessa situação.

O terceiro fator é o que Bakhtin considera como o mais importante: são as formas estáveis do gênero do enunciado. Ao querer-dizer, o locutor opta por um gênero do discurso. O que vai determinar essa escolha será a especificidade de uma dada esfera da comunicação

verbal, a necessidade de uma temática (do objeto do sentido), o conjunto constituído dos parceiros. Acrescenta-se a isso o plano discursivo do locutor e também a sua individualidade.

Bakhtin refere-se ao fato de que possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso, tanto orais quanto escritos, e os usamos com segurança e destreza, mas nem sempre sabemos da existência teórica deles. Moldamos nossa fala às várias especificidades de gêneros: às vezes, mais maleáveis, mais plásticos e até, padronizados e estereotipados. Revela que os gêneros com os quais lidamos em nosso cotidiano nos parecem tão naturais quanto a “língua materna”. A respeito da língua materna, sobre a composição de seu léxico e sua estrutura gramatical, o autor russo disserta que não a aprendemos nos dicionários e nas gramáticas, mas a adquirimos por meio dos enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva em meio aos indivíduos. Assimilamos as formas da língua nas formas assumidas pelo enunciado. Lidamos com as formas da língua e as formas típicas de enunciados que são os gêneros do discurso em nossa experiência e em nossa consciência em estreita correlação, pois:

Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, menos ainda, é óbvio, por palavras isoladas). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 1992, p. 302).

Assim, como as estruturas gramaticais são formas prescritivas da língua, também os gêneros do discurso o são para o enunciado. Ambas são indispensáveis para um entendimento recíproco entre locutores. Porém, os gêneros do discurso em comparação com as formas da língua são, além de ágeis, mais fáceis de combinar; embora apresentem para o sujeito falante um valor normativo. Os gêneros do discurso são dados para o sujeito, ele não os cria. Portanto, apesar da singularidade, da individualidade e da criatividade do enunciado, ele não pode ser considerado como uma *combinação absolutamente livre* das formas da língua. Isso é muito importante nas ideias de Bakhtin, porque quando ele fala em querer-dizer do locutor, não pode ser entendido como um sujeito totalmente livre. O gênero é algo que fecha as possibilidades do dizer. O sujeito do qual estamos falando, apesar de ter sua individualidade, não é todo poderoso.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Segundo Bakhtin (1992, p. 305), “A ideia que temos da forma do nosso enunciado, isto é, de um gênero preciso do discurso, dirige-nos em nosso processo discursivo.”

Vale a pena ainda destacar, daquilo pontuado pelo autor sobre os gêneros do discurso, a relação do enunciado com *o próprio locutor*, ou seja, com o autor do enunciado, juntamente *com os outros* parceiros da comunicação verbal. O autor compara o enunciado a um elo na cadeia da comunicação verbal. “Representa a instância ativa do locutor numa ou noutra esfera do objeto do sentido” (BAKHTIN, 1992, p. 308). Os problemas de execução que o objeto do sentido produz para o locutor (o autor) determinam a escolha dos recursos linguísticos e do gênero do discurso.

Além dessa escolha realizada pelo autor, Bakhtin também fala que o enunciado necessita da expressividade do locutor ante o objeto enunciado. Não existe como já afirmado neste trabalho, enunciado absolutamente neutro, segundo essa concepção teórica. A relação de valor para com o objeto do discurso demanda do locutor a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado.

Ainda é preciso dizer que, para o autor, o gênero interfere no sentido das palavras: o autor defende que, ao se escolher uma palavra para utilizá-la no processo de elaboração de um enunciado, ela é tirada de *outros enunciados*, sobretudo, enunciados que se assemelham pelo gênero, especialmente, pelo tema, composição e estilo. Ao tratar de determinado gênero, selecionamos as palavras que lhe sejam afinadas, específicas. Justifica-se ao dizer que: “o gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma do enunciado que, como tal, recebe do gênero uma expressividade determinada, típica, própria do gênero dado” (BAKHTIN, 1992, p. 312). É nesse sentido que se pode dizer, com Bakhtin, que há uma força normativa do gênero.

É também importante destacar, acerca dessa normatividade dos gêneros e da individualidade do sujeito, que, para Bakhtin (1992), os enunciados oriundos da época, do meio social do micromundo como: o da família, dos amigos e conhecidos e dos colegas servem de norma, dão o tom. Estão nas obras científicas, literárias e ideológicas. As pessoas se apoiam nelas e a elas se referem em forma de citação, imitação e até de inspiração. As épocas ditam os modismos, as tradições as quais são expressas, acatadas e preservadas sob o invólucro dos enunciados, das obras e das palavras. As ideias diretrizes emanam de determinadas épocas certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem e até mesmo, os modelos das antologias escolares, que soam expressivas, são base para o estudo da língua materna.

Portanto, pontua o autor que a experiência verbal do homem toma forma e evolui em razão da interação contínua e permanente com os enunciados “individuais” do outro, pelo processo de assimilação, mais ou menos criativo, das palavras do outro. Os nossos enunciados estão repletos das palavras dos outros. Estas palavras dos outros nos chegam com sua própria expressividade, com um tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos e modificamos.

Mas o sujeito, nessas forças “normativas”, tem um espaço de ação, já que a expressividade aparece como uma particularidade constitutiva do enunciado, “o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado” (BAKHTIN, 1992, p. 315).

Sobre o estilo do gênero, Bakhtin (1992, p. 315) considera que a estilística do meio do século XX leva em conta, para determinar o estilo de um enunciado, unicamente os seguintes fatores: o sistema da língua, o objeto do sentido e a pessoa do locutor com o seu senso de julgamento apreciativo a respeito desse objeto.

Para Bakhtin, não é suficiente para a definição do estilo do enunciado o juízo de valor e as emoções do locutor, pois admite que, o enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. Como já afirmado neste trabalho, para o autor, os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. Deve-se considerar o enunciado como uma resposta a outros enunciados no sentido de refutar, confirmar, completar, e de se supor conhecidos ou até de contar com eles. Ele ocupa uma posição definida numa dada esfera da comunicação verbal. Nossa posição está correlacionada com outras posições. É por isso, que o enunciado é repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal. O autor afirma que reagimos de várias formas, como:

[...] podemos introduzir diretamente o enunciado alheio no contexto do nosso próprio enunciado, podemos introduzir-lhe apenas palavras isoladas ou orações que então figuram nele a título de representantes de enunciados completos. Nesses casos, o enunciado completo ou a palavra, tomados isoladamente, podem conservar sua alteridade na expressão, ou então ser modificados (se imbuírem de ironia, de indignação, de admiração, etc.); também é possível, num grau variável, parafrasear o enunciado do outro depois de repensá-lo, ou simplesmente referir-se a ele como a opiniões bem conhecidas de um parceiro discursivo; é possível pressupô-lo explicitamente; nossa reação-resposta também pode refletir-se unicamente na expressão de nossa própria fala – na seleção dos recursos lingüísticos e de entonações, determinados não pelo objeto de nosso discurso e sim pelo enunciado do outro acerca do mesmo objeto (BAKHTIN, 1992, p. 316).

Podemos refletir acerca da reação-resposta de que fala Bakhtin, como resposta de nossa própria fala pela seleção dos recursos lingüísticos e de entonações, determinadas não em razão do objeto do nosso discurso, mas em razão do enunciado do outro sobre o mesmo objeto.

A escolha da expressividade de nosso enunciado em qualquer situação é determinada somente pela

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

forma de nosso enunciado, mas também determinada pela expressividade dos enunciados do outro sobre o mesmo assunto aos quais respondemos e polemizamos. Isto determina de certa forma as nossas escolhas sobre certos pontos, como, por exemplo, a reiteração, expressões mais contundentes ou não, de um tom mais provocante ou conciliatório. Enfim, uma *resposta* não só trata da relação com o objeto do enunciado, como também da relação do locutor com os enunciados do outro.

Afirma Bakhtin (1992) que, por mais monológico que seja um enunciado, por mais que se concentre no seu objeto, não deixa de ser uma resposta ao outro, ao que já foi dito sobre o mesmo objeto. A resposta pode ser observada pelas tonalidades do sentido, pela expressividade, pelo estilo, pelos mais ínfimos matizes da composição. O autor chama atenção para as *tonalidades dialógicas*, como formas de preenchimento do enunciado e que devem ser levadas em conta, caso queiramos compreender o estilo do enunciado.

Bakhtin (1992) analisa as inter-relações entre o enunciado do eu do outro distinguido em sua alteridade e introduzido no enunciado do eu, mantendo uma certa analogia com as relações existentes entre as réplicas do diálogo. As aspas no discurso escrito, por exemplo, assinalam a entonação que demarca o discurso do outro. Há uma transposição da *alternância dos sujeitos falantes* para o interior do enunciado. Por meio desse recurso a voz do locutor se difunde no discurso do outro, expressando-se de maneira irônica, indignada, simpática, admirativa:

(essa expressão é transmitida por uma entonação expressiva, e no discurso escrito nós a adivinhamos e a percebemos graças ao contexto que envolve o discurso do outro, ou graças à situação transverbal que sugere a expressão apropriada). Desse modo, o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria, ou seja, a do outro, e a do enunciado que o acolhe. Observam-se esses fatos acima de tudo nos casos em que o discurso do outro (ainda que se reduza a uma única palavra, que terá valor de enunciado completo) é abertamente citado e nitidamente separado (entre aspas) e em que a alternância dos sujeitos falantes e de sua inter-relação dialógica repercute claramente (BAKHTIN, 1992, p. 318).

Quanto a essa inter-relação, Bakhtin (1992) nos alerta para observar com apuro as condições concretas da comunicação verbal e então descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade. Para ele é como se o enunciado tivesse sulcos preenchidos pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos.

O autor discorre também sobre a “paternidade”, ou seja, sobre o criador do objeto do discurso. E afirma que, o objeto do discurso de um locutor, não é o objeto do discurso que se instala pela primeira vez no enunciado. Nem mesmo é falado pelo primeiro locutor. O objeto já foi falado, controvertido, debatido, esclarecido, julgado de diversas maneiras e nele já se cruzaram, se encontraram e se separaram diferentes pontos de vista, visões do mundo e várias

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

tendências. Somente o Adão bíblico pode ser considerado virgem da palavra do outro e também diante de objetos igualmente virgens, ainda não designados e certamente nomeados por ele. “O locutor não é um Adão, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos” (BAKHTIN, 1992, p. 319).

O enunciado, de acordo com o pensamento do escritor russo, está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro sobre esse objeto. Portanto, o que for dito, por mais superficial que seja em referência ao enunciado do outro confere à fala um aspecto dialógico. A relação com a palavra do outro é diferente da relação com o objeto.

Como já afirmado, segundo o autor, podemos pensar o enunciado ligado aos outros que o precedem e, ao mesmo tempo, aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal. Enquanto ele está sendo elaborado, os que virão depois ainda não foram construídos, mas o enunciado, desde o início, é elaborado em função da eventual reação resposta. O papel do destinatário para o qual o enunciado se elabora é muito importante. Os nossos ouvintes não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Nós, como autores, esperamos de nossos interlocutores (destinatários) uma resposta, uma compreensão responsiva ativa.

Para Bakhtin (1992), todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta. Assim, o enunciado é caracterizado, principalmente, em função de seu destinatário, pois o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o outro o constitui de forma substancial. Podemos enumerar vários destinatários:

[...] o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana, pode ser o conjunto diferenciado de especialistas em alguma área especializada da comunicação cultural, pode ser o auditório diferenciado dos contemporâneos, dos partidários, dos adversários e inimigos, dos subalternos, dos chefes, dos inferiores, dos superiores, dos próximos, dos estranhos, etc; pode até ser, de modo absolutamente indeterminado, *o outro* não concretizado (BAKHTIN, 1992, p. 320-21).

Bakhtin, refletindo sobre até que ponto o destinatário interfere no enunciado, afirma que os gêneros do discurso de acordo com cada área da comunicação verbal são concebidos de forma padronizada pelo destinatário. Esclarece que em cada uma das áreas da comunicação verbal, cada um dos gêneros do discurso tem sua concepção padronizada do destinatário a qual determina como gênero.

Enquanto elaboro meu enunciado, tendo a determinar essa resposta de modo ativo; por outro lado, tendo a presumi-la, e essa resposta presumida, por sua vez, influi no meu enunciado (precavenho-me das objeções que estou prevendo, assinalo restrições, etc.). Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Em razão de todos esses fatores é que serão determinadas as escolhas do gênero do enunciado, dos procedimentos composicionais e dos recursos linguísticos, ou seja, o estilo. Por exemplo, o gênero dos processos judiciais dirige-se a uma classe de leitores, a dos profissionais liberais e suas instâncias. Nesse círculo preciso de leitores, os textos tratam o conhecimento de forma especializada e específica. O gênero de divulgação científica também possui um círculo preciso de leitores, com certo fundo aperceptivo de compreensão responsiva. Sempre se deve levar em conta o destinatário e sua apercepção e a influência dela sobre a estrutura do enunciado, no que se constitui na amplitude relativa dos conhecimentos de um determinado grupo especializado.

No cotidiano, na vida oficial, a situação social nas várias esferas, a posição e a importância do destinatário influenciam na comunicação verbal de um modo todo especial. O modo como a sociedade se estrutura demanda uma extraordinária diferenciação nos gêneros do discurso e nos estilos. O grau de importância do destinatário e a idade influenciam a estrutura e o estilo do enunciado.

Nos gêneros dos discursos familiar e íntimo, as nuances do estilo são mais sutis por se tratar do caráter pessoal e do grau de proximidade do relacionamento que existe entre o destinatário e o locutor. Nos estilos íntimos, há uma tendência em fundir plenamente locutor e destinatário. Sem a censura das convenções discursivas, o discurso familiar adota uma atitude pessoal, informal para com a realidade. “O discurso íntimo é impregnado de uma confiança profunda no destinatário, na sua simpatia, na sensibilidade e na boa vontade de sua compreensão responsiva” (BAKHTIN, 1992, p. 323). Dessa forma, o locutor revela suas profundezas interiores e fica caracterizada a expressividade particular e a franqueza interior do estilo. O estilo objetivo-neutro, segundo o autor, “seleciona os recursos lingüísticos em função não só de uma adequação ao objeto do discurso, mas também do pressuposto fundo aperceptivo do destinatário do discurso” (BAKHTIN, 1992, p. 324); o autor destaca que nesse estilo, a expressividade do locutor é reduzida ao extremo.

Assim, o autor afirma que o estilo depende do modo como o locutor percebe e compreende seu destinatário e também como presume uma compreensão responsiva ativa. A relação do locutor com o outro e com seus enunciados (existentes ou presumidos) não deve ser subestimada, se assim se faz, não se pode compreender nem o gênero nem o estilo de um discurso.

1.4 A AUTORIA SEGUNDO BAKHTIN

Bakhtin faz uma reflexão acerca do autor, da constituição da autoria e como diferir o autor-pessoa do autor-criador. Segundo o seu pensamento, “o homem é o centro do conteúdo-forma a partir do qual se organiza a visão artística, e de que se trata de um *homem dado* nos valores de sua atualidade-presença no mundo” (BAKHTIN, 1992, p. 201, grifo do autor). É a partir do homem que se constitui um ambiente de valores. Tudo o que acontece e mantém relação de tempo, de espaço e de sentido pode se tornar constituinte artístico significante. A visão de valor e essa consistência que o mundo produziu ao redor do homem criam sua realidade estética que é diferente da realidade cognitiva e ética que ele possui. Estas se referem à realidade do ato e à realidade moral do acontecimento singular e único da existência. Observa que, no plano de valores, há uma diferença fundamental entre eu e o outro:

O eu e o outro constituem as *categorias fundamentais de valores* que pela primeira vez originam *um juízo* de valor real, e esse juízo, ou, mais exatamente, a ótica axiológica da consciência, manifesta-se não só pelo ato, mas também pela menor vivência, pela mais simples sensação: viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida, significa *ser* numa ótica axiológica. Depois procedemos à descrição fenomenológica de consciência dos valores – a que tenho de mim mesmo e a que tenho do outro no acontecimento da existência (BAKHTIN, 1992, p.201-202, grifos do autor).

Temos no outro o centro de valores da visão artística de uma obra. O autor explica que somente o outro pode receber um acabamento: no espaço, no tempo, no sentido, os quais são valores transcendentem à autoconsciência ativa e não fazem parte de uma relação de valor consigo mesmo. A relação de valor consigo mesmo é esteticamente improdutiva. E a visão estética encontra sua expressão nas artes, principalmente, na criação artística verbal. Ela se caracteriza pelo isolamento e desígnio formal determinado e demarcado, o qual se realiza através do material verbal que é a *palavra*. Esta matéria é utilizada para efetuar o desígnio artístico. A passagem que leva da visão estética à arte abrange determinados procedimentos de adaptação da palavra às finalidades estéticas.

Faraco (2005, p. 47), em sua leitura sobre a concepção do herói em Bakhtin, interpreta-o como um ser não totalmente determinado, ou seja, visto e conhecido de fora, mas relativamente autônomo e dessa forma vê o próprio mundo, tem consciência dele e de si mesmo nesse mundo, isto é, possui “um certo excedente de visão” que lhe chega pela relação tensa do olhar dos outros sobre ele.

Bakhtin defende que o autor se aproxima do herói para fazê-lo ver na própria consciência a fragilidade de seus valores, dominada pela consciência do outro.

Explica Faraco (2005, p. 47) que, dessa forma, a autoconsciência deixa de ser apresentada apenas como um dos elementos da imagem do herói. A autoconsciência “passa a ser o dominante artístico da construção desse herói;” “o herói não só apreende seu mundo, mas também o seu estar nesse mundo.” O herói também se vê de fora, por uma visão dialógica com outras consciências, inclusive a do autor-criador.

Assim, o autor russo classifica a obra de arte como um acontecimento artístico vivo, significante, único e não uma coisa, um objeto de cognição puramente teórico. A compreensão e a cognição devem, acima de tudo, operar sobre o acontecimento, pois nele os participantes vivem os valores e a vida, a relação do autor com o herói. Destaca nesse ponto, a importância do autor-portador da visão artística e do ato criador no acontecimento existencial que possibilita dar peso a uma criação séria, significativa e responsável. Daí a importância do autor como responsável no acontecimento existencial. Ao lidar com os componentes desse acontecimento, torna o mesmo a sua obra.

O autor e seu desígnio artístico devem ser avaliados segundo os valores abarcados pelo objeto estético. O princípio de acabamento do objeto estético se compõe do conjunto multiforme da existência, vivida em todos os seus componentes; o projeto artístico estrutura o mundo concreto no espaço, no tempo e no sentido.

Para Bakhtin (1992), cabe ao artista ver no homem e no seu mundo aquilo que ele mesmo, não pode ver dentro de si. Caso contrário, não poderia permanecer em si mesmo, nem viver sua vida com seriedade. De modo especial, o artista aproxima-se do herói por um outro ângulo, não o da própria vida, mas de um ponto de vista diferente, pois o artista é aquele que sabe exercer sua atividade fora do limiar do cotidiano, fora do limite da vida prática, social, política, moral, religiosa. Não só a compreende do ponto de vista do seu interior, mas é também aquele que ama a vida pelo exterior – no ponto em que ela não existe para si mesma. Bakhtin reflete que a função do artista está em ver que a arte requer uma atividade situada fora de si mesma e do sentido, pois:

A divindade do artista reside em sua participação na exotopia suprema. Mas essa exotopia aos outros e ao seu mundo não é, claro, senão uma maneira específica e fundamentada de participar do acontecimento existencial. Encontrar o meio de aproximar-se da vida pelo lado de fora, é esta a tarefa do artista. É assim que o artista e a arte em geral criam uma visão do mundo absolutamente nova, uma imagem do mundo, uma realidade da carne mortal do mundo que nenhuma outra atividade criadora poderia produzir. E essa determinação exterior (interiormente exterior) do mundo, que encontra sua mais alta expressão e validação na arte, acompanha sempre nossa visão emocional do mundo e da vida (BAKHTIN, 1992, p. 205).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

O ato artístico capta o sentido do mundo disperso e o condensa numa imagem concluída e autônoma e encontra para o que é passageiro no mundo, algo que suscita a emoção que o reanima e o preserva. A atividade estética gera a existência num novo plano de valores do mundo; a partir dela pode surgir um novo homem e um novo contexto de valores como um novo plano do pensamento do homem sobre o mundo.

Bakhtin afirma que o autor deve-se manter na fronteira do mundo que está criando durante o seu ato criativo, pois a entrada do artista nesse mundo compromete a estabilidade estética dele. Nesse caso, o autor se refere ao autor-pessoa.

Quanto ao autor-criador, Faraco (2005, p. 37-38) destaca que ele, em Bakhtin, diferentemente do autor pessoa, é a função estético-formal engendradora da obra. É aquele que dá forma ao objeto estético, o pivô que sustenta a unidade do todo esteticamente consumado. Assume uma posição estético-formal, cuja característica básica está em materializar uma certa relação de valor com o herói e seu mundo. O autor-criador pode olhar para eles com simpatia ou antipatia, distância ou proximidade, reverência ou crítica, aplauso ou sarcasmo e outras reações de sentimento. O posicionamento de valor dá força ao autor-criador para constituir o todo. É a partir dessa força que se criará o herói e seu mundo e se lhes dará o acabamento estético.

Faraco (2005, p. 39), diz que: “o ato estético opera sobre sistemas de valores e cria novos sistemas de valores.” Destaca que muitos aspectos do plano da vida são destacados, retirados do evento e transportados para o ato artístico, são organizados e subordinados a uma nova unidade, que dá um acabamento. Interpreta o autor-criador como aquele que dá forma ao conteúdo, e que não só registra passivamente os eventos da vida, mas por meio de uma posição axiológica, recorta esses eventos e os reorganiza esteticamente.

Afirma Faraco (2005, p. 38) acerca do ato de criação perpetrado pelo autor, em Bakhtin: “no ato artístico especificamente, a realidade vivida (já em si atravessada por diferentes valorações sociais porque a vida se dá num complexo caldo axiológico) é transposta para um outro plano axiológico (o plano da obra)”. O ato do artista está fundado num sistema de valores e, por conseguinte, gera novos sistemas de valores. Do contato direto do autor com o herói e seu mundo e de sua relação de valores com o herói, Bakhtin explica que o autor determina sua posição enquanto posição artística:

Somente através dessa relação de valores com o herói é que os procedimentos literários formais alcançam pela primeira vez sua importância, seu sentido e seu peso de valores (tornam-se acontecimentos importantes e necessários), e que a dinâmica do acontecer penetra também na esfera da literatura entendida como realidade material (o contexto jornalístico, seu combate, sua vida, etc.) (BAKHTIN,1992, p. 211).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

De acordo com Faraco (2005, p. 39), na concepção bakhtiniana, o ato criativo envolve um complexo processo de transposições refratadas da vida para a arte. Enquanto o autor-pessoa compõe o objeto estético, ocorre um deslocamento refratado à proporção que o autor-criador é uma posição axiológica conforme for recortada pelo autor-pessoa. O autor-criador, por sua vez, assume uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição de valores recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; também refratante, pois a partir dela se recortam e se reordenam esteticamente os eventos da vida.

Faraco (2005, p. 41) reflete sobre o deslocamento fundador do ato estético o qual diz: “Eu sou eu” na linguagem de outrem; e de dizer, na minha linguagem, “Eu sou outro”. Esse modo de compreender o necessário deslocamento presente no ato de trabalhar uma linguagem estando fora dela remete ao princípio esteticamente criativo na relação autor/herói. Sobre esse princípio da exterioridade é preciso estar fora, olhar de fora, é preciso que tenhamos um excedente de visão e conhecimento para construir esteticamente o herói e seu mundo.

Bakhtin (1992, p. 166-67), trata o problema da autobiografia a partir da pergunta: “como me represento a mim mesmo?” Para ele, o autor, na biografia, como em nenhum outro lugar, situa-se muito próximo de seu herói, pois parece que o autor-escritor coincide com o herói. No entanto, essa ilusão se desfaz, pois deve ocorrer um deslocamento, pois nele, “o outro é possível e admito o domínio dele sobre mim”; “quando reconstruo uma vida exterior para mim; é o outro possível que penetrou em minha consciência e que com frequência me governa a conduta, o juízo de valor e que, na visão que tenho de mim, vem colocar-se ao lado de meu eu-para-mim.”

Faraco (2005, p. 43), em sua leitura bakhtiniana, entende que a autobiografia não pode ser um mero discurso direto do escritor sobre si mesmo, falado do interior do evento da vida vivida. Na escrita da autobiografia, o escritor deve se posicionar de acordo com os valores frente à própria vida e submetê-la a uma valoração que transcenda os limites do apenas vivido.

Bakhtin vê, portanto, a necessidade de dar à vida um certo acabamento, e isso só será possível se o escritor olhá-la de fora, se se tornar um outro em relação a si mesmo. O escritor precisa se auto-objetificar, ou seja, é necessário olhar-se com um certo excedente de visão.

O ato de se olhar no espelho permite a mesma impressão.

permanecermos em nós mesmos e só vemos o nosso reflexo,[...] mas não vemos a nós mesmos em nosso aspecto físico, o aspecto físico não nos engloba por inteiro, estamos diante do espelho, mas não estamos dentro do espelho; o espelho só pode fornecer o material de uma auto-objetivação – um material que não é, para ser exato, sequer um material. De fato, nossa situação na frente do espelho é sempre deturpada pois, na ausência de um meio de abordagem de nós mesmos, também nesse caso identificamos com o outro possível, indeterminado, com cuja ajuda tentamos encontrar uma posição de valores a respeito de nós mesmos. (BAKHTIN, 1992, p. 52)

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Faraco (2005, p. 43), comenta a autocontemplação dizendo que, quando nos olhamos no espelho, pensamos nos ver nele de maneira real como os outros nos veem. Entretanto, o que vemos refletido no espelho é um reflexo do nosso exterior e não a nós mesmos em termos de nosso exterior, porque estamos em frente ao espelho e não no seu interior. Portanto, diante da impossibilidade de nos vermos a nós mesmos, nos projetamos num outro indeterminado uma relação de valor e a partir desse outro tentamos dar-nos vida e forma. Nesse sentido, nunca nos encontramos sozinhos à frente do espelho. Há um outro participante intrometido na cena de autocontemplação. O fato é que quando nos olhamos no espelho, em nossos olhos olham olhos alheios. Quando nos olhamos no espelho, não vemos o mundo com nossos próprios olhos e desde o nosso interior; vemos a nós mesmos com os olhos do mundo – estamos possuídos pelo outro.

A relação que temos com nosso aspecto físico não é de ordem estética e só se refere ao efeito que eventualmente podemos causar nos outros – naqueles que nos vêem de maneira imediata – em outras palavras, nosso julgamento não é feito para nós mesmos, mas para os outros e através dos outros. [...] na frente de um espelho, quase sempre posamos, adotando esta ou aquela expressão que nos parece essencial e desejável. Tais são as diversas expressões que, no nosso rosto refletido no espelho, entram em luta e em simbiose fortuita. Nunca é nossa alma, singular e única, que se encontra expressa no acontecimento-contemplação: sempre se introduz um segundo participante – o outro fictício, o autor não fundamentado e não autorizado; não estou sozinho quando me olho no espelho, estou sob o domínio de outra alma (BAKHTIN, 1992, p. 52-53).

Os comentários de Bakhtin sobre o projeto de dizer do autor quando teoriza sobre o conceito de enunciado iluminam esta pesquisa. O enunciado, seja ele literário ou não, para este autor, tem um acabamento estético – Bakhtin define os objetos do conhecimento como parte do mundo estético, em oposição ao mundo ético, da vida.

Assim, tomaremos cada texto dissertativo analisado neste trabalho como um enunciado concreto que tem um projeto de dizer de um autor, no caso, trataremos prioritariamente do autor-criador, aquele que é uma função que dá o acabamento a esse enunciado pressupondo a compreensão responsiva/ativa do outro-leitor. Esse autor-criador, como veremos, refrata as vozes sociais que constituem seu enunciado, em diálogo com os discursos da família, da instituição escolar, da religião. Em suma, esse autor-criador se situa frente aos valores da sociedade.

2. APONTAMENTOS ACERCA DO CONCEITO DE CIDADANIA

Neste capítulo, o objetivo é investigar os sentidos de cidadania e de cidadão em alguns momentos históricos a fim de refletir sobre a permanência ou não desses sentidos em textos de vestibulandos brasileiros. Na análise que fazemos no terceiro capítulo, interessa-nos pensar como eles interferem na produção textual escolar, especificamente como eles interferem na constituição da autoria de um grupo de vestibulandos brasileiros.

Em função desse objetivo, além de uma pequena exposição histórica da cidadania no contexto mundial, fazemos resenhas de textos que analisam os sentidos de cidadania em discursos brasileiros, levantamos os sentidos desse conceito presentes em dicionários brasileiros, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Inicialmente, tomaremos o termo cidadania para defini-lo etimologicamente. Segundo Libanio (1995, p. 16), “cidadania vem de “cidade”. Cidade vem de civitas, civilis. A cidadania é a ação pela qual alguém se torna civil, habitante de uma cidade e passa a fazer parte de uma civilização.”

Libanio (1995, p. 17-18) nos esclarece que esse conceito remonta à sociedade grega, que se organizou, ao longo da história, sucessivamente, em famílias, fratrias, tribos e pólis.¹ Importante observarmos que já na organização em tribos há a constituição de assembleias, a promulgação de decretos a que se submetem todos os membros. Os tribunais são instituídos e todos por direito são submetidos a ele. O autor destaca que é importante notarmos que, na formação das cidades (pequenas células que se unem: famílias em fratrias, fratrias em tribos, tribos em cidades), não se perde a individualidade nem a independência da célula anterior e a tudo a que era anteriormente ligada, como reuniões, festas, chefes. A cidadania, na sociedade grega, não negava os vínculos sociais e religiosos anteriores. Por isso, salienta: “temos um dado fundamental para entender hoje a cidadania, se não quisermos negar e esquecer a história” – o social não anula o individual.

¹ Não há uma data precisa sobre a formação da fratria, da tribo e da poli (FUSTEL, 1998, p. 123) “Até aqui não temos nenhuma data, e ainda continuaremos a não poder apresentá-la”, justifica que “na história das sociedades antigas as épocas indicam-se mais facilmente pela sucessão das ideias e das instituições que pela seqüência dos

Considere-se ainda que, em Atenas, para ser admitido à cidade e tido como cidadão, o jovem deveria ter dezesseis ou dezoito anos. Depois que passasse pelos ritos de entrada, como proferir o juramento e se obrigar a respeitar sempre a religião da cidade, ele era considerado cidadão ateniense e a cidadania começava a ser exercida. Libanio (1995, p. 18) chama atenção, acerca desse aspecto, para o fato de que a cidadania se instala, nessa sociedade, não pelo caminho da conquista, mas pelo processo de iniciação, “de introdução num mundo já existente e regulado pela religião, ao qual o jovem tem acesso por via do rito”.

A crença religiosa, na sociedade grega da época, impõe-se como força agregadora que produz um vínculo social necessário para a criação da cidadania. Esse vínculo se produz pela obediência a regras comuns: torna-se, assim, a paixão submissa à razão; a razão e os interesses individuais, à razão pública e aos interesses coletivos.

O autor ainda pontua que, no início da cidadania grega, não se separam política e ética: para que haja cidadania, deve haver justiça:

Platão, muito consciente da influência da cidade sobre o cidadão, afirma que ela deve ser justa, a fim de gerar um cidadão justo. Já desde o início da cidadania grega, a política e a ética se imbricavam. Não se pode pensar na verdadeira cidadania fora de uma cidade justa. A política injusta deforma o cidadão, e o cidadão sem ética faz má política (LIBANIO, 1995, p. 36).

Comportamentos éticos, segundo Libanio (1995), pressupunham, nessa sociedade, leis éticas. Por isso, o autor defende que a tradição grega é inspiradora para a sociedade contemporânea, já que a lei deveria, nessa sociedade, responder a interesses coletivos e todos cidadãos são iguais perante a lei; essa tradição admite a “luta contra todo tipo de arbítrio em prol da busca da vontade popular”(LIBANIO, 1995, p. 37).

O autor também destaca que, no desenvolvimento do conceito de cidadania, a sociedade romana dá ao conceito um sentido mais preciso, relacionado à esfera jurídica do Estado.

A cidadania (o *status civitatis* dos romanos) é o vínculo jurídico-político que, traduzindo a pertença de um indivíduo a um Estado, o constitui perante este num particular conjunto de direitos e obrigações [...] A cidadania exprime assim um vínculo de caráter jurídico entre um indivíduo e uma entidade política: o Estado (MOURA RAMOS, 1983 apud LIBANIO, 1995, p. 18 - grifo do autor).

Martinez (1996, p. 6) destaca que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789 na França, é ponto de partida para se pensarem os direitos humanos e a cidadania na atualidade. Lembra ainda o autor, que o cidadão descrito nesse documento é chamado “cidadão do mundo”, já que “não se identifica com nenhum lugar específico”. Nessa declaração, produz-se o conceito de que todos os homens são iguais

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

perante a lei, mesmo que se reconheçam como legítimas algumas diferenças. O autor lista alguns documentos que atualizam a discussão/reivindicação de direitos humanos: Declaração Universal dos Direitos do Homem (estabelecida pela ONU em 1948), Conferência Mundial de Viena (1993) – discute temas importantes como a universalidade dos direitos humanos, os problemas de xenofobia e racismo, os direitos das mulheres e das minorias étnicas, os crimes de tortura e a proteção a infância –, IV Conferência Mundial da Mulher (realizada em Pequim em 1995).

A grande contribuição da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão para as discussões contemporâneas sobre a cidadania foi a regulação da lei sobre as relações humanas e essa lei está acima das vontades pessoais e até dos governantes. Configura-se, nesse contexto, a ideia de que todos são iguais perante a lei, têm os mesmos direitos; entretanto, a liberdade é limitada pela lei – aparece, aí, o discurso da obediência à legislação.

A cidadania é um processo em constante construção. O século XVIII, chamado século das Luzes, momento em que acontecem as revoluções: Industrial, Filosófica, Francesa (a maior delas), Independência dos Estados Unidos e a Inglesa, marca o fim do absolutismo. A partir desses acontecimentos surgiram os direitos civis como forma de direitos de liberdade como o de ir e vir, de pensamento, de religião, de reunião, pessoal e o econômico. Nesse quadro, as questões de cidadania vão se configurando, pois o indivíduo participa mais da sociedade onde vive, conforme afirma Mazzuoli (2001):

A concepção moderna de cidadania surge, então, quando ocorre a ruptura com o *Ancien Regime*, em virtude de ser ela incompatível com os privilégios mantidos pelas classes dominantes, passando o ser humano a deter o status de “cidadão”.

Vale lembrar que “a separação entre estado e igreja foi importante para esse amadurecimento, pois assim houve mais espaço para a cidadania ao focalizar-se no Estado e no seu poder crescente”, como cita Fernandes (2002, p. 3). Surge, portanto, a partir do século XIX, um novo tipo de Estado, o Estado de Direito, que se caracteriza como: “Todos têm direitos iguais perante a constituição”, como o direito de votar e ser votado, o direito à instrução e educação, direito à proteção contra situações de velhice, invalidez, doença, maternidade, desemprego e outros igualmente importantes. Após a Segunda Guerra Mundial, com a redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o conceito de cidadania ganha enorme reforço.

A Declaração Universal de 1948 deu um salto histórico, passando a considerar como direitos humanos, independentemente da origem nacional dos indivíduos, tanto os antigos direitos civis e políticos, como os direitos econômicos, sociais e culturais, enriquecendo extraordinariamente o conceito (FERNANDES, 2002, p. 3).

É preciso, no entanto, saber que os direitos humanos, como se apresentam hoje, tiveram, como tudo o mais na história, uma origem em que princípios e reivindicações constituíram as raízes do conceito e foram divididos em quatro gerações até o século XVIII na Europa.

A primeira geração consagra os direitos civis e os políticos que são designados “Direitos de Liberdade”: direitos individuais de expressão, pensamento e fé, de associação, de manifestação e divulgação de opinião, de segurança (vida e integridade física), igualdade de tratamento perante a lei, e o direito de propriedade; direito de participar no exercício do poder político, estando estes direitos ligados à instituição parlamentar e às assembleias de órgãos de poder local.

A segunda geração compreende os direitos econômicos e sociais e culturais, denominados “Direitos de Igualdade”: como o direito à saúde, à educação, à habitação, ao trabalho, e ao lazer.

A terceira geração é a dos chamados Direitos dos Povos, que correspondem aos direitos básicos dos povos, tais como o direito ao desenvolvimento, à paz e à participação no patrimônio comum da humanidade; direitos relativos ao ambiente e direitos da criança.

(...) acrescentaram a eles o que vem sendo conhecido como “direitos colectivos e difusos da humanidade”, tais como o direito ao meio-ambiente sadio e equilibrado, direito à paz, direito ao desenvolvimento social, etc.

Assim, uma quarta geração de direitos humanos poderá ser considerada, decorrente das transformações mundiais recentes, nas duas últimas décadas do século XX em que os avanços no domínio da Ciência, na manipulação genética, na biotecnologia, bioengenharia, da realidade virtual, implicarão direitos humanos a nível da bio-ética (FERNANDES, 2002, p. 3).

Assim podemos concluir que os Direitos Humanos supostamente alcançariam a todos os seres humanos, sem distinção, e por isso estão diretamente ligados à cidadania, pois até os indivíduos que não possuem os direitos plenos de cidadão assegurados na constituição por estarem presos ou serem imigrantes ilegais, por exemplo, têm a garantia dos direitos humanos. Estão intrinsecamente ligados: a cidadania não será exercida, sem que se realizem os Direitos Humanos.

Fernandes (2002) declara que, embora exista a seguridade da lei, não se efetiva ao cidadão a participação igualitária de todos dos benefícios sociais, como os garantidos pelos Direitos Humanos, pelo menos é o que se percebe na realidade brasileira. No entanto, a cidadania se aprende mesmo no próprio exercício da cidadania e dos cidadãos que conscientes se organizam em associações, organizações e por meio de seus representantes se confrontam com o poder, pois como dizia Montesquieu, “só o poder controla o poder” (ARANHA, 1998, p. 182).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Para nós, o que de fato efetiva a vivência cidadã é o exercício da educação formadora, transformadora, a qual possibilita o exercício consciente da cidadania, e da democracia.

Somente pelo caminho da formação de uma consciência crítica é possível praticar a cidadania. Mas, até que não vivenciemos de forma plena esse modelo de cidadania e democracia, convivemos com outros modelos menos desejáveis de ideologias que defendem interesses outros, que vão além do que encerram os direitos de igualdade entre os cidadãos.

No Brasil atual, vive-se o drama de saber qual direção deve assumir a cidadania. Dois são os espaços políticos fundamentais: o Estado e a sociedade civil. O Estado detém o poder administrativo, legislativo e de coerção. Ele faz com que a lei seja cumprida pelo judiciário e pela força, caso isso seja necessário. Administra, através da burocracia, o jogo de interesses atuantes na sociedade (LIBANIO, 1995, p. 39).

Assim, se a sociedade civil assiste a esse jogo de interesses e dele se torna refém é porque ainda a nossa sociedade não se encontra suficientemente madura para o exercício pleno da cidadania conforme se dispõe na lei.

Pode-se entrever, entretanto, possibilidade de que ocorra alguma transformação a partir da própria vivência cidadã através do livre debate das ideias e da mudança das mentalidades e do modo de viver dos cidadãos.

2.1 A CONSTITUIÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO NO BRASIL COLONIAL E REPUBLICANO

Iniciaremos nossa reflexão sobre a cidadania no Brasil resenhando alguns estudos de analistas do discurso brasileiros, entre os quais, Nunes (1996). O autor discorre sobre como se constitui o cidadão brasileiro através do discurso da moral e sua maneira de ser e agir descrita em relatos datados dos séculos XVI, XVII e XVIII. A análise aborda a formação da cidadania a partir do contato dos primeiros religiosos com o povo indígena que habitava o país.

Como o índio já possuía seus próprios valores como a “crueldade” e a “vingança”, ou seja, àqueles mais próximos da barbárie, seria necessário que fossem alterados. O colonizador vai aos poucos “civilizando-os”, alterando-os em seus costumes, introduzindo outros valores sociais. Dessa forma, vai acontecendo a colonização, pois o indivíduo que

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

antes cometia ações “bárbaras” vai se tornando obediente, submisso, respeitoso, o que podemos perceber na transcrição do recorte de que se utiliza Nunes:

Introduzi pouco a pouco entre eles algum governo, estabelecendo Oficiais para a Igreja e para o civil, que eu autorizava o melhor que possível e que eu prendia a mim através de pequenos presentes e pelo respeito e a obediência que eu os fazia ter, a fim de que me apoiassem na necessidade (NANTES, 1709 apud NUNES, 1996, p. 27).

O que se percebe nesse documento é que ao delegar poderes para os índios como o de estabelecer Oficiais para a Igreja e para o civil e de os recompensar por meio de pequenos presentes, faz compreender que se consideram a partir de então os interesses dos indivíduos, mesmo que atravessados pela moralidade cristã.

Em relação à cidadania, podemos dizer que houve um avanço, pois de sujeito religioso, aquele que ali estava para ser doutrinado, catequizado, passa a indivíduo que adquire um novo status, o sujeito-de-direito, ao introduzir entre os índios algum governo, como o de estabelecer Oficiais para a Igreja e para o civil em troca de pequenos presentes e pelo respeito e a obediência deixa entrever que ao deixar os costumes, submeter-se às ordens do colonizador, servir-se de mão-de-obra, torna-se, portanto, súdito do rei. Adquire novas qualidades morais como respeito, submissão, obediência. Assim, “pacificado” é colocado diante da das leis do colonizador como um sujeito-de-direito.

Observa-se que há uma configuração de um lugar específico para o cidadão brasileiro no discurso dos missionários do século XVIII. Pois à medida que se faz representar, o colonizador vai outorgando ao outro, deveres e direitos embasados numa moral cristã, mas que atende aos propósitos da colônia, aumentar o número de indivíduos a serviço do rei. A questão da cidadania brasileira está ligada às condições da colonização, pois ao tratar de justiça e representatividade se permite avaliar como a questão da caracterização moral vai se inscrevendo no discurso e permitir retornos interpretativos, que servem de ponte entre a cidadania brasileira, sobre à forma como o país foi colonizado.

O objetivo da colônia era “civilizar” os índios e para isto, foi necessário dizer frequentemente para eles como se faziam os povos civilizados. E para que eles entendessem foi necessário representar em detalhes. Esta prática vai permitir analisar como o poder do Estado vai se instaurando e permite também analisar como se cumprem as práticas da justiça e da representatividade, pois para o Estado “o justo só pode ser avaliado dentro dos interesses do próprio Estado”.

A Igreja possui seus objetivos, daí não é subordinada ao Estado e politicamente convive cada um em busca de seus próprios fins. Assim não se permite ouvir a voz do outro,

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

como afirma Nunes (1996, p. 27) “convive com essa prática uma moral teleológica, como a moral de Aristóteles e a moral cristã. Ficam em afinidade, pois, os fins do Estado e os fins da catequese”.

A referência à prática de justiça na colônia remete ao índio como um praticante da “lei da natureza”, igualitária, aquela que se utiliza do olho por olho, dente por dente. Em oposição a ela, os colonizadores aplicam uma justiça baseada na desigualdade, que se subordina a uma outra lei, como a lei de Deus e a do Estado. Há, portanto, uma estreita ligação entre as duas; uma não existe sem a outra, assim se faz o indivíduo cumprir o dever de cristão e o submete ao rei.

O fato de se submeter o indivíduo ao jugo da lei, mesmo que interpretada segundo as leis divinas, delinea-o como um sujeito de direito, aquele que tem direito a um julgamento, portanto de defender-se; configura-se nesse momento um esboço de cidadania. O autor se refere à reivindicação de direito do indivíduo quando a partir de expressões, certas citações o posicionam num sujeito reivindicador de direitos, como:

[...] “defesa da causa”, “demandar justiça”. Tais manifestações são formalizadas por meio de um estilo “sucinto e sincero”. O estilo sucinto remete aos enunciados utilizados para a “defesa”, a “justificação”, o “convencimento”. a “persuasão”; Esses enunciados são representados como: “testemunhos muito vantajosos”, “termos respeitosos”, “termos fortes e sucintos”, “silogismos muito curtos e muito claros”, “cartas claras e sinceras”, “carta a mais civil”, etc. (NUNES, 1996, p. 28).

A forma como o sujeito trabalha o texto de sua defesa, a forma sucinta conduz a intenção da objetividade, para que não sobre espaço para divagações, outras interpretações; assim como são também restritas as interpretações religiosas, demonstra, portanto que o sujeito trabalha o sujeito, justifica seus próprios atos numa atitude que se pauta mais na sinceridade que na humildade do ensino religioso.

Chama atenção como os espaços vão se definindo, de um lado os argumentos jurídicos que se distinguem dos argumentos religiosos por outro. Cada instância de poder como a do rei, do governador, do papa e a dos direitos mais universais concede direitos para o funcionamento da justiça que visa à objetividade dos fatos.

Nunes (1996, p. 29) ressalta que havia uma seara diversificada de direito, pois se apresentam num mesmo espaço instâncias diferentes dos direitos civis, humanos e as finalidades dos missionários. Podemos inferir que havia uma congestão de informações contraditórias. Cria-se um dilema: o Estado precisa do trabalho do missionário na catequese e pacificação do índio, ao mesmo tempo em que precisa garantir os direitos concedidos aos particulares.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

A disputa pela terra, como a relatada pelo missionário Martin de Nantes, que assume o papel de mediador entre os índios e os “particulares” (proprietários de terra), vai apontar os papéis que cada um assume ao defender o direito pela terra:

Esse discurso está na raiz do latifúndio e estabelece uma certa relação jurídica: “Essa fala europeia sobre o índio alia proteção e necessidade redefinindo a propriedade (o habitar as terras). Na sua ambigüidade (em que jogam o religioso e o jurídico), com seu discurso, os missionários fundam o direito à propriedade, desfazendo-o ao mesmo tempo. Fazem de forma a redefinir a posse: “prover” os índios da sua sobrevivência a partir das suas necessidades (ORLANDI, 1990 apud NUNES, 1996, p. 29).

A questão que se levanta a partir deste caso vai medir como exatamente é aplicada a lei a diferentes cidadãos, agora sujeitos que reivindicam direitos que “brigam” por eles. Uns se sentem no direito de posse, se assenhoram dela, os latifundiários, o outro já lá estava. Esta contenda a partir do olhar do europeu vai trazer para o índio um discurso em que se joga o religioso e o jurídico, pois este olhar é desviado para o lado do índio como que a protegê-lo e a manter a sua sobrevivência a partir das suas necessidades através da posse da terra.

Há, portanto, um outro discurso, o de habitar as terras, eis que nessa ambigüidade religiosa e jurídica, os missionários fundam o direito à propriedade, mas ao mesmo tempo a desfazem, quando buscam redefinir esta posse.

Assim, segundo o autor, para alguns, os missionários assumem a função de protetores, são bons de retórica, portanto conhecedores dos meios de defesa. Para outros, são tomados como frágeis, ignorantes das leis, portanto incapazes de exercer o discurso jurídico.

Torna-se, portanto, visível que há uma diferença entre o que é civilizado, mas ignorante; heroico por sair em defesa de alguém, mas frágil do ponto de vista técnico, por não ser competente na área jurídica; fica, pois, visível, a desigualdade jurídica ou de competência jurídica de que é investido o missionário.

Quanto à representatividade, a justiça no discurso religioso é representada pela autoridade suprema que é a divindade que está na justiça representada pelo rei e este que está representado pelo missionário. Ocorre, pois a laicização do governo, portanto os interesses do Estado agora são outros, e quem os representa vai direcionar a justiça para os direitos civis.

No entanto, o missionário se coloca como representante dos índios, sem deixar a função de defender os interesses coloniais do Estado como a de estabelecer justiça, civilizar e “proteger” os índios. Aparece, então, como um porta-voz, como um juiz que já traz a decisão das questões como a que aconselha e decide, toma decisões, isto porque a figura do protetor se sobrepõe à dos indivíduos que representa, mas uma vez instalada a justiça, estes indivíduos devem responder por seus atos.

O “juiz” estabelece as leis e instala os julgamentos, ou seja, coloca em funcionamento as formas de punição, distingue entre indivíduos inocentes e culpados. Há, portanto, uma apropriação desse discurso:

Em resumo, a caracterização do indivíduo em sua conduta nos permitiu examinar as filiações nas redes de memória, em vista da constituição do cidadão brasileiro. Historicamente, os processos discursivos que comportam esses elementos funcionam de modo a negar a oposição entre ações jurídicas e ações reivindicativas, e isso com o apoio do discurso moral. Assim, os gestos heróicos, objetivos, inconstantes, protetores dos europeus se associam aos gestos liberais, obedientes, necessitados dos índios, numa relação produtiva que determina de um lado possibilidades interpretativas em proveito dos interesses políticos colonizadores, de outro uma condição para a cidadania brasileira (NUNES, 1996, p. 30).

Lagazzi (1996) reflete sobre a constituição da cidadania no Brasil a partir da análise de um relato do Reverendo Antônio Gonçalves Leitão sobre a Guerra dos Mascates, reescrito por José Bernardo Fernandes Gama em sua obra *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*.

A autora toma o fato sobre a Guerra dos Mascates, em Pernambuco, nos anos de 1710 e 1711, como importante para mostrar o processo de constituição do cidadão brasileiro. Argumenta que, para a Análise do Discurso, representa importância enquanto fato de linguagem ou discurso. Duas cidades importantes de Pernambuco vão compor a cena do conflito: uma, Olinda, era a sede da Capitania de Pernambuco em cuja câmara só cabia a aristocracia, ou seja, os bem-nascidos, nobres, aqueles que “de direito” podiam lidar com o poder; a outra, Recife, reivindica ao Rei de Portugal a elevação à categoria de vila – era composta por comerciantes, mascates, ou seja, aqueles que queriam também integrar a câmara, mas “não de direito”, também queriam o poder. Uma vez que Recife é elevada à categoria de vila, nasce o conflito entre as duas vilas.

Lagazzi (1996) destaca, em seu estudo, que o relato do Reverendo Leitão merece uma reflexão, enquanto material discursivo da análise. O texto fora escrito pelo Reverendo, mas o pernambucano José Bernardo Fernandes Gama foi quem o publicou e afirma ter reduzido as duas partes do relato a um só livro, que evitou erros gramaticais mais notáveis e algumas “circunlocuções ociosas”, “sendo fidelíssimo na exposição dos factos” (GAMA, 1846 apud LAGAZZI, 1996, p. 33).

Lagazzi (1996) leva em consideração o fato de que ser fiel à exposição e à ordem dos fatos não é suficiente para manter o discurso do primeiro; “um quase completo plágio” é outro discurso, já possui uma outra perspectiva.

Ela tece outra consideração a respeito do fato de o Reverendo, por meio de um manifesto, se posicionar explicitamente ao lado dos integrantes da Câmara de Olinda e de esse

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

fato ser omitido na publicação de Fernandes Gama, mas que ao referir-se em seu “proêmio” posiciona-se explicitamente a favor também dos integrantes da Câmara de Olinda ao citá-los como “Pernambucanos illustres e patriotas”. Essa denominação não só define um lugar para o discurso, como permite identificar as condições de produção do relato sobre a Guerra dos Mascates.

A autora chama atenção, na análise do documento, como os envolvidos na guerra são caracteristicamente referidos. O discurso em questão deixa entrever uma clara oposição entre “Pernambucanos” e “Portuguezes”, mas produz um estranhamento, já que os Pernambucanos eram de origem portuguesa. Esse estranhamento se resolve pela divisão, no documento, entre dois grupos de portugueses: o português considerado nobre “pela educação”, “pelo nascimento”, e os considerados pobres, os “aventureiros auricedentos”.

E seguem muitas outras predicções constantes do relato do Rev. Leitão dirigido aos Portugueses e aos Pernambucanos. Quando se refere aos Pernambucanos, o autor os chama de “naturaes do Paiz”, “Nobreza do Paiz”, os “Pernambucanos mais notáveis”, a “nobreza de Pernambuco” e agricultores; já quando se trata dos portugueses, são tratados como os “aventureiros auricedentos”, os “mascates”, os “capitalistas”, os “forasteiros”, os “oppressores Europeos” e os mercadores.

Observa-se que as predicções destinadas aos Portugueses moradores de Recife eram tanto menos valorosas, quanto mais se sentia ameaçada no poder a Nobreza de Olinda: a nobreza se sentia ameaçada com a presença dos portugueses mascates capitalistas.

Segue o discurso segundo a ótica do nobre, pois tanto o Rev. Leitão quanto Fernandes Gama falam do lugar do nobre. Desde que os portugueses foram denominados Mascates no texto de origem, não é mais encontrada essa denominação, passam então a ser nomeados como “mascates”, “mercadores”, “aventureiros auricedentos”, “capitalistas”, “forasteiros”, “oppressores Europeos” ou ainda, “moradores do Recife” e “mercadores do Recife”.

Segundo a análise de Lagazzi (1996), o apagamento apenas da predicção de referência “Portuguezes”, sem que ocorra o apagamento da predicção de referência, “Pernambucanos,” redefine a oposição. Esta oposição é demonstrada quando se reforça o discurso entre ser pernambucano e morar no Recife. O primeiro refere-se aos “naturaes do Paiz”, “os mais notáveis”; o segundo refere-se aos “mercadores do Recife” e “forasteiros”. Evidencia-se, portanto, o funcionamento discursivo que norteia a oposição.

Lagazzi (1996) retoma o estudo de Haroche (1984) sobre a constituição do sujeito de direito da sociedade moderna: esta autora reflete sobre a passagem da ordem do discurso

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Religioso, predominante no feudalismo, para a ordem do discurso de Direito. As modificações econômicas vão favorecer a transição do feudalismo para o capitalismo, o que vai trazer mudanças profundas entre as pessoas. Aquele que dependia diretamente de seu senhor, ou seja, era para ele um vassalo, vai se constituindo num sujeito de direito que exige igualdade de direitos, enfim é um sujeito que se define política e juridicamente.

A autora afirma que, na constituição do cidadão na história do Brasil, temos o momento em que, sob a ordem do discurso religioso, aparece a figura do aristocrata rural, o nobre que impunha seus poderes e sob si tinha os demais. No entanto, a ordem de discurso passa a ser a do Direito. As relações de direito e cidadania, nesse período, assim se manifestam:

Encontramos, então, um nobre que tenta continuar a legitimar seu poder através de *uma relação de direito para com o país*, afirmando-se enquanto “natural do País”, enquanto Pernambucano, atribuindo ao não-nobre, o mascate, o predicado de “forasteiro”, “morador do Recife”, desqualificando a relação deste para com a nova Terra, desqualificando seus direitos de cidadão. O não-nobre não teria o direito à cidadania, o direito de integrar a Câmara ou o Senado e exercer o poder, porque era um forasteiro, alguém que “estava de passagem”, sem ter, portanto, “lealdade para com o país” (LAGAZZI, 1996, p. 37).

Guimarães (1996) faz uma análise sobre os sentidos de “cidadão” confrontando os textos da Constituição do Império (1824) com os decretos do início da República no Brasil e com a primeira Constituição Republicana. A respeito do conceito de cidadania no Império, produzido no texto de 1824, o autor chega a algumas conclusões, entre elas: o nascimento em território brasileiro é apresentado como condição da cidadania no Brasil; a cidadania é entendida também como o conceito pré-construído do discurso liberal; o escravo não é cidadão porque não é livre e não é brasileiro; o cidadão é súdito do imperador, e este está acima de qualquer responsabilização por seus atos.

Sobre a cidadania no início da República, o autor pontua que o texto da Proclamação do Governo Provisório de 15 de novembro de 1889 inicia-se com um vocativo: concidadãos. Tal enunciação leva a compreender que o ato enunciativo foi dado do lugar do cidadão para o cidadão, o que não é sustentado porque a relação de concidadania é subcategorizada já no primeiro enunciado:

O povo, o exército e a armada nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os novos concidadãos residentes nas províncias acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo (GUIMARÃES, 1996, p. 43).

Guimarães (1996) observa, a respeito do enunciado acima, que cidadania, qualidade do sujeito cidadão, é distinta de povo, exército e armada nacional, logo o termo concidadão parece deslocado no sentido amplo de cidadania, pois ao se realizar a Proclamação, o chefe do poder executivo da nação nomeia como Governo Provisório os que assinaram o ato da Proclamação, o que se explica que o texto nomeia as pessoas e elas assinam o texto que representa o lugar em que palavra e ato coincidem.

No entanto, entende Guimarães (1996) que a Proclamação parece não representar o lugar que instituiu a chefia do Governo Provisório. Logo, o texto que representa esse lugar enunciativo não o significa diretamente, embora o constitua de alguma forma, pois se o texto distinguiu povo de exército e armada nacional e sendo o chefe do Governo um marechal, ele fornece os elementos para considerar a posição enunciativa das “forças armadas” e aponta o povo como o alvo desta posição. Ora, as “forças armadas” instituem a chefia e o chefe do Governo Provisório e, por conseguinte, através dele (chefe de governo) institui o Governo Provisório. Portanto, é uma ação em que não se efetiva de fato a cidadania, pois dela o povo não participa.

E para confirmar faz uma comparação do texto anterior com o enunciado do decreto 78-A de 21 de dezembro de 1889 que diz: “O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, considerando...” (GUIMARÃES, 1996, p. 44). Fica explícita a significação do texto da Proclamação, o chefe do Governo Provisório é constituído pelo Exército e Armada conforme o enunciado do texto, mas os enunciados dos outros documentos analisados vão definir um movimento de significação diferente do que se dá na Constituição do Império.

Na Constituição de 1890, pelo decreto 51 de dois de junho, o Governo Provisório decreta uma Constituição para o Brasil, ao mesmo tempo em que convoca “o Congresso Nacional dos representantes do povo brasileiro” (GUIMARÃES, 1996, p. 44). É preciso que se reflita sobre este importante fato em que o Governo Provisório faz uma constituição por decreto, convoca ao mesmo tempo o Congresso Nacional, traz o exército e a Armada como lugar de sua força performativa, ou seja, o Governo Provisório “do alto das forças armadas” convoca os representantes do povo brasileiro. É clara a distinção feita pelo governo entre exército e armada de um lado e povo de outro.

O ato de convocação da primeira constituinte da República acontece no espaço de uma diferença, de uma desigualdade hierarquizada. As “forças armadas” são quem chama o povo para fazer uma constituição. Assim, fica determinado com quem está o poder e a força, pois o exército e armada se mantêm externos à formulação da própria constituição.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Analisa-se que o lugar externo (forças armadas) seja capaz de arbitrar o texto da lei, onde ela (as forças armadas) estará presente como interna à lei, ou seja, para interagir na lei não se precisa estar ao lado do povo numa relação de cidadãos, mas acima do povo como “forças armadas” e capaz de arbitrar o texto da lei e se fazer presente internamente à lei “A cidadania se vê formulada e instabilizada pelo lugar que a formula” (GUIMARÃES, 1996, p. 44).

“O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada,...” Neste texto, o próprio governo fala do lugar em que fora instituído e faz uma separação entre exército e armada de um lado e povo de outro, como explica:

Assim, o ato de convocação de nossa primeira Constituinte da República se dá no espaço de uma diferença, de uma desigualdade hierarquizada, em que as “forças armadas” convocam o povo para fazer uma constituição. Deste modo mantêm-se o exército e armada como externos à formulação da própria constituição (GUIMARÃES, 1996, p. 44).

Analisa-se que o lugar das forças armadas, externo, possui autoridade para arbitrar o texto da lei e se fará presente internamente a ela, e se instabiliza a cidadania pelo lugar em que fora formulada.

A cidadania pode ser determinada pela geografia quando faz um comparativo entre os textos de 1824, do Império, com o “Art. 69 do texto da constituição promulgada pelo Congresso Constituinte em 24 de fevereiro de 1891”, quando, cidadão é tomado como um termo pré-construído do discurso liberal, cidadão não mais qualifica brasileiros, mas brasileiros é que qualifica cidadãos, que se refere a qualquer indivíduo qualificado pelo lugar onde nascera. Veja-se citação do documento de 1891:

Art. 69 – São Cidadãos Brasileiros
1º - Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo a serviço de sua nação (GUIMARÃES, 1996, p. 45).

Porém os direitos dos cidadãos ainda não estão garantidos plenamente, pois a cidadania está sob o poder das forças instituídas (as Forças Armadas); finaliza Guimarães (1996, p. 45): “E este lugar externo, a partir do texto da Constituição de 1891, fica como uma significação não dita, porque já-dita”.

E conclui retomando o termo cidadão como um conceito pré-construído, ou seja, que está fora dos textos constitucionais. Mas cidadão no Império é uma denominação pré-construída, pois atribui ao indivíduo como condição inclusiva à cidadania brasileira aquele nascido no Brasil que também tenha capacidade de produção

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Desse modo cidadão qualifica brasileiro. Na República, a cidadania não leva em conta as relações de produção, pois funciona o discurso liberal do pré-construído de cidadão. O lugar de onde vem o cidadão já não tem tanta importância.

Porém o cidadão do início da República adquire direitos jurídicos, diferentemente do cidadão da época do Império que estava a serviço do rei, era um súdito e o imperador não se responsabilizava por seus atos. Embora as relações dos cidadãos do início da República produzam algum efeito jurídico, os textos que regulam estas relações não internalizam a cidadania, pois eles se fundamentam na performatividade das “forças armadas” e assim “cidadão”, como analisa, é algo instável:

Este objeto instável tem sua constituição formulada sempre de um lugar que instabiliza não sua configuração, simplesmente, mas sua existência. Há sempre um fora do “cidadão” que pode não só falar dele, mas configurá-lo; que pode, portanto, excluí-lo (GUIMARÃES, 1996, p. 46).

Indursky (1996), ao analisar discursos presidenciais da IIIa. República Brasileira (1964-1984), verifica como o cidadão é representado no discurso. Constata que o vocábulo “cidadão” raramente aparece nos recortes feitos. Cita exemplos de discursos proferidos por Castello Branco, primeiro presidente:

A vista do que se fez, cada cidadão melhor compreenderá a razão dos sacrifícios reclamados pelo governo e certamente sentir-se-á orgulhoso de contribuir para a edificação de uma grande pátria (CS2- 11.11.65 – RJ, Assembléia Legislativa, p.45 - citado por INDURSKY, 1996, p. 47).

Uma nação cujos cidadãos porfiam em reclamar somente o gozo dos direitos, esquecendo a disciplina dos deveres, está fadada ao subdesenvolvimento econômico, à injusta perpetuação de privilégios (CS2 -30.09.65 – A propósito das eleições de 03.10.65 – p. 8 (INDURSKY, 1996, p. 47).

Indursky (1996, p. 48) tece o interessante raciocínio acerca dos dois recortes: o primeiro revela uma concepção de cidadão que aponta os direitos e deveres e os associa com dever e orgulho como seu polo positivo, o outro enfatiza a separação identificando direitos como se fosse algo negativo. Lembra que “durante a ditadura moderada de Castello Branco, cidadão é aquele que abdica livremente de seus direitos em nome de seus deveres cívicos.”

Já em Costa e Silva, segundo presidente do governo militar, modifica-se o discurso: no discurso de Castello Branco, o cidadão abre mão por livre vontade de seus direitos e, na gestão de Costa e Silva, os direitos são confiscados – o Estado sequestra a liberdade do cidadão, pois agora é este tutelado por ele; o Estado, o guardião, está munido de poderes e manterá a ordem pública e a segurança do cidadão. Nas palavras de Indursky (1996, p. 48),

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

neste período da IIIª República: “cidadão é aquele que possui o direito de se submeter livremente aos deveres que lhe são ditados pelo Estado.”

Já no governo de Médici, o termo cidadão desaparece do discurso do presidente, enquanto no governo de Geisel, o termo é retomado, mas raramente empregado e quando isso é feito, ao cidadão deve ser concebido o direito como algo negativo. Somente no 5º governo do ciclo, de João Batista Figueiredo, é que o termo cidadão adquire uma nova roupagem, como se pode analisar no recorte que se segue:

Defendo [...] a melhor distribuição entre todos, dos frutos do trabalho comum. Mas ninguém atingirá esse estado pela magia de ideologias que só prosperam enquanto neguem os direitos cívicos de seus cidadãos... (F2 – 7.3.80 - Brasília – discurso dirigido aos Estudantes de Direito, p. 25- 45 (INDURSKY, 1996, p. 48).

Neste contexto histórico, quando se inicia uma abertura política, há uma mudança na concepção de cidadão, pois na prática discursiva do Presidente Figueiredo já aparece um cidadão com direitos – entretanto, isto não é frequente, porque o termo aparece apenas em três falas.

Indursky constata que o apagamento progressivo de cidadão no universo discursivo determina o exame de seu jogo enunciativo, por isso se utiliza do estudo de NÓS, pois designa “conjuntos não nomeáveis” (GUESPIN, 1985 apud INDURSKY, 1996, p. 49) “cujas fronteiras indefinidas e móveis favorecem a instauração e a indeterminação referencial.” Também utiliza estudos de Geffroy (1985 apud INDURSKY, 1996, p. 49) que considera que “NÓS é a primeira encarnação linguística do mais de um”, através da qual é possível examinar a passagem do “sujeito falante ao sujeito político.”

O NÓS corresponde à não-pessoa discursiva por ser referencialmente indeterminada e possibilita a instauração de uma operação de inclusão; a autora propõe chamar de não pessoa discursiva “[...] a pessoa não-nomeada à qual EU se associa, para constituir NÓS, o sujeito político.” Utiliza em sua análise uma grade dos referentes discursivos de NÓS no discurso da IIIª República Brasileira (INDURSKY, 1996, p. 49).

Quadro 1 - Descrição

NÍVEL	Descrição do REFERENTE
NÓS 1	Chefe do executivo
NÓS 2	Sistema, Regime, Estado, Revolução
NÓS 3	Governo, gestão, administração, conjunto das instâncias Constitutivas do governo
NÓS 4	A coletividade dos brasileiros
NÓS 5	O presidente e um segmento da sociedade (Forças Armadas, Partido, Imprensa, Oposição...)

Fonte: INDURSKY, 1996, p. 50.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

A grade foi adotada para organizar o trabalho de análise. Não se ocupa em examinar o primeiro nível, por se tratar do espaço público individual, analisa os outros níveis de NÓS presentes no *corpus*.

NÓS2 é porta-voz de um sujeito discursivo o qual representa o discurso fundador do Regime Militar. Percebe-se pelo discurso fundador o efeito de sentido de uma Revolução que quer se perpetuar, que se constitucionaliza, se legitima e coloca a sua voz a serviço da enunciação ideológica do regime.

O NÓS3 representa a opinião do Presidente da República e de seus colaboradores, ou seja, o NÓS3 se institui como o porta-voz de diferentes membros do governo, sem lhes dar nome, reduzindo-os à dimensão da não-pessoa discursiva e responde pela enunciação administrativa.

(6) Nossos propósitos de justiça social estão patentes aos olhos de todos. Não prometemos senão aquilo que poderíamos realizar e tudo quanto prometemos está sendo realizado (M4 – 1.5.73 – Mensagem aos Trabalhadores, p. 12) (INDURSKY, 1996 p. 51).

O NÓS4 é o único nível coletivo de NÓS em que todos os brasileiros estão incluídos, inclusive o presidente. Este nível se localiza fora do espaço institucional, mas permanece na esfera pública. O cidadão está representado no universo discursivo deste nível, pois a natureza de coletivo permite ao sujeito do discurso a socialização de seu dizer. Nesse caso, o cidadão se configura, embora não esteja nomeado lexicamente, mas mesmo apagado foi lembrado indiretamente, como mostra no recorte:

(7)...a realidade dinâmica do Brasil hoje deve ser ... a fonte de inspiração genuína e única moldura autêntica para nossos esforços se é que desejamos conscientemente fazer desta nação um paradigma da democracia em que todos nós cremos e que de fato almejamos (G1 – 30.12.74 – Mensagem à Nação, p. 191 -2) . (INDURSKY, 1996, p. 52).

O NÓS5 é o nível em que o presidente está associado a um segmento da sociedade. Já se pode perceber a representação indeterminada do cidadão, mas ainda não lhe possibilita mobilizar a função enunciativa de porta-voz. Às vezes o NÓS5 inclui o cidadão em seus discursos, mas por vezes o exclui, numa demonstração de que é exíguo o espaço destinado ao cidadão naquele universo discursivo. Os direitos do cidadão se transformaram em objeto de desejo, de sonho. Observemos o recorte alusivo:

(8) estendi as minhas mãos aos adversários políticos para que, juntos, num movimento de união, deixássemos de pensar um pouco nos nossos interesses pessoais e pensássemos um pouco neste nosso Brasil tão carente de união da nossa gente (F1 – 25.07.80 – Improviso produzido em Recife, p. 177) (INDURSKY, 1996, p. 52).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

Indursky (1996) polemiza a amplitude e ambiguidade discursiva de NÓS quanto à dimensão do cidadão numa mesma sequência discursiva ocorrerem diferentes níveis de NÓS, pois o sujeito discursivo, através de deixássemos e pensássemos une-se aos adversários políticos, o que denota inclusão, mas não se mantém quando diz “nossos interesses” que faz lembrar os deveres ao cidadão. Ao se referir a “nossos interesses pessoais” está de fato lembrando ao cidadão que ele deve se esquecer de seus direitos, pois “nossos” estabelece a exclusão do sujeito do discurso. E dizendo em outras palavras:

[...] o adversário político deve abdicar de seu direito de opor-se ao governo para ser reconhecido como cidadão, podendo, desse modo, ser associado ao sujeito do discurso. Esse é o preço da cidadania. Assim procedendo, terá o direito de integrar o conjunto dos cidadãos, sinalizado pelo uso coletivo de NÓS4 em “nossa gente”. Dessa forma, o cidadão sacrifica seus direitos pelo dever de ir ao encontro das necessidades da pátria comum, igualmente não-nomeada, mas pressuposta no uso coletivo de “nosso Brasil” (INDURSKY, 1996, p. 53-54).

E finaliza discorrendo sobre a opacidade das diferenças de em um mesmo recorte apresentar diferentes níveis referenciais e produzir o efeito de sentido de um único NÓS coletivo. O cidadão, aparentemente neutro, ressurge em sujeito político embaçado que se associa às diferentes não-pessoas discursivas; indefinidas, produz uma enunciação indeterminada.

Reafirma que o NÓS2 e o NÓS3 representam os cidadãos que detêm os direitos, mas os deveres é o privilégio dos cidadãos de NÓS4. Em NÓS5 representa este nível forte ambiguidade, pois direitos e deveres são distribuídos em função da não-pessoa discursiva associada ao sujeito. Nesse nível, algumas pessoas estão cheias de direitos e outras ficam apenas com os deveres, conforme afirma Indursky, abaixo:

Esta redistribuição dos direitos e deveres encontra-se na base do apagamento discursivo do cidadão que, por sua vez, é consequência de seu apagamento político: ele não é nomeado porque foi desqualificado pela desapropriação que sofreu no que tange aos seus direitos cívicos. Essa é a dimensão do cidadão neste universo discursivo: ele foi reduzido à configuração fantasmagórica da não-pessoa discursiva que convém plenamente às condições de produção do discurso da IIIª República Brasileira (INDURSKY, 1996, p. 54).

2.2 O SENTIDO DE CIDADANIA EM DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Neste item, fazemos uma pesquisa em dicionários do português para verificar como se (re)constrói o sentido de cidadania nesses instrumentos linguísticos.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Inicialmente tomamos o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* em sua 8ª edição, publicada pela FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar), tendo à época como presidente da República “o Excelentíssimo Senhor **General-de-Exército Emílio G. Médici** e Ministro de Estado da Educação e Cultura o **Senador Jarbas G. Passarinho** [sic]” (FENAME, p. 2). Encontramos o sentido de cidadania que diz ser: “Qualidade ou nacionalidade de cidadão”. E para cidadão: “Habitante da cidade; indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” (BUENO, 1973, p. 303).

Por tratar-se de uma edição à época da ditadura militar no Brasil, a acepção para cidadania está fechada. Notamos que não há um envolvimento com o ser cidadão, apenas o fato de ter nascido no país já é suficiente para se ter cidadania. Contudo, já demonstra uma “abertura” ao apontar para os direitos civis e políticos quando se refere ao “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado.”

Também no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, em sua 1ª edição e 15ª impressão, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, encontramos para cidadania: “Qualidade ou estado de cidadão: cidadania brasileira.” Já para o termo cidadão temos: “1. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este. 2. Habitante da cidade. 3. Pop. Indivíduo, homem, sujeito...” (FERREIRA, 1975, p. 324).

Observamos que, nessa obra, editada nos anos finais da ditadura, prevalecem os mesmos termos da obra anterior mais os termos que se referem ao “desempenho de seus deveres para com este”, ou seja, ao Estado. Ora, nesta obra evidencia-se o direcionamento ideológico do momento político da época, em que, como lembra Indursky (1996, p. 46), se privilegia o discurso do dever, em detrimento do de direito.

Em *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*, encontramos para cidadania: “Qualidade de cidadão” e para cidadão: “1. Habitante de uma cidade. 2. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” (1998, p. 496).

Já no dicionário Lello Universal, encontramos para cidadania: “Qualidade de cidadão” e para cidadão: “Habitante de uma cidade. Aquelle que goza do direito de cidade: *os cidadãos romanos*. Membro do Estado considerado sob o ponto de vista dos seus deveres políticos: *todo o cidadão deve obediência à lei*” (GRAVE; LELLO; IRMÃO, s/ data, p. 563).²

Aqui defrontamos com a cidadania voltada para a questão do direito jurídico, pois a referência ao cidadão romano nos remete ao “status civitatis dos romanos”, pois que da

“pertença de um sujeito a um Estado, o constitui perante este num particular conjunto de direitos e obrigações” (LIBANIO, 1995, p. 18).

Já no dicionário Houaiss, temos a seguinte aceção para cidadania:

1. qualidade ou condição de cidadão 1.1 condição ou dignidade de quem recebe o título honorífico de cidadão 2 JUR condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política. c. **adquirida** ou **legal** JUR a que decorre de naturalização c. **de origem** ou **natural** JUR a que decorre da circunstância de o indivíduo ser nacional por nascimento (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 714, grifo do autor).

Para cidadão, apresenta:

1. habitante da cidade 2 indivíduo que, como membro de um Estado, usufrui e direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo Estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos 2.1 aquele que goza de direitos constitucionais e respeita as liberdades democráticas 2.2 título honorífico concedido por uma cidade (ou para outra unidade de um país) a alguém a ela vinculado por realizações, serviços, laços culturais ou afetivos etc., e que é natural de outro lugar 2.3 aquele que recebe esse título 3 na Grécia antiga, indivíduo que desfrutava do direito de participar da vida política da cidade, o que era vedado à mulher, ao estrangeiro e ao escravo 4 indivíduo nascido em território romano e que gozava da condição de cidadania 5 qualquer indivíduo; sujeito cidadão do mundo ou do Universo 6 indivíduo que coloca suas obrigações para com a humanidade acima dos interesses de seu país (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 714).

Vimos um cidadão mais voltado para a humanização em 6: “indivíduo que coloca suas obrigações para com a humanidade acima dos interesses de seu país” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 714).

Entendemos que a referência a cidadão do mundo ou do Universo está atrelada aos atos humanitários, principalmente, aos que se fazem necessários: onde há falha dos direitos humanos, socorros às vítimas de catástrofes ambientais e políticas.

Essa breve recorrência aos dicionários em língua portuguesa nos revela que, apesar da estabilidade do sentido de cidadão e cidadania, novos matizes aparecem à luz de contextos histórico-ideológicos diferentes. Temos aqui um belo exemplo do processo de produção de sentido como o concebe Bakhtin, na relação entre significação e tema. Os sentidos estáveis remetem à relação entre ser cidadão e residir em uma cidade (conceito relacionado à tradição grega), à relação entre ser cidadão e ser portador de direitos (e, às vezes de deveres). O tema, que introduz sentidos novos em resposta ao contexto histórico de produção, revela um enfoque nas relações democráticas em que a cidadania está relacionada à conquista da liberdade mencionada na Constituição Brasileira de 1988 onde houve uma ampliação de direitos garantidos a todos os cidadãos. As oportunidades e chances dos cidadãos de participar em igual condição dos direitos que reza a lei são naturalmente desiguais e próprias do mundo

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

capitalista. Assim, o cidadão parece encontrar na liberdade democrática “um suposto fascínio” de que, ao exercer a cidadania, ou seja, ao participar minimamente dos benefícios sociais, ele se torna integrado e igual perante a lei.

2.3 A CIDADANIA EM DOCUMENTOS BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS

Neste item, desenvolvemos uma pesquisa que contempla os sentidos de cidadania presentes em documentos brasileiros contemporâneos: a Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases.

2.3.1 A Constituição de 1988

A última constituição brasileira, denominada CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, no Art. 1º (ver citação a seguir), apresenta a cidadania não somente como um de seus fundamentos, como também o segundo em um rol de cinco, o que lhe agrega valor entre os demais na hierarquia estabelecida pelo texto constitucional.

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político (BRASIL, 1988).

Essa Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, foi batizada como Constituição Cidadã pelo então presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que resumiu o espírito do texto constitucional nos seguintes termos: “assegurar aos brasileiros direitos sociais essenciais ao exercício da cidadania e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos.” Apresenta nesse artigo o parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

Para que a cidadania ocupasse esse espaço entre os princípios fundamentais da

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

presente nem tampouco como mérito de um povo ou nação, mas como um direito conquistado. Para avaliar hoje o seu grau de amadurecimento é necessário antes medir a eficiência de sua aplicação na realidade de vida do povo, o que deveras foi conquistado e se de fato o processo de cidadania se efetivou.

Reconhecemos que a Constituição não só ampliou a cidadania, mas a qualificou e a valorizou. Ela reconhece que a pessoa humana é detentora de direitos e passível de deveres, e também um ser integrado na sociedade na qual vive.

Entre os direitos conquistados, podemos destacar a jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais, décimo terceiro salário, a licença-maternidade de 120 dias, a licença-paternidade, o direito de greve, o direito aos mecanismos contra a demissão arbitrária e contra a redução de salário. Destacamos também as questões sociais como a saúde, a educação e a proteção à maternidade, à infância, ao adolescente e ao idoso, à família, ao índio e a assistência aos desamparados.

Podemos verificar que esses direitos conquistados são mínimos para que se possa de fato viver numa sociedade democrática de direito. Para uma constituição ser considerada cidadã não só é necessário que sejam asseguradas ao cidadão condições para se exercitar a cidadania, como também o direito à informação, o direito à boa educação, à moradia digna e também, para não citar tantos outros, o direito de se ter um bom tratamento de saúde.

Mas direitos plenos de igualdade democrática estão longe de ser uma realidade em nosso país, pois:

Nos extremos da sociedade, temos, de um lado, os que possuem meios de usufruir de todos os direitos sociais e individuais, e de outro, os que nada possuem e nada podem fazer. Entre eles estende-se a longa escada que separa em cada degrau uma categoria diferente de cidadãos (MARTINEZ, 1996, p. 33).

Martinez (1996) esclarece que o desenvolvimento exige o emprego de novas tecnologias e, no Brasil, muitos não estão preparados e ficam marginalizados do processo. Acrescenta que o desenvolvimento é desigual tanto nos setores econômicos, como nas regiões do país. Para ele, “o analfabetismo, a falta de informação, as más condições de saúde e a concentração de renda produzem “resíduos humanos”, cada vez menos aproveitáveis nos processos produtivos” (MARTINEZ, 1996, p. 35). Dessa forma, grande parte da sociedade é tolhida dos direitos de cidadania e dos direitos assegurados pela Constituição.

Atrelados aos direitos constitucionais, vimos também que alguns direitos só foram conseguidos após a promulgação da Lei Maior, como é o caso do nascimento do Estatuto da criança e do adolescente e o Estatuto do Idoso. Esses direitos deram à criança, ao adolescente

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

e ao idoso a dignidade no relacionamento, no trato e a possibilidade de melhor compreensão dos lados extremos da vida. Interessante observarmos, no que se refere à cidadania, que muito se tem feito para garantir o cumprimento das determinações dos estatutos, como, por exemplo, a proibição do trabalho infantil, “lugar de criança é na escola”. Por outro lado, intriga-nos o Art. 4º onde se lê:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A lei é clara quanto à seguridade dos direitos da criança e do adolescente, porém, é notório que a lei por si só não garante o exercício cidadão.

No Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 01/10/2003, o termo cidadania é citado no Art. 3º:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

A existência, embora muito tardiamente, do Estatuto do Idoso já foi um grande passo de cidadania conquistado em nosso tempo.

Outra importante ação de cidadania, no Brasil, foi a determinação legal que está disposta no texto da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases, art. 58, nos parágrafos: 1º, 2º e 3º, que dispõem sobre o atendimento especializado às pessoas com deficiência e a inclusão delas em escolas regulares permitindo-lhes maior integração social.

Também deve ser destacado o inciso II do parágrafo 1º do Art. 227, cap.VII da Constituição Brasileira de 1988, em que consta:

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (BRASIL, 1988).

O texto possibilitou ao portador de deficiência o convívio social, profissional e escolar. A conduta de obediência à lei é um expediente operador de cidadania. Percebe-se nele a humanização dos espaços e convívio com aquele que requer um atendimento mais específico, diretivo.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Não podemos nos olvidar das questões relacionadas à preservação ambiental que trouxe o Cap. VI da Constituição Brasileira de 1988, em que se considera um direito de todos viver em um ambiente ecologicamente equilibrado, um bem de uso comum, e cabe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A questão ambiental é problema grave e atual. Do equilíbrio do ambiente dependem toda espécie e qualidade de vida no planeta. Portanto, é um direito e um dever de cidadania agir em prol do equilíbrio ecológico.

Apesar das conquistas estabelecidas em lei no país, ainda há muito que granjear em questão de conquistas de direitos na sociedade brasileira. Martinez (1996) aponta algumas situações de baixa cidadania no país quando se desrespeitam os valores ou crenças importantes. Podemos aludir à situação do indígena brasileiro, ainda ao problema social e racial, especialmente o da raça negra, à própria condição feminina, à pobreza de uma maneira geral, à falta de qualificação da mão de obra.

Vejamos, mesmo na superfície, a problemática do indígena brasileiro. A constituição tem em sua redação, no artigo 231, direitos essenciais como: o reconhecimento da organização social do índio, dos costumes, da língua, da crença, das tradições, dos direitos originários sobre as terras que ocupam por tradição e do dever que compete à União a demarcação das terras, bem como, cuidar para que sejam protegidas.

Infelizmente, mesmo com os direitos reconhecidos na Constituição, muitas tribos sofrem agressões físicas e ao ambiente onde vivem. Também estão envolvidas na produção e no tráfico de drogas. Faltam, como afirma Martinez (1996, p. 52), investimentos econômicos e vontade política para que a cidadania do índio seja de fato respeitada. Existem alguns grupos de índios que exploram comercialmente os recursos naturais do ambiente em que vivem, mas o fazem em benefício próprio sem que a comunidade como um todo se beneficie dos lucros. Existem ainda as comunidades indígenas que habitam as regiões mais povoadas do Brasil, como as do Sul e Sudeste. Nesses lugares os indígenas vivem em extrema miséria.

Por outro lado, temos o caso dos afrodescentes. Martinez (1996, p. 54-55) lembra que, até a abolição da escravatura oficial, o negro era considerado “mercadoria” e se discutia se possuía o direito de ser considerado como ser humano. Até então, tudo que pudesse ser usado para manter o negro à margem da sociedade fora utilizado, ou seja, houve uma “discriminação declarada, um preconceito velado, a marginalização econômica e social.” Assim, esses fatos apresentam como resultado uma diminuição das condições de cidadania sob a forma de desemprego, trabalhos subalternos, os subempregos, os baixos salários e a ausência de ascensão social.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Em ambas as realidades, tanto a do índio, quanto a do negro, Martinez (1996) declara que as ações ditas cidadãs para solucionar esses problemas são inócuas. O que se propõe para o índio é uma política de confinamento com o propósito de preservar seus hábitos, seus costumes e sua cultura. Em contrapartida, não lhe é permitido integrar-se socialmente e nem lhe é assegurada sua sobrevivência nas reservas.

Segundo a Constituição do Brasil de 1988 no Art. 3º, inciso IV, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Mas o texto constitucional não é suficiente para que, na prática, não se submeta o negro à discriminação “cordial”, “velada.” Isso porque as oportunidades iguais de formação escolar, ascensão profissional, remuneração equiparável à do branco são realidades contingentes para a maioria negra. O que vemos é a existência de alguns programas e projetos que procuram reparar os atos injustos e cruéis que essa raça já sofreu e, portanto, a adoção de medidas como reservas de cotas nas universidades, o pagamento de bolsas para se estudar nas escolas particulares são meros paliativos de cidadania. A questão que envolve a promoção do bem de todos que apregoa a Constituição cidadã está num trabalho de base responsável e de longo prazo.

Quanto à cidadania da mulher, ela adquire com a nova Constituição, direitos que se equiparam aos do homem, conforme apresenta o Art. 5º, inciso I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.” Porém, sabemos que foi o crescimento econômico, como afirma Martinez (1996, p. 56-57), das décadas de 60 e 70 que tornou necessário o emprego da mão-de-obra feminina. Também a recessão a partir da década de 80 foi um imperativo para que as mulheres buscassem no trabalho fora do lar um salário como forma de substituição ou complemento do ganho familiar. Mesmo que a mulher tenha “conquistado” um lugar no mercado de trabalho, no Brasil ela ainda sofre a exploração do trabalho mal remunerado.

Além da questão do trabalho, há ainda o problema da violência contra a mulher. Foram, portanto, criadas as delegacias da mulher para casos de violência doméstica, estupro, atentado violento ao pudor e outros constrangimentos.

No que se refere aos direitos de cidadania da população mais pobre, observa Martinez (1996) que há no Brasil um “*apartheid*” social. Existe uma grande concentração de renda que se destina para poucos.

Nos casos expostos, percebe-se uma série de medidas governamentais em prol da ampliação da cidadania dos brasileiros (entendida aqui como direitos sociais); no entanto, esse

direito tem sido ainda perseguido pela maioria da população. Assim, a cidadania tem sido mais uma conquista que um bem que se recebe.

2.3.2 Lei de diretrizes e bases (LDB)

O texto da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9.394/ 96 foi, segundo Souza (2002, p. 5-6), inspirado no capítulo da Constituição de 1988, referente à Educação. Faremos uma reflexão de alguns artigos dessa lei, nos quais a cidadania aparece, direta ou indiretamente.

No artigo 1º da lei 9.394/96, o termo cidadania não aparece, apenas é suposto, de maneira indireta, quando se refere à “educação abrangendo os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, [...], nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

O parágrafo segundo reza que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” Ao referir-se à prática social e ao mundo do trabalho com vínculo com a educação, entende Souza (2002) que o segmento apresenta um “sabor de modernidade” por entender que a educação escolar está visando à formação concomitante do cidadão e do trabalhador, segundo uma vivência democrática, de acordo com as regras da economia produtiva. Ora, aqui lembramos o nosso atual sistema econômico e político e torna-se fácil compreender o grau de maturidade do regime democrático do país. Há pouco mais de duas décadas, vivíamos sob um regime não-democrático. Somos, portanto, recém-nascidos na democracia. Muito ainda precisa se fazer para que ela realmente se efetive, principalmente a partir da educação.

O autor Souza (2002, p. 6) acredita que a Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61 foi mais rica ao conceituar a educação. Diz que ela levou em conta os fins (liberdade e ideais de solidariedade humana) e os hegemonizou em relação aos meios (processos formais e informais de educar). Na nova lei, o que a empobreceu foi o fato de dar relevo aos meios que sociologizaram o conceito de educação, empobrecendo-se em suas dimensões filosóficas. Na Lei 4024/61 há uma preocupação com o lado humanizador da educação; constam, em seu texto: “princípios de liberdade”, “a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana”, “o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais”, “a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de...”.

A Lei 5.692/71 conservou o artigo 1º da lei anterior, pois deixou claro que o teor era de suma importância. Ela revela mais “respeito à formação do eu essencial, em face dos processos circunstanciais”. Na nova lei, o que se considerou e enfatizou foi justamente o processo que é circunstancial. Nessa lei há uma visão que privilegia mais a formação para viver em sociedade que viver para a vida. Com isso, afirma: “Perdeu a filosofia, ganhou o sociologismo” (SOUZA, 2002, p. 7).

Para melhor esclarecer, apresentamos os dois primeiros artigos da antiga e da nova lei:

Artigo 1º da Lei nº 9.394/96

Artigo 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º - Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º - A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL apud SOUZA, 2002, p. 5).

Artigo 1º da Lei nº 4.024/61

Artigo 1º - A educação nacional, inspirada nos princípios da liberdade e os ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e a vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça (BRASIL apud SOUZA, 2002, p. 7-8).

Para Souza (2002) a Lei nº 4.024/61 priorizava os mais altos valores humanos. A Lei nº 5.692/71 manteve em vigor o artigo 1º da Lei 4.024/61 por referendar o seu respeito à formação do eu essencial, em face dos processos circunstanciais. Explica que a formação do eu participa da ordem dos fins, que se referem à humanização do educando. Já as circunstâncias recaem sobre a ordem dos meios, dizem respeito aos processos que ocorrem no momento e no lugar presentes. A nova lei buscou privilegiar o processo, que é circunstancial e visa mais à formação para a sociedade, do que para a vida.

Dos princípios e fins da Educação Nacional, o artigo 2º da Lei 9.394/96 considera a educação um dever da família e do Estado, inspira-se nos princípios de liberdade e nos

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (SOUZA, 2002, p. 9).

Para o autor, a educação é mais que um dever, é uma função da família e do Estado. Observa a ausência da contribuição da sociedade como co-responsável. Atribui à sociedade, à família e ao Estado a responsabilidade pela educação. No entanto, a ação governamental para os fins educacionais depende da pressão social. Observa que as escolas particulares funcionam sem a interferência do Estado e desempenham relevante papel no atendimento dos educandos.

Souza (2002) observa a diferença entre fim e objetivo, de que trata o Artigo 2º. O que se apresenta como fim da educação: “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” é segundo Souza, objetivo a ser atingido pela educação nacional. Esses objetivos foram pinçados da Lei 5.692/71, nascida em pleno regime militar. No artigo 1º desta lei consta:

O ensino de 1ª e 2ª graus tem por *objetivo geral* proporcionar ao educando a *formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania* (BRASIL apud SOUZA, 2002, p. 10, grifo do autor).

Explica a diferença entre fim e objetivo, o primeiro tem natureza filosófica e política, está no horizonte das aspirações humanas e o segundo é de natureza administrativa e programática. Possui dimensão quantificada de tempo, espaço e recursos envolvidos. Conclui que a auto-realização do educando e a sua formação para o trabalho e a cidadania devem se constituir em preocupação maior da educação formal nos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior. O exercício da cidadania referida na lei é o meio de sobrevivência da sociedade politicamente organizada.

A Lei nº 9.394/96, no artigo 22, dispõe sobre a Educação Básica:

Artigo 22 – “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL apud SOUZA 2002, p. 38).

O autor comenta que o artigo 22 da Lei 9.394/96 mantém alguma semelhança com o artigo 1º da Lei 5.692/71, onde se diz da importância de se preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o seu desenvolvimento pessoal. Aponta a diferença entre elas: na lei anterior, a qualificação para o trabalho era um componente marcante do ensino de 1º e 2º graus e, na Lei 9.394/96, na educação básica, há não a qualificação para o trabalho, mas o compromisso de fornecer ao educando “meios para progredir no trabalho e em seus estudos

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

posteriores.” Lembra que a imposição da Lei 5.692/71, quanto à profissionalização obrigatória no 2º grau, resultou em fracasso. A Lei 9.394/96 trouxe o equilíbrio que faltava.

Do item que se intitula Do Ensino Médio, o artigo 35 da presente lei, no inciso II, dispõe:

Artigo 35 – O ensino médio, etapa final da educação básica com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I. [...];

II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; (...). (BRASIL apud SOUZA, 2002, p.57-58).

Souza (2002) esclarece que esse artigo fixa a duração mínima de três anos para o Ensino Médio, para que o educando possa prosseguir nos estudos em níveis mais elevados. Quanto a preparar o educando para o trabalho e a cidadania, explica que não se trata de formar um técnico para o trabalho, pois a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) declara não ser essa a função da escola formal, mas a de dotar o educando de conhecimentos básicos sobre as profissões e possibilitar-lhe as chances mercadológicas. Lembra que os conteúdos das disciplinas voltadas para o trabalho deverão ser afinados com a natureza das profissões como, por exemplo, saber sobre as oportunidades reais no mercado de trabalho. Esse dispositivo se volta mais como instrumento de definição vocacional do educando, para a profissionalização em centros especializados ou encaminhamento para o ensino superior.

Quanto à referência à cidadania, o currículo deve se voltar à cultura histórica, social e política, incluindo o conhecimento sobre o texto e o significado da Constituição Federal; também acrescenta “as práticas de cooperação em grupo, da participação democrática e da capacidade de análise crítica da realidade social” (SOUZA, 2002, p. 60).

O pesquisador esclarece que a denominação Ensino Médio, à época em que vigorou a Lei 4.024/61 do período que vai de 1961 a 1968 (para o ensino superior) e 1971 (para os ensinos de 1º e 2º graus), era Ensino Médio com duas ramificações: Ensino Secundário e Ensino Técnico. Com a Lei 5.692/71, o nome mudou para Ensino de 2º grau. Com a Constituição de 1988, a expressão Ensino Médio voltou e se mantém na atual LDB.

Souza (2002) tece algumas críticas em relação ao atual Ensino Médio, pois existem muitas controvérsias a respeito desse ensino. Entendem alguns que este se destina a ampliar a cultura geral do educando que era o que prevalecia antes da promulgação da Lei 4.024/61, ou seja, era proposta uma divisão em dois grandes ramos: um que era mais clássico e voltava para as letras, às ciências e à filosofia. Havia também o científico, mais endereçado às ciências exatas como a Matemática, Física, Química e Biologia. Para outros, esse nível de

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

ensino deveria voltar-se para a habilitação profissional e dar maior ênfase para as disciplinas específicas, e, menor, para a cultura geral. Esse foi o idealizado para a reforma de 1971. Essa reforma colocava a formação técnica sobre qualquer outra.

O autor credita a essa reforma de 1971 toda a consequência desastrosa da educação brasileira a partir de então. Alega que nem se formaram técnicos qualificados para o mundo do trabalho, nem se desenvolveu o gosto pela cultura geral na juventude. E por isso, prosperaram os cursinhos pré-vestibulares e se desqualificaram os cursos superiores em razão do despreparo cultural dos alunos.

Já acerca do artigo 36 da Lei 9.394/96, o autor afirma:

Este artigo cuida do currículo, dos conteúdos programáticos e das metodologias do ensino médio. Algumas recomendações a respeito, já constaram do Capítulo II da lei, onde se alinham as disposições gerais em relação à educação básica. Assim é que, nos artigos 24, 25 e 26 se lê quais são as regras comuns, que deverão presidir a organização e o funcionamento do ensino médio, como espécie do gênero ensino básico. Quanto às diretrizes específicas para esse grau de ensino, de que fala o presente artigo, há que destacar as seguintes:

a) Ênfase para as áreas curriculares dos saberes tecnológicos básicos, relativos a áreas técnicas afins; para a compreensão teórica e, quando possível, para a aplicabilidade real das ciências, das letras e das artes; para o processo histórico de desenvolvimento da sociedade e da cultura: para o domínio da língua vernácula e para as práticas de cidadania (SOUZA, 2002, p. 60-61).

Também no artigo 36 dessa lei, no dispositivo terceiro, podemos ler: “iniciar o educando nos saberes sócio-históricos e filosóficos que possam apoiar o exercício da cidadania” (SOUZA, 2002, p. 61). Como bem podemos observar, este artigo trata as questões do currículo, dos conteúdos programáticos e das metodologias do ensino médio. O autor chama atenção para o parágrafo segundo do artigo 36 o qual esclarece que o primeiro fim do ensino médio é a formação geral do educando e o seu preparo para o domínio de profissões técnicas é complementar. Nesse sentido, Souza (2002) concorda com a LDB, pois antes de a escola média habilitar profissionalmente os alunos, deve exigir-se do interessado, uma sólida bagagem de formação geral.

Não vamos aqui analisar todos os aspectos dessa Lei, não é nossa intenção, mas nos interessa refletir, principalmente, sobre a questão da cidadania. Analisando o artigo 36, da Lei 9394/96, parágrafo 4º, em que consta: “Só por exceção se admitirá que a escola média habilite alguém profissionalmente”, podemos pensar que ela apresenta uma proposta de humanização voltada para a natureza essencialmente cultural do Ensino Médio. O que vem corroborar os propósitos da “Constituição de 1988 que abriu o currículo do Ensino Médio à luz dos princípios do pleno desenvolvimento da pessoa e do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas” (SOUZA, 2002, p. 62).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Podemos perceber que a LDB abriu espaço para uma escola mais cidadã voltada para a formação humanística, que faça o cidadão pensar em razão da Lei Maior, ou seja, a Constituição de 1988.

2.3.3 A cidadania em contexto escolar: o caso do ENEM

Foi implantada uma avaliação anual no Brasil, a partir de 1998, denominada ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). O objetivo fundamental constante no Documento Básico ENEM é: avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Os objetivos específicos constantes no documento são:

- a) oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua auto-avaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- b) estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- c) estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior (BRASIL, 1998).

Podemos observar, nos objetivos específicos, item a, que o termo cidadão é dirigido indistintamente a qualquer cidadão que queira um referencial para o ingresso no mercado de trabalho ou para continuar os estudos. Observamos também que os objetivos específicos destacam o mundo do trabalho.

Costa (2004), a respeito do desenvolvimento de competências como objetivo das atividades de ensino, nos faz refletir sobre o dilema: formar para quê? Para a erudição ou para a vida? Formar o cidadão ou o profissional? Formar para o conhecimento ou para competências? Ou, no pensamento de Platão, formar o governante, ou o povo? Considera a questão da competitividade dos mercados mundiais capitalistas responsável pelas novas formas de organização do processo de trabalho. São adotados novos parâmetros de desempenho e de qualificação como a habilidade, o conhecimento, as atitudes e as relações de trabalho. A educação se destaca e é organizadora da formação. Daí o dilema, formar para quê?

Perrenoud (1999 apud COSTA, 2004, p. 2) refere-se à existência de um dilema que oculta um mal-entendido e expõe: “afinal, vai-se à escola para adquirir conhecimentos, ou para desenvolver competências?” Esclarece que “o mal-entendido está em acreditar que, ao desenvolverem-se competências, desiste-se de transmitir conhecimentos.”

No entanto, Costa (2004) considera a aquisição de conhecimento atual uma condicionante dos meios de produção:

[...], impõe-se considerar uma educação que privilegie o aprender a aprender ou, como indicam a UNESCO e os PCNEM (1999, p. 29-30): “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser”. Entretanto, do ponto de vista do capital, essas competências vinculam-se ao mundo do trabalho não numa perspectiva da práxis humana, mas no contexto econômico de uma práxis produtiva (COSTA, 2004, p. 2).

Costa (2004) opta por problematizar a noção de “competência” (destaque do autor) por ser associada ao exercício da cidadania e ao mundo do trabalho e considera-a constituída tanto pela prática científica, quanto pela prática social. Portanto, propõe esclarecer os processos de mudança, bem como evidenciar a natureza que essa noção apregoa.

Perrenoud (1999b apud COSTA, 2004) define a noção de competência “como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles.”

Quanto à influência do mundo do trabalho, acredita que a noção de competência sofre uma apropriação da noção de competência na escola com o objetivo de angariar maior qualificação, na flexibilização dos procedimentos, dos postos e das estruturas. E retoma Perrenoud (1999b apud COSTA, 2004), dizendo estar a escola, sob o pretexto de modernização, trazendo do mundo do trabalho, valores próprios dele.

Quanto à concepção de conhecimento, Machado (1999 apud COSTA, 2004) a concebe “como uma rede de significados multiplamente articulados, em permanente formação e transformação [...]. Tal concepção de rede deverá conduzir-se a uma transformação substantiva nos processos de avaliação”. E considera que as competências operam a mediação entre o conhecimento e a inteligência.

No entanto, Perrenoud (1999 apud COSTA, 2004, p. 3-4) alerta para o fato de que “o reconhecimento da própria pertinência da noção de competência continua sendo um desafio nas ciências cognitivas, assim como na didática. Alguns pesquisadores preferem ampliar a noção de conhecimento sem apelar para outros conceitos.” Acrescenta que “para construir competências, a escola precisa de tempo, que é parte do tempo necessário para distribuir o conhecimento profundo.” (p. 4)

Costa (2004, p. 4) acredita que o cerne do dilema está no tempo escolar que é limitado, devendo-se, portanto, buscar uma alternativa: formar para o conhecimento ou formar para competências.

Assim, reconhece que a opção política pelo desenvolvimento de competências é objeto central da atual reforma educacional brasileira que alega viabilizar uma formação mais adequada para o mundo do trabalho e para a cidadania. Reflete que a concepção de cidadania presente na reforma educacional não é resgatada como valor universal, mas se associa aos projetos individuais, segundo os valores adequados aos padrões produtivos e culturais da atualidade.

Quanto à opção de se formar para a cidadania ou para o trabalho, Costa (2004) reconhece que a reforma educacional brasileira atribui ao Ensino Médio o objetivo de formação para o trabalho e a cidadania. E para tanto são introduzidos “novos” pressupostos que legitimam uma “nova” abordagem sobre o Conhecimento e sobre o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos propondo uma mudança epistemológica.

No entanto, o autor concebe a mudança como improcedente, por tratar-se de uma formulação unilateral das reformas. Afirma faltar investimento público nos sistemas escolares e no cotidiano da prática educativa. Para ele, não há uma congruência entre reforma e formação docente. E tece sua conclusão acerca da formação para Competências ou para o Conhecimento:

[...] estabelecer o debate entre as alternativas de formação para Competências – com vistas à inserção social via o “moderno” mundo do trabalho - e de formação para o Conhecimento, parece-nos alimentar um falso dilema que esconde um horizonte histórico inerente ao desafio educacional que é o de proporcionar a felicidade para todos, instituindo um sentido de cidadania, de fato, que, ao contrário da exclusão, promova um cenário de “pertencimento” de todos os cidadãos (COSTA, 2004, p. 6).

A respeito do processo de implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Costa (2004) defende que foi feito de forma autoritária. Não houve um debate com os setores “interessados” sobre os reais problemas por que passa a educação brasileira. Assim, declara que essa avaliação não se presta somente a atender o que consta em seus objetivos, mas demonstra uma imposição política de pressupostos sobre os diversos sistemas educacionais brasileiros. E também se presta como um mecanismo para nortear o projeto de educação básica, tendo como fundamento um ensino por competências. Evidencia-se, portanto, a formação endereçada ao mundo do trabalho.

Essa avaliação é uma ação direcionada para um ensino interdisciplinar e contextualizado, para o desenvolvimento de competências tuteladas pelas leis em vigor. Ela

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

mede a formação do estudante-trabalhador “flexível” e melhor preparado segundo as necessidades e parâmetros do modelo empresarial. Esta ação se explica como uma melhor qualificação da mão-de-obra para o trabalho cada vez mais excludente.

Costa (2004) observa também o deslocamento do conceito de Cidadania, no interior dos pressupostos do ENEM , ao associá-lo ao mundo do trabalho. O que pode ser percebido como projeto de sociedade, “pensado pelas elites brasileiras, para os trabalhadores deste país na virada do século XIX para o XX, rumo a um pretense mundo civilizado europeu” (COSTA, 2004, p. 9).

No entanto, a existência em curso de uma estratégia de imposição curricular aos sistemas escolares não é suficiente para assegurar sua execução, pois, na prática, o currículo no cotidiano educacional depende do que os educadores desejam.

Portanto, por mais autoritárias que possam ser as estratégias utilizadas pelo poder institucional, elas não são suficientes para cercear a formulação de propostas alternativas. O cenário de participação controlada e autonomia decretada desafia o trabalho educativo a aproveitar todas as “ocasiões” e, “lance por lance”, restabelecer novas formas de participação e construção da autonomia, do processo educativo (COSTA, 2004, p. 9, grifo nosso).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

3. O AUTOR-CRIADOR EM REDAÇÕES DE VESTIBULAR: O SUJEITO CIDADÃO EM CONTEXTO ESCOLAR

Nosso *corpus* consiste em 164 redações, de um total de 274 textos de candidatos participantes do processo seletivo de 2008 da Libertas Faculdades Integradas, no interior de Minas Gerais. O processo seletivo contou com a participação de 274 candidatos para os cursos de Direito, Enfermagem, Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação.

A prova de redação do vestibular apresentou como tema: “Álcool e jovens: Desesperança ou destemperança” e trouxe dois textos de apoio para que o candidato redigisse uma dissertação (ver Anexo A)

O primeiro texto (que ocupa duas páginas do caderno de redação) foi extraído da *Folha de São Paulo* do caderno Folhateen, páginas 4 e 5 do encarte do dia 29 de outubro de 2007. Este primeiro texto apresenta um artigo intitulado “Até a última gota” de Leticia de Castro, onde aparecem várias experiências de jovens e adolescentes com o álcool, algumas curiosidades, depoimentos e dados estatísticos sobre o que bebem os adolescentes. Também se mostram, nas duas páginas da matéria, algumas ilustrações, todas alusivas à bebida alcoólica. Já na página 3 do Caderno de redação, aparece uma poesia que se intitula “Privilégio do Mar”, de Carlos Drummond de Andrade, que traz como ideia central o tédio, o cotidiano e, como pano de fundo, a estagnação e o prazer de saborear uma cerveja, “Podemos beber honradamente nossa cerveja.” é o último verso da poesia.

Foi proposto que o candidato redigisse um texto dissertativo, com o tema citado acima “Álcool e jovens: Desesperança ou destemperança”, a respeito dos textos oferecidos para leitura nas páginas 1, 2 e 3.

Logo abaixo da proposta de redação, encontram-se observações que são instruções para a realização da prova. Podemos destacar, entre os itens das observações, o de: “Não se posicione na primeira pessoa do singular”. Das 164 redações lidas, encontramos 5 na 1ª pessoa do singular, 58 na 1ª pessoa do plural e 100 redações na 3ª pessoa do singular. Quanto à observação de colocar título na redação, apenas uma não o apresentou. Quanto à instrução de que o texto não deveria ser escrito em forma de poema (versos) ou narração, apenas uma apresentou-se na forma poética.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Este levantamento quantitativo é apenas um esboço que tem a intenção de fornecer dados para que o leitor possa melhor compreender a proposta de redação em questão e vislumbrar os textos gerados por ela. No entanto, a análise feita, como já mencionado na introdução deste trabalho, é resultado de uma abordagem qualitativa dos dados, com o objetivo de investigar como se dá a autoria nos textos em foco – refletimos sobre a possibilidade de o candidato, na redação de vestibular, assumir-se como um autor que apresenta uma postura ética e cidadã e preocupada com o social.

Dentre as 164 redações lidas, trazemos para a análise apenas 10, pois pensamos ser um número razoavelmente representativo – entre uma redação e outra os posicionamentos dos autores-vestibulandos se parafraseiam.

Consideramos essas redações como enunciados, conforme os concebe Bakhtin: têm um acabamento estético dado pelo autor-criador (que não deve ser confundido com o autor-pessoa escritor); esse autor espera uma atitude responsiva do leitor e, em função dela, dá o acabamento estético ao enunciado; seu acabamento se dá quando o autor dá a palavra ao outro; inscrevem-se em determinados gêneros do discurso e, como tal, se estruturam em termos de construção composicional, tema e estilo; o enunciado mantém necessariamente um diálogo com as memórias, do passado e a por vir, e isso o constitui – o diálogo, portanto, se dá não somente na situação interativa, mas na grande temporalidade.

3.1 A CONSTRUÇÃO COMPOSICIONAL DAS DISSERTAÇÕES: O PONTO DE VISTA EXPRESSO NA CONCLUSÃO

Os textos apresentam pontos de vista mais na conclusão (muitas vezes somente no último parágrafo). Esse ponto de vista se coloca como uma “conscientização” sobre os riscos do álcool, que prejudicam as relações sociais, familiares e a saúde. Diante desses riscos, seria preciso haver limites ao exagero de seu uso (para evitar, por exemplo, acidentes automobilísticos – nesse caso, o álcool assume fator de risco à segurança pública) e fiscalização mais severa ou punição daqueles que o vendem para menores. Beber socialmente (moderadamente) seria um caminho possível – abertamente, os autores não defendem o uso do álcool. Os principais culpados dos problemas gerados pelo consumo do álcool pelos jovens, apontados pelos autores, é a influência da família (ou falta de estrutura familiar e diálogo) e dos próprios amigos – nesses casos, o jovem, de culpado, passa a vítima.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Recortamos algumas dessas conclusões:

“Beber moderadamente não faz mal, é bom, é prazeroso se todos tivessem consciência que o mau uso da bebida provoca, talvez não haveria tantas desgraças e desavenças e o mundo seria bem melhor!” (ANEXO C)

“Porém cabe a cada um nós a conscientização, não pondo em risco nossa vida de familiares e terceiros.” (ANEXO D)

“Mesmo o álcool sendo proibido para menores de 18 anos, você ainda vê jovens menores bebendo, deveria ter uma fiscalização mais severa para quem vende e uma punição maior. Quem sabe assim os jovens não iniciariam a vida alcoólica.” (ANEXO G)

Ao longo do texto, no desenvolvimento da argumentação, utilizam-se mais dos dados fornecidos pela coletânea. Isso revela, em nossa concepção, um comportamento já estereotipado em redações escolares, nas quais a posição do autor só poderia vir marcada na conclusão, que também traria uma proposta de intervenção no problema apresentado/discutido. Nesse caso, a autoria é limitada pela estereotipação do gênero.

3.2 O DIÁLOGO COM A COLETÂNEA, COM AS VOZES SOCIAIS E COM O INTERLOCUTOR: ASPECTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DO TEMA E AOS VALORES INCORPORADOS PELO AUTOR-CRIADOR

Recortamos também, alguns enunciados que foram importados do texto da coletânea e utilizados ao longo das produções textuais, muitas vezes, com as próprias palavras e estruturas sintáticas do texto-base:

“a falta de responsabilidade e moderação chegaram ao mais baixo dos níveis” (Anexo B),

“...dizem que bebe porque gostam e se sentem bem., existem pais ou mães que têm esse vício...Entrevistas foram feitas em todo o mundo com jovens e adolescentes e nos mostram que muitos bebem porque a sensação de estarem embriagados é boa, fascinante e fazem coisas que quando estão lúcidos não fazem.”(Anexo C),

“...a maior parte de acidentes devem-se ao uso abusivo do álcool.,o álcool em excesso desinibe, diminui a atenção.,doenças sexualmente transmissíveis são agravadas pelo álcool...” (Anexo D),

“O que preocupa, além do exagero de álcool e outras drogas por parte dos adolescentes, é que eles sabem do risco que correm ao usa-la.”(Anexo E),

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

“Infelizmente, jovens para poder participar dos grupinhos de amigos, sempre bebem para perder a timidez e criar coragem para as bagunças.” (Anexo F),

“E isto é muito ruim, porque a pessoa vai querer beber cada vez mais, pois vai achar que sem o álcool ela não vai conseguir fazer novas amizades,” (Anexo G),

“Pois todos temos a ciência de que a maioria dos acidentes ocorridos por automóveis são por pessoas alcoolizadas,” (Anexo H),

“Os adolescentes abusam da bebida, depois sem cuidado dirigem.” (Anexo I),

“A bebida é só o início de muitas outras “drogas” e é a partir daí que acontece tantas desgraças,” (Anexo J),

“...a bebida...em exagero é prejudicial a saúde.”(Anexo K).

Os enunciados apresentam um autor-criador que dialoga com o outro, não em uma relação subjetivista eu-tu, mas na relação com as vozes sociais que o constituem: “O sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico” (BARROS; FIORIN, 2003, p. 2-3). O que podemos notar é que, no espaço do texto, existe uma interação entre o eu e o tu, entre o eu e o outro. A palavra não é propriedade nossa, ela se constitui em outras vozes que dão sentido ao enunciado, que falam nele. Ao enunciar “correr risco”, “temos a ciência de que a maioria dos acidentes...” ou “A bebida é só o início de muitas outras drogas”, o autor-criador não registra de forma passiva os eventos da vida, “mas a partir de uma posição axiológica, recorta-os e reorganiza-os esteticamente” (FARACO, 2005, p. 39).

A incorporação da coletânea na argumentação é uma forma da conciliação do discurso desse autor, que se identifica com o discurso da sociedade e da instituição manifesto nos enunciados da coletânea. Temos, portanto, aqui um sujeito que fala do outro e pelo outro. Ele assume o discurso da moralidade e da cidadania. As vozes sociais se refratam nesse seu dizer cidadão. Isso também se materializa nos seguintes trechos:

“vários jovens morreram em estradas”(Anexo B)

“...muitos bebem porque a sensação de estarem embriagados é boa, fascinante e fazem coisas que quando estão lúcidos não fazem.” (Anexo C)

“...a maior parte de acidentes devem-se ao uso abusivo do álcool. (...) o álcool em excesso disinibe, diminui a atenção. Além disso, doenças sexualmente transmissíveis também são agravadas pelo álcool.” (Anexo D)

“Os mais jovens, fazem uso do álcool como forma de liberar as emoções contidas pela vida agitada e se divertir sem preocupações.” (Anexo e)

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

“Bateu o sino do final da aula, sempre tem a turma do boteco próximo da escola.” (Anexo F) se dirige a alguém, está voltado para o destinatário, isso coage o autor a dizer o que diz.

“...os jovens estão bebendo bebidas alcoólicas cada vez mais cedo...” (Anexo G)

“...é muito comum vermos adolescentes bêbados em bares e principalmente em festas.” (Anexo H)

“Jovens a cada vez mais cedo começam a beber, sair de casa, ir para as baladas.” (Anexo I)

“Jovens e adultos se aventuram em bebidas, drogas e muito mais para obterem refúgios.” (Anexo J)

“A bebida nos chama a atenção desde crianças...”, “...nos faz ficar alegres.”, “...bebem para fugir de algum problema,...”, “...esquecer.”, “...relaxar”(Anexo K)

Podemos perceber que há uma identificação do autor-criador com o discurso da coletânea que, dessa forma, se refrata na instituição-escola. O enunciado diz, pois ele se preocupa com o seu dizer, que é orientado pelo seu destinatário, no caso representado pelo corretor das provas do vestibular. Assim, ele se apoia nos enunciados da coletânea, pois representam as vozes sociais com as quais tem tido contato em suas relações sociais. O enunciado-redação do vestibular apresenta-se como uma situação fronteira que comporta o enunciado do outro, e depois os enunciados-respostas dos outros, ou seja, “O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro” (BAKHTIN, 1992, p. 294).

O autor-escritor (pessoa) participa, de acordo com o pensamento bakhtiniano, de uma posição socioavaliativa posta numa “dinâmica de múltiplas inter-relações responsivas” (FARACO, 2005, p. 38). De certa forma, esse autor participa dessa dinâmica, mesmo que não concorde com ela, mas a refrata, ou seja, refrata as posições axiológicas presentes nos enunciados já constituídos da coletânea, que, por sua vez, refrata os valores sociais da instituição e da sociedade.

É preciso, segundo Bakhtin, que o escritor “desista de sua linguagem, saia dela, liberte-se dela, olhe-a pelo olho de outra linguagem, desloque-a para outrem ao mesmo tempo em que se desloca para outra linguagem”, Faraco (2005, p. 41), quando cria, esse é o princípio da exotopia. Acreditamos que ocorre, nos enunciados analisados, um deslocamento do autor-criador do lugar de um jovem para representar a voz social que dá unidade ao todo artístico. Pela materialidade verbal o autor-criador “passa a ser identificado à voz social que cria e sustenta a unidade do todo artístico” (FARACO, 2005, p. 42).

Assim, nos enunciados “cabe a cada um de nós a conscientização” (Anexo D) ou “A falta de responsabilidade e moderação chegaram aos mais baixo dos níveis.” (Anexo B), encontramos na materialidade verbal as vozes marcadas na confluência das formas lexicogramaticais em que se posicionam os índices sociais de valor. Essa posição revestida da materialidade verbal se identifica na voz social que cria e o autor-criador sustenta a unidade do todo do enunciado. O importante é perceber que “a posição axiológica do autor-criador é um modo de ver o mundo, um princípio ativo de ver que guia a construção do objeto estético e direciona o olhar do leitor” (FARACO, 2005, p. 42).

Os enunciados abaixo apresentam um posicionamento em que o autor-criador manifesta uma responsabilidade social. Podemos encontrar, nas redações, exemplos dessa voz social e, para a nossa reflexão, recortamos delas alguns exemplos:

“...alcoolizar a ponto de colocar em risco sua vida e de outros cidadãos de bem.”
(Anexo B)

“Beber moderadamente não faz mal, é bom, é prazeroso se todos tivessem consciência que o mau uso da bebida provoca, talvez não haveria tantas desgraças e desavenças e o mundo seria bem melhor!” (Anexo C)

“Porém cabe a cada um de nós a conscientização, não pondo em risco nossa vida de familiares e terceiros.” (Anexo D)

“as pessoas confundem a liberdade que temos a nosso favor, fazendo uma mistura perigosa com o risco.” (Anexo E)

“os jovens de hoje é refém do álcool,” (Anexo F)

“...um vício cada vez maior que vai ocasionar sérios problemas para estes jovens e também para seus familiares.”(Anexo G)

“...devemos pensar muito em nossos filhos, mostrar a eles que a bebida não é solução de problemas e que em exagero é prejudicial a saúde. Podemos beber sim, mais socialmente, agindo assim estaremos contribuindo para uma vida melhor.”
(Anexo K)

Partimos da fala de Bakhtin (2002, p. 117) em que: “A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social. Em consequência, todo o itinerário que leva da atividade mental o “conteúdo a exprimir” à sua objetivação externa a “enunciação” situa-se completamente em território social.” Temos aqui algumas considerações: a primeira, do sujeito que bebe para relaxar por várias razões, a segunda, ele se insere num todo, faz parte de uma população que bebe e a terceira, a bebida é um mal que precisa ser combatido.

Pois bem, de acordo com a reflexão de Bakhtin, a enunciação se situa completamente em território social. Assim, a voz do autor desses enunciados soa de forma

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

socializada como em: “as pessoas confundem”, “estes jovens”, enfim, os enunciados apontam para uma contextualização social. E o que traz essa voz social com o problema da bebida? Beber é um mal. Vicia, traz transtornos para esse convívio social, portanto a voz social desses enunciados parte do pressuposto de que viver socialmente é viver eticamente de acordo com o viver cidadão. Portanto, temos o sujeito como função das forças sociais. “O eu individualizado e biográfico é quebrado pela função do *outro social*” (MIOTELLO, 2005, p. 175). No entanto, essa responsabilidade social ideologicamente constituída é filtrada pelas instituições oficialmente constituídas e amparada pelo jogo do poder que prega a moral, a religião, o direito, a ciência.

Acrescenta-se também, a esse raciocínio, o fato de que o autor-criador tem um destinatário certo: o avaliador-leitor; sendo ele parte desse sistema ideologicamente constituído, orienta, de certa maneira, os posicionamentos desses enunciados.

A coletânea apresenta, pelo menos, duas propostas de leitura para a redação: uma está no gênero dissertativo e a outra, no gênero poesia. O primeiro, como já comentamos, questiona o uso abusivo do álcool, no entanto, o segundo apresenta uma proposta com um discurso que oferece ao vestibulando a possibilidade de seguir um rumo diferente, ou seja, mesmo tendo liberdade em seu posicionamento diante da primeira opção, a coletânea antecipa essa liberdade de forma declarada. O discurso da segunda opção refere-se a um sujeito que se posta no terraço de seu edifício, demonstra um aspecto de indiferença e tédio, talvez pela rotina e monotonia que sente, indiferente às agitações do trabalho. Refere-se a alguns aspectos que permitem pensar sobre a agitação do trabalho: “a mil corpos labutando”, “alguns se inserem fatigados no elevador”, e a compensação pelo cansaço do trabalho: “vêm cá em cima respirar a brisa do oceano”. Outro aspecto é o da segurança que permite beber honradamente a cerveja: “o edifício é sólido e o mundo também”. Portanto, esse enunciado permitiu ao vestibulando se esgueirar pelo discurso de que o cidadão, no descanso e ciente de que nada o ameaça, possa gozar do prazer que a bebida oferece. Curiosamente, poucas redações enfocam o discurso da segunda opção da prova, embora uma redação considere o álcool como droga e admita ser permitido o seu consumo em razão de sua legalidade, mas sem abusar: “O álcool é uma droga lícita, portanto pode ser usado, no entanto como o trabalho e o lazer, deve ter limite.” (ANEXO E). Logo, a questão “limitação” recai sobre o enfoque do tema dado pela primeira opção da coletânea, explícito no subtítulo da matéria fornecida como base para a redação: “Novas pesquisas indicam que adolescentes começam a beber cada vez mais cedo e de forma abusiva.” (ANEXO A).

Como o nosso propósito não é o de refletir sobre o que motivou a escolha da primeira opção por todos os vestibulandos, o que daria uma outra dissertação, vamos nos deter na incorporação da coletânea na argumentação, a refração do discurso da coletânea bem como da instituição e da sociedade.

Encontramos, nos textos desses autores-criadores, desculpas que tentam justificar o uso de bebida de álcool como: as festas de fim de ano (Anexo B), gostam e se sentem bem, para fazer sentido quando vão a algum lugar (Anexo C), para desinibir (Anexo D), para liberar as emoções e se divertir (Anexo E), para perder a timidez, criar coragem para as bagunças, para se destacar (Anexo F), para se integrar no grupo, interagir nas novas amizades, com o namorado (Anexo G), os amigos e a família influenciam (Anexo H), para relaxar no final de semana (Anexo I), como forma de refúgio (Anexo J), vê a bebida como algo que faz ficar alegre, para fugir de algum problema, para esquecer, relaxar (Anexo K).

Em todas essas desculpas, encontramos um discurso que pende para o prazer e para a sensação de “liberdade” que a bebida proporciona para que o indivíduo faça o que sem ela possivelmente não faria ou sentiria. Observe-se que muitos desses posicionamentos foram transferidos da coletânea, em compreensão responsiva a eles. Nesse caso, devemos levar em consideração o fato de que não há nenhum impedimento expresso, no item das observações, da “colagem” desses posicionamentos para a redação dos vestibulandos.

Vejamos, entretanto, que esse autor reorganiza esse conteúdo, dá-lhe um acabamento “estético” ao pressupor a voz de seu destinatário, o seu leitor.

No ato artístico especificamente, a realidade vivida (já em si atravessada por diferentes valorações sociais porque a vida se dá num complexo caldo axiológico) é transposta para um outro plano axiológico (o plano da obra): o ato estético opera sobre sistemas de valores e cria novos sistemas de valores (FARACO, 2005, p. 38).

A justificativa para beber utilizada no texto de apoio: “Geralmente bebo porque estou de saco cheio da semana e quero dar um ‘relax’. Gosto de ficar bêbado” e os fatores como: o baixo preço da cerveja no país: “(o Brasil está entre os países em que a cerveja é mais barata)”; “a grande tolerância social à bebida” permitem pensar em um destinatário que encontra uma relativa liberdade para interagir discursivamente. São, pois enunciados que enunciam uma conduta menos rígida em razão do baixo custo, da alta tolerância, do estímulo. No entanto, esses posicionamentos não são acatados da coletânea pelos autores-criadores dos enunciados analisados, que, pelo contrário, se mantêm distanciados e enunciam de uma outra posição. Utilizam alguns argumentos peremptórios contra a utilização exagerada do álcool.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

Evitam, portanto, essa brecha cujo argumento poderia favorecer um posicionamento mais aberto, como também é o caso da poesia.

Considerando que o enunciado da coletânea reitera os discursos das instituições oficiais do país por uma conduta cidadã, os autores-criadores das redações não tiveram outra medida senão a de seguir pela mesma linha de raciocínio nos enunciados das redações. O autor-criador desses textos assume um dizer cidadão, aquele que é aceito para viver em sociedade, que é ensinado pela instituição.

Dessa forma podemos pensar nesse recorte feito pelo autor como uma forma de diálogo com o destinatário, nesse caso, o leitor que pode estar inserido no mesmo conceito de cidadania das instituições, como as de ensino, por exemplo.

Os títulos das redações: “Sinal de Destemperança” (Anexo B), “Alcoolismo no Brasil e no mundo” (anexo C), “O Veneno do Álcool” (Anexo D), “O limite da diversão” (Anexo E), “A cerveja” (Anexo F), “A influência do álcool nos jovens” (Anexo G), “Educação vem de berço” (Anexo H), “Álcool e jovens” (Anexo I), “Tristezas” (Anexo J) e “Por quê bebemos?” (Anexo K), possuem um ponto de vista marcado pela enunciação que os sustenta. Esses enunciados apontam para os mesmos valores axiológicos assumidos nos textos e reforçam seu valor ideológico, sua inserção no discurso cidadão.

3.3 O ESTILO DO ENUNCIADO: OSCILAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CIDADÃ DO AUTOR-CRIADOR

Entre os enunciados analisados, há os em que o uso da 1ª pessoa se coloca como quem usa o álcool e passa por situações “delicadas”, como é o caso em: “Querem emoção adrenalina. É preciso preocupar mais com você, sua vida é única preserve-a. Somos jovens teremos tudo para viver e aprender.”(Anexo I), ou se coloca como vítima, como é o caso de: “Mais o que fazer? – De qualquer maneiras todos seremos – atingidos, toda uma sociedade. A bebida é só o início de muitas outras “DROGAS” e é à partir daí que acontece tantas desgraças, alcoolismo, dependentes químico, doenças, assassinatos, suicídios, roubos e muita tristeza.” (Anexo J), ou se coloca como pais de jovens que usam bebida alcoolica, como podemos ver em: “Enfim, devemos pensar muito em nossos filhos, mostrar a eles que a bebida não é solução de problemas e que em exagero é prejudicial a saúde.” (Anexo K), mas

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

se distancia ao longo do texto ao enunciar: “Na maioria das vezes bebem para relaxar, quando se dão conta não conseguem parar e se tornam viciados.” (Anexo K).

Outros, em 3ª pessoa, apresentam um distanciamento do autor-criador, como é o caso de:

“Beber moderadamente não faz mal, é bom, é prazeroso se todos tivessem consciência que o mau uso da bebida provoca, talvez não haveria tantas desgraças e desavenças e o mundo seria bem melhor!” (Anexo C),

“Portanto, os jovens de hoje é refêm do álcool, onde ele vai, está lá sempre alguém ou alguma propaganda para induzi-lo ao consumo.” (Anexo F),

“A família tem papel importantíssimo nesta luta pois devem alertá-los e mostrá-los que a bebida não é sinal de força, poder, que nem relaxa ou alegria e sim sinal de destemperança.” (Anexo B).

Algumas conclusões se apresentam como uma forma de intervenção, como é o caso de:

“A família tem papel importantíssimo nesta luta pois devem alerta-los e mostra-los que a bebida não é sinal de força, poder, que nem relaxa ou alegria e sim sinal de destemperança.” (Anexo B),

“Beber moderadamente não faz mal, é bom, é prazeroso se todos tivessem consciência que o mau uso da bebida provoca, talvez não haveria tantas desgraças e desavenças e o mundo seria bem melhor!” (Anexo C),

“O álcool é uma droga lícita, portanto pode ser usado, no entanto como o trabalho e o lazer, deve ter limite.” (Anexo E),

“Mesmo o álcool sendo proibido para menores de 18 anos, você ainda vê jovens menores bebendo, deveria ter uma fiscalização mais severa para quem vende e uma punição maior. Quem sabe assim os jovens não iniciariam a vida alcoólica.” (Anexo G).

As conclusões também apresentam o discurso da conscientização como podemos observar em:

“A família tem papel importantíssimo nesta luta pois devem alertá-los e mostrá-los que a bebida não é sinal de força, poder, que nem relaxa ou alegria e sim sinal de destemperança.” (Anexo B)

“Beber moderadamente não faz mal, é bom, é prazeroso se todos tivessem consciência que o mau uso da bebida provoca, talvez não haveria tantas desgraças e desavenças e o mundo seria bem melhor!”(Anexo C)

“Porém cabe a cada um nós a conscientização, não pondo em risco nossa vida de familiares e terceiros.” (Anexo D)

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

Nesses enunciados, o autor-criador manifesta um certo distanciamento da prática da bebida, afirmando uma atitude que condiz com o que se espera histórica e socialmente de um sujeito-cidadão. Faz isso ao dar conselhos (discurso de conscientização) e propõe formas de intervenção, típicas de um discurso de um sujeito que vê o problema de fora, exotopicamente. Entretanto, ele também enuncia outro discurso, mais fraco, mas persistente, que valoriza o prazer da bebida. No acabamento estético dado pelo autor-criador ao enunciado, ocorre um desvelar de um discurso ao outro.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

CONCLUSÃO

Acreditamos que, com esse trabalho, podemos acrescentar nossa reflexão às que já existem e dessa forma ampliar as discussões sobre cidadania em contexto escolar e a sua interferência na autoria.

Abordamos a questão da cidadania e da autoria nas redações de vestibulandos, cujo tema trata sobre adolescentes que começam a beber cada vez mais cedo e de forma abusiva.

Observamos que o vestibulando apresenta posicionamentos que manifestam o viver cidadão: se colocaram como autores-cidadãos responsáveis em relação ao tema “consumo do álcool” e mostraram capacidade de intervir socialmente, de acordo com os valores ideológicos vivenciados atualmente, em que se exige dos sujeitos essa atitude ética. Em relação às leituras de documentos concernentes ao contexto da cidadania, percebemos que a escola exerce importante papel de propagação e materialização das ideologias instituídas. No caso, materialização dos valores sobre responsabilidade social e moralidade, na construção da relação cidadã com o outro.

A sustentação teórica, embasada em Bakhtin e seu Círculo, nos permitiu abordar os enunciados analisados buscando neles o projeto de dizer do autor-criador, que “materializa em seu objeto estético escolhas composicionais e de linguagem que resultam também de um posicionamento axiológico” (FARACO, 2005, p. 38). Acrescentamos a esta reflexão o raciocínio de que o autor-criador espera uma atitude responsiva do leitor e em função dela dá o acabamento estético ao enunciado.

Observamos em nossa análise que os vestibulandos apresentaram posicionamentos que confirmam os estudos teóricos quanto à exteriorização dos valores ideologicamente concebidos. Defendem o não uso da bebida alcoólica, dialogando em consonância com os pontos de vista expressos na coletânea fornecida (em que se encontram valores contrários a esse uso e críticas aos jovens usuários).

Vimos também que o autor-criador, em seu ato, dirige-se ao seu leitor, no caso, o corretor da redação. Assim, em diálogo com as vozes do passado (que materializam os valores ideológicos da atitude cidadã) e as por vir, compõe o seu enunciado que refrata as vozes com

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

“Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's” A.Sarras - USA

que dialoga e dá ao enunciado um acabamento pressupondo a resposta que espera de seu destinatário. Dessa forma é que esse autor sabe que se espera dele uma atitude responsável, no sentido das relações éticas com o outro, quando o tema é bebida alcoólica. Poucos se deram o direito de defender o prazer proporcionado pela bebida, por exemplo. Entretanto, os autores em questão revelam ser sujeitos divididos, pois se contradizem (é nesse sentido que vemos a refração das vozes sociais em nosso *corpus*, bem como vemos a forma da resignificação no acontecimento enunciativo).

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Temas de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARROS, D. L. P.; FIORIN J. L. In: _____. (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo, Edusp, 2005. cap. 1, p. 1-9.

BRAIT, B.; MELO, R. de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin: conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61-78

_____. Estilo. In: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin: conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 79-102.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (DOU 16.07. 1990).

_____. Estatuto do Idoso. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. (DOU, seção I, 3/10/2003, p. 1).

_____. LDB-Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/LEIS//9394.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

BUENO, F. da S. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1973.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

CEREJA, W. Significação e tema. In: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin**: conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 201-19.

COSTA, C. F. O ENEM e o desenvolvimento de competências no contexto da educação para o trabalho e cidadania.. Teias: Rio de Janeiro, ano 5, n 9-10, jan/dez. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=search&op=results>>. Acesso em: 9 nov.2008.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin**: conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 37-60.

FERNANDES, M. T. P. **A cidadania**: esboço histórico. 2002. Disponível em: <<http://www.proformar.org>> Acesso em: 18 jun. 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1975.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FUSTEL, de C.; DENIS, N. **A cidade antiga**. Tradução de Fernando de Aguiar. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Título do original: La cité antique.

GRAVE, J.; NETO C. **Lello Universal**. Porto: Lello e Irmão, dec. 40 ou 50.

GUIMARÃES, E. Os sentidos de cidadão no Império e na República no Brasil. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. cap. 3, p. 39-46.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, F. O cidadão na III República Brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. cap. 4, p. 47-55.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. Guerra dos mascates: a constituição do cidadão brasileiro no séc. XVIII. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. cap. 2, p. 31-38.

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

LIBANIO, J. B. **Ideologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1995.

LIMA, **Enem**: saiba como fazer uma redação matadora. Disponível em: <<http://www.lima,educaterra.terra/noticias/2006/07/27/003.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. 109. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

MARCHEZAN, R. C. Diálogo. In: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-31.

MARTINEZ, P. **Direitos de cidadania**: um lugar ao sol. São Paulo: Scipione, 1996.

MAZZUOLI, V. de. O. **Direitos humanos, cidadania e educação**: do pós-segunda guerra à nova concepção introduzida pela constituição de 1988. Revista Diálogo Jurídico - n. 4, Jul. 2001. Disponível em <<http://br.vlex.com/vid/cidadania-pos-segunda-guerra-introduzida-59632262>>. Acesso em: 06 jun. 2009.

MIOTELO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin**: conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-76.

NUNES, J. H. Constituição do Cidadão Brasileiro: discursividade da Moral In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania**: português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. cap. 1, p. 19-30.

SOUZA, P. N. P. de.; SILVA, E. B. da. **Como entender e aplicar a nova LDB: Lei nº 9.394/96**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

STELLA, P. R. Palavra. In: BRAIT, B. (Org). **Bakhtin**: conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 177-200.

ANEXOS

**pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!
Get yours now!**

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

ANEXO A

Processo Seletivo Unificado 2008 - Redação

4 saúde

FOLHA DE S. PAULO

Folhateen

segunda-feira, 29 de outubro de 2007

até a última gota

>>> Novas pesquisas indicam que adolescentes começam a beber cada vez mais cedo e de forma abusiva

LETICIA DE CASTRO
DA REPORTAGEM LOCAL

espera de feriado em uma escola de elite da zona oeste de São Paulo. Quando soa a campainha que marca o fim das aulas, o destino é o mesmo para vários alunos: o boteco mais próximo.

Sinuca, cerveja e pandeiro embalam o início da tarde. Para alguns, a balada vespertina é eventual. Mas, para outros, como Rafael, 15, o bar é passagem obrigatória depois das aulas.

Pelo menos quatro vezes por semana, ele toma entre quatro e cinco garrafas de cerveja com os amigos, enquanto joga uma partida de sinuca na saída do colégio. Na sexta, inclui também quatro doses de pinga.

"Geralmente bebo porque estou de saco cheio da semana queiro dar um 'relax'. Gosto de ficar bêbado", conta o estudante. Para ele, que se considerava um garoto tímido e "travado" até dois anos atrás, a bebida "facilita várias coisas". "O humor muda, a auto-estima melhora, fica mais fácil de interagir."

Rafael provou bebida alcoólica, oferecida pelos pais, aos nove anos, e começou a beber com regularidade aos 12.

O caso de Rafael não é exceção. Ele ilustra uma tendência de comportamento que especialistas já detectaram entre os adolescentes brasileiros: eles começam a beber cedo e muitos bebem de forma abusiva.

Uma pesquisa elaborada pela Unifesp em parceria com a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas) — o 1º Levantamento Nacional sobre os Padrões do Consumo de Alcool na População Brasileira, realizado entre novembro de 2005 e abril de 2006 com dados representativos de 100% da população bra-

sileira —, mostra que a idade de início de consumo de álcool diminuiu nos últimos anos.

Adolescentes que têm hoje entre 18 e 25 começaram a beber aos 15,3, enquanto jovens de 14 a 17 anos começaram aos 13,9 anos.

"É uma adolescência bastante tenra. Provavelmente isso é uma tendência que vem acontecendo há muito tempo, de geração em geração", diz a psicóloga Ilana Pinsky, uma das responsáveis pela pesquisa.

De acordo com o estudo, dois terços dos adolescentes são abstinentes. Mas 16% do total — ou metade dos que consomem álcool — já beberam em "binge" (termo técnico que significa pelo menos quatro doses em uma mesma ocasião), considerado o padrão de consumo de maior risco. Entre esses, 30% fizeram isso duas vezes por mês ou mais no último ano.

"O que importa não é se um ou dois terços bebem, mas como eles bebem. O problema é que, entre os que bebem, muitos bebem de forma abusiva", completa a estudiosa.

Apesar de ser proibido vender bebidas alcoólicas para menores de idade, há pouca fiscalização, e são raros os bares que pedem documento de identidade para jovens. A facilidade de comprar, o preço baixo (o Brasil está entre os países em que a cerveja é mais barata) e a grande tolerância social à bebida são fatores que contribuem para o início precoce do consumo de álcool. "No Brasil, o álcool, além de ser altamente tolerado, é até estimulado; é visto como uma coisa obrigatória em muitas situações", comenta Ilana Pinsky.

"Os adolescentes têm dificuldade de ver a bebida como uma droga, como um problema", diz

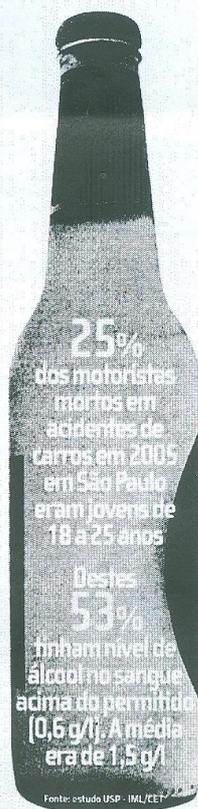
a psiquiatra Sandra Scivoletto, chefe do Ambulatório de Adolescentes e Drogas da Faculdade de Medicina da USP.

Colega de escola de Rafael, João, 16, tem uma rotina parecida com a dele. Bate cartão no boteco ao lado da escola quase diariamente. Depois de tomar cerveja no bar, ele vai para a casa e dorme. Chega atrasado na escola frequentemente e está indo tão mal que se já considera praticamente reprovado. "Vou mudar para uma escola mais fácil para não perder o ano", admite.

O caso de João ilustra uma das principais consequências do uso abusivo de álcool na adolescência: o baixo desempenho escolar. "O jovem que bebe fica mais lento e com a atenção instável", diz a psiquiatra Ana Cecília Marques, pesquisadora da Unidade de Alcool e Drogas (UNAD) da Unifesp.

Além disso, a exposição a doenças sexualmente transmissíveis e a acidentes de carros também são agravadas pelo álcool. "Em grande quantidade, o álcool desinibe, diminui a atenção e provoca a perda dos reflexos. O adolescente ainda não tem a compreensão perfeita da realidade, por isso está exposto a muito mais riscos que um adulto diante de uma intoxicação alcoólica", diz a presidente da Aboad (Associação Brasileira de Estudos de Alcool e Drogas), Analice Gigliotti.

A longo prazo, os efeitos são ainda mais nocivos. "A adolescência é a fase em que o cérebro tem mais condições fisiológicas de receber e processar informações. O excesso de álcool dificulta o processo de aprendizagem. Isso pode resultar num adulto com menos habilidades intelectuais", afirma o toxicologista Anthony Wong, da USP.





Relaxe, é só um vestibular.

"A palavra é o meu domínio sobre o mundo."
Clarice Lispector

PARA PROPOSTA DE REDAÇÃO LEIA OS TEXTOS ABAIXO E A POESIA DA PÁGINA 3

Folhateen

FOLHA DE S. PAULO

saúde 5

segunda-feira, 29 de outubro de 2007

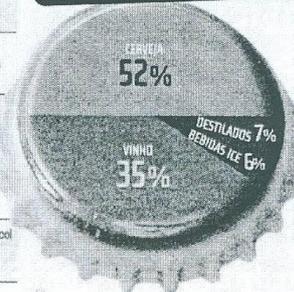
A BEBIDA PELO MUNDO

IDADE* CURIOSIDADE

-  18 Uma pesquisa em duas cidades do Estado de SP concluiu que 85% dos bares pesquisados vendem bebidas alcoólicas para adolescentes.
-  21 É proibido beber nas ruas. Em alguns Estados, a pessoa pode ser multada mesmo colocando a lata ou garrafa de bebida dentro do saco de papel marrom.
-  16 O índice de morte por problemas relacionados ao álcool praticamente dobrou de 1991 a 2005. Foi de 6,9% para 12,9%.
-  16 O álcool é a substância da qual os alemães mais abusam. Há cerca de 2,5 milhões de alcoolistas no país de 82 milhões de pessoas.
-  18 Os gastos anuais com problemas relacionados ao álcool são de US \$ 7,6 bilhões. A cada ano, 3.000 morrem em decorrência do álcool e 65 mil são hospitalizadas.
-  18 Nas últimas duas décadas, o consumo de vinho caiu mais da metade e o de cerveja aumentou, com aumento de problemas de saúde pública relacionados.
-  18 Segundo pesquisa da ONU do ano passado, os adolescentes colombianos são os que mais bebem na América Latina (51,9%). O Brasil está em terceiro lugar.

Fonte: Organização Mundial de Saúde, 2004. (dados mais recentes disponíveis)
*idade mínima para o consumo legal de álcool

O QUE BEBEM OS ADOLESCENTES



Fonte: III Levantamento Socioeconômico, Psicológico e Cultural em São Paulo, 2004. Instituto de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos



O QUE CADA DOSE SIGNIFICA?

Uma dose equivale a uma lata de cerveja, uma taça de vinho ou uma dose de uísque

1 a 3 doses

I Can Drive When I Drink

> Rosto vermelho e verbosidade (muitas palavras com poucas ideias)

7 a 9 doses

I Can Drive When I Drink

> Visão borrada, fala confusa e reflexos mais lentos

10 a 15 doses

I Can Drive When I Drink

> Falta de coordenação grave, perda de equilíbrio e visão dupla

20 ou mais doses

I Can Drive When I Drink

> Confusão mental, séqüida de coma e morte

> eu posso dirigir quando bebo

Fonte: B. Simpson do Instituto de Saúde da Universidade de São Paulo, 2007

25% de motoristas mortos em 2005 eram jovens

DA REPORTAGEM LOCAL

Quando tinha 22 anos, Vitor, hoje com 24, entrou com seu carro no meio de uma praça em São Paulo, voltando de uma balada. "Eu estava muito bêbado. Até tinha noção do perigo, mas achava que tinha condições de dirigir", diz o estudante.

Por sorte, o acidente não teve vítimas. A praça estava vazia, e Vitor não se machucou. Depois disso, ele garante que nunca mais pegou o carro bêbado. "Peguei para algum amigo sobrio dirigir ou peguei um táxi. Eu poderia ter morrido naquele dia ou, o que é pior, ter matado alguém", observa.

Haroldo, 21, também já correu perigo quando pegou carona com um amigo bêbado. "O cara passou no sinal vermelho, e um ônibus bateu na porta do passageiro, em que eu estava sentado", lembra. Por sorte, novamente nada aconteceu.

Os dois estudantes estão na faixa etária que mais bebe. Segundo o estudo da Unifesp, 63% dos jovens de 18 a 24 anos consomem mais de três doses em um dia. Entre os que têm de 25 a 34 anos, esse índice cai para 55% e continua em queda conforme a idade avança.

Nem todos os casos em que há combinação de álcool e direção têm final feliz como esses. Segundo um estudo da faculdade de medicina da USP, 25% dos condutores de veículos mortos em 2005 em SP tinham entre 18 e 25 anos.

Desses, 54% tinham índice de concentração de álcool no sangue acima do permitido por lei (0,6 gramas de álcool por litro de sangue, o equivalente a duas ou três latas de cerveja).

Os dados, que integram a dissertação de mestrado de Julio Ponce, foram obtidos a partir do cruzamento de informações do IML e da CETAC.

POR QUE VOCÊ BEBE?

A sociedade é muito opressora e o bebida me alivia
PEDRO, 22

A bebida facilita a vida. Você fica mais desinibido com pessoas que não conhece, faz o que tem vontade. Fica mais fácil de se aproximar dos caras.
ROBERTA, 17

Gosto de cerveja porque é refrescante. Quando quero ficar bêbado, bebo tequila.
TARA, 17

Beba por uma questão social, me acostumei a beber e a gostar. Se você não bebe, não faz sentido ir a um bar, a uma festa. Você fica sem vida social.
GENISE, 21

Porque eu fico mais extrovertido, sinto vontade de beber. Se eu não bebesse, não iria a bares e teria muito menos opções para me divertir.
CARLOS, 15

É uma experiência de vida importante. É bom tomar um pouco de vez em quando porque você faz coisas que não faria normalmente, sei do seu mundo lá.
HUGO, 17

Texto 02

PRIVILÉGIO DO MAR

Neste terraço mediocrementemente confortavel,
bebemos cerveja e olhamos o mar.
Sabemos que nada nos acontecerá.

O edifício é sólido e o mundo também.

Sabemos que cada edifício abriga mil corpos
labutando em mil compartimentos iguais.
Às vezes, alguns se inserem fatigados no elevador
e vêm cá em cima respirar a brisa do oceano,
o que é privilégio dos edifícios.

O mundo é mesmo de cimento armado.

Certamente, se houvesse um cruzador louco,
fundeado na baía em frente da cidade,
a vida seria incerta...improvável...
Mas nas águas tranqüilas só há marinheiros fiéis.
Como a esquadra é cordial!

Podemos beber honradamente nossa cerveja.

Redija um texto dissertativo a respeito dos textos

ÀLCOOL E JOVENS: DESESPERANÇA OU DESTEMPERANÇA.1

1 *temperança*: 1qualidade ou virtude de quem é moderado, comedido 2 sobriedade no consumo de alimentos e/ou bebidas... Houaiss (2001) pág. 2690

Observações:

- . Não se posicione na primeira pessoa do singular.
- . Dê um título ao seu texto. Tema não é título.
- . Seja cuidadoso (a) com a apresentação estética formal.
- . Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa.
- . O texto **não** deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- . O texto deve ter, no mínimo, 20 (vinte) linhas escritas.
- . A redação deve ser desenvolvida na folha própria e apresentada a tinta.
- . Verifique os critérios para avaliação do seu texto.

ANEXO B

Oficial...

Sinal de Destemperança

As festas de fim de ano já acabaram e de acordo com as pesquisas os resultados foram frágeis. Boões jovens moveram em estudos, fazendo ofícios suas famílias.

O adolescente está acostumado a ir para festas e embriagar-se. A falta de responsabilidade e moderação chegaram aos mais baixos dos níveis. Está muito comum um se alcoolizar a ponto de colocar em risco sua vida e de outros cidadãos de bem.

O Estado também tem sua parcela de responsabilidade neste consumo excessivo de álcool pelos jovens. É necessário que se crie projetos no combate ao álcool e até em uma moderação no comércio em geral. A facilidade com que um garoto de quinze anos compra bebida alcoólica é grande, e se quiser desenfreada.

É melhor que se faça controle desta droga licita e que haja um programa de conscientização dos jovens e também dos adultos.

A família tem papel importante nisso nesta luta pois devem alertá-los e mostra-los que a bebida não é sinal de força, poder, que nem relaxa ou alegria e sim sinal de destemperança.

ANEXO C

Oficial...

Alcoolismo no Brasil e no mundo

Já no Brasil e no mundo um caso muito preocupante e que todos deveriam ter ideia de que é exagero não faz bem algum: bebida alcoólica.

Muitas pessoas dizem que bebem porque gostam e se sentem bem. Se vão a lugares como barzinhos, boates, sheppi e não fazem o uso da bebida, é como se não tivesse sentido para elas. Algumas quando bêbadas, acham-se donas da verdade, qualquer distorção é motivo para discussões e às vezes levando até a agressões físicas.

Em algumas famílias existem pais ou mães que têm esse vício e que não conseguem passar um dia sequer sem bebida, chegam até a maltratar quem convive com eles.

Em certos países a bebida também faz parte do dia-a-dia de muitas pessoas, em muitos o consumo é muito grande. Entrevistas foram feitas em todo o mundo com jovens e adolescentes e nos mostram que muitos bebem porque a sensação de estarem embriagados é boa, fascinante e fazem coisas que quando estão lúcidas não fazem. Muitos dirigem carros ou motos em alta velocidade, colocando sua vida em risco e a de outros também.

Várias pessoas já sofreram algum tipo de acidente quando embriagadas, umas por sorte estão vivas e dão testemunho do que passaram naquele momento.

Bebem moderadamente não faz mal, é bom, é prazeroso se todos tivessem consciência que o mau uso da bebida provoca, talvez não haveria tantas desgraças e desavenças e o mundo seria bem melhor!

pdfMachine - is a pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Get yours now!

"Thank you very much! I can use Acrobat Distiller or the Acrobat PDFWriter but I consider your product a lot easier to use and much preferable to Adobe's" A.Sarras - USA

ANEXO D

cial...

ie com o O

O Perigo do Alcool

Recentes pesquisas mostram que a bebida ainda é uma grande preocupação. Acredita-se que a maior parte dos acidentes devem-se ao uso abusivo do alcool.

Acidentes estes que levam a morte, e ou tres a hospitalização, trinta e oito dos brasileiros dirigem e bebem simultaneamente, e trinta e quatro por cento pegam carteira com motoristas alcoolizados, maior parte desses jovens de dezate a vinte cinco anos. O alcool em excesso é disinibe, diminui a atenção. Além disso doenças sexualmente transmissíveis também são agravadas pelo alcool.

A cerveja é a bebida que os jovens mais consomem, por ser considerada uma bebida no Brasil barata. Cinquenta e dois por cento do liquido pelo uso do vinho trinta e cinco por cento as destiladas.

Tem que a cada um nós a conscien tização, não pondo em risco nossa vida de familiares e terceiros.

ANEXO E

Oficial...

O limite da Diversão

A certeza de uma vida agitada, de compromissos inadiáveis, de prazos apertados e pouco tempo para fazer, faz das pessoas deste século verdadeiras máquinas de resultados brilhantes.

Tendo em vista que é impossível viver sem que se possa aproveitar momentos prazerosos, os jovens confundem a liberdade que temos a nosso favor, fazendo uma mistura perigosa com o risco.

Os mais jovens, fazem uso do álcool como forma de liberar as emoções contidas pela vida agitada e se divertem sem preocupações.

O que preocupa, além do excesso de álcool e outras drogas, por parte dos adolescentes, é que eles sabem do risco que correm ao usá-las.

Fica claro também que o exemplo paterno influencia muito na atitude destes jovens, fazendo-os seguidores cegos de seus progenitores.

Embora leis que proíbem a venda de bebidas alcoólicas a menores e não fiscalizam, é o mesmo que nada.

A venda deve ser controlada não só na concentração dos jovens e de seus pais, porque só é possível reverter este quadro preocupante se estiverem envolvidos, governo e família.

O álcool é uma droga lícita, portanto pode ser usada, no entanto como o trabalho e o lazer, deve ter limite.

ANEXO F

Oficial...

A Cerveja

A bebida alcoólica, colocando como exemplo a cerveja, já faz parte de uma cultura existente em nosso país. Infelizmente, jovens para poder participar dos grupinhos de amigos, sempre bebem para perder a *Voe* timidez e criar coragem para as bagunças. Sempre para se destacar, um quer beber mais que o outro. Em todas as ocasiões, sempre tem a "gelada" nos eventos; a turma vai jogar uma partida de futebol, no final, está lá ela, bem gelada junto com um tira-gosto. Bateu o sino do final da aula, sempre tem a turma do boteco próximo da escola.

Reg. N
SI
DT Hoje, muito induz um jovem ao consumo de álcool. É próprio ver, o jovem já percebe que seu pai consome uma cerveja e outra. Quando liga a televisão, mesmo quando está sendo transmitido um evento esportivo, sempre tem uma propaganda de cerveja.

CV Portanto, os jovens de hoje e referem do álcool, onde ele vai, está lá sempre alguém ou alguma propaganda para induzi-lo ao consumo.

ANEXO G

Oficial... *A influência do álcool nos jovens*

com o C

Hoje em dia os jovens estão bebendo bebidas alcoólicas cada vez mais cedo, muitas vezes por influências de amigos ou até mesmo por exemplos de pais alcoolatras. O álcool está presente na vida dos jovens como uma coisa essencial para sua integração em grupo, principalmente aqueles que se consideram mais tímidos, com dificuldade de fazer novas amizades e até mesmo namorar.

Por que o álcool de certa forma o deixa desinibido com mais facilidade de se relacionar e isto é muito ruim, porque a pessoa vai querer beber cada vez mais, pois vai achar que sem o álcool ela não vai conseguir fazer novas amizades. E isto vai se tornando um vício cada vez maior que vai ocasionar sérios problemas para estes jovens e também para seus familiares.

Mesmo o álcool sendo proibido para menores de 18 anos, você ainda vê jovens menores bebendo, deveria ter uma fiscalização mais severa para quem vende e uma punição maior. Quem sabe assim os jovens não iniciariam a vida alcoólica.

a
p

ANEXO H

Oficial...

im o Ofi

Educação vem de berço

Hoje em dia é muito comum vermos adolescentes bêbados em bares e principalmente em festas. Isto acontece na maioria das vezes por influência de amigos, e por inerência que parece, até mesmo da própria família, que em grande parte possui bebida alcoólica dentro de casa.

Eis então a questão... A família deve proibir, evitando a entrada de bebida alcoólica em seus lares, ou não?!

O que falta, é o diálogo entre pais e filhos, pois é através deste que pode-se evitar muitos problemas, não só da bebida como muitos outros.

Além disso, também deveria haver de nossos governantes um processo mais rigoroso quanto à venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. Pois todos temos a experiência de que a maioria dos acidentes ocorridos por automóveis são por pessoas alcoolizadas, que em grande parte acabam prejudicando também pessoas que se quer tinham culpa.

Então, como dizem: "Educação vem de berço". Isso seria melhor incentivarmos pais e mães a terem mais diálogo com seus filhos desde a infância, mostrando e citando ~~os~~ ~~seus~~ ~~anteriores~~ ~~problemas~~ de bebida alcoólica. É um pura, batendo sempre na mesma tecla de que "se for dirigir não beba, e se for beber não dirija", pois além de proteger sua própria vida você estará salvando a vida de muitas outras pessoas.

ANEXO I

Oficial...

Alcool e jovens

Alcoolismo e direção.

Jovens a cada vez mais cedo começam a beber, sair de casa, ir para as baladas. gJ

Deixando seus pais, familiares preocupados.

Acredita-se com direito aos podem fazer de tudo o que querem. DT

Pois e não ter horário para chegar em casa. fumam, usam drogas, são estilistas. CO

Os jovens sem avisar os pais, pegam o carro para passarem escondidos. A

Reune os amigos e vão para um bar. gJ

Ali se encontra menores de idade, condutores dos veículos sem habilitação. A falta de responsabilidade sempre começa com convidados de amigos, vamos voltarmos logo. gJ

Você precisa relaxar pelo menos no final de semana. Os adolescentes abusam da bebida, depois sem cuidado dirigem. DT

Não pensam em suas vidas e de outros. gJ

Querem emoção adrenalina. É preciso preocupar mais com você, sua vida é única prezem-se. a. CO
Somos jovens temos tudo para viver e aprender.

ANEXO J

Textual...

Tristezas

A falta de estrutura familiar, diálogo, atenção, tem feito com que muitos jovens se interessem em destinos pouco promissoras.

Os pais, a cada dia mais tem perdido os seus filhos, não perdido somente pela morte não; perdido por não os conhecerem, por não participarem de seus mundos de suas vidas. Jovens e adultos se aventuram em bebidas, drogas e muito mais para obter REFÚGIOS. Refúgio esse que não os levam a lugar algum, ou melhor, poderiam ser levados a lugares terríveis, a sonhos inalcançáveis.

Seja qual for o vício, ele trará somente a Alegria momentânea, ilusória, que quando acaba, na melhor das hipóteses trará uma terrível (sensação) digo frustração, coisas ruins poderiam acontecer.

Maiores o que fazer? — De qualquer maneira todos sumos-Atin-Gides, toda uma sociedade.

A bebida é só o início de muitas outras "drogas" e é a partir daí que acontece tantas desgraças, alcoolismo, dependência química, doenças, assassinatos, suicídios, roubo e muita tristeza.

ANEXO K

Oficial...

Porquê bebemos?

A bebida nos chama a atenção desde crianças. Bem os nossos pais bebendo e na maioria das vezes muito felizes. Quando crianças damos asas a imaginação e insistentemente vemos a bebida como algo bom que nos faz ficar alegres.

Quando nos tornamos adultos e começamos a enfrentar os problemas que a vida realmente tem, é que começamos a pensar ~~no~~ no efeito que o álcool pode causar nas pessoas. Os seres fogem para o uísque e mel para outras. Alguns são passivos e outros já se mostram mais agressivos. A maioria dos jovens bebem para fugir de algum problema, acham que bebendo não esquecem, mas o resultado é que os seres ao fugir de um, sem outro ainda maior em consequência do álcool que na maioria dos seres é o causador de muitas mortes, sejam elas por acidentes ou brigas. Sem contar no baixo rendimento escolar e também no trabalho. Na maioria dos seres bebem para relaxar e quando se dão conta não conseguem mais parar e se tornam viciados.

Então, devemos pensar muito em nossos filhos, mostrar a eles que a bebida não é solução de problemas e que em excesso é prejudicial à Saúde.

Devemos beber sim, mais socialmente, agindo assim estaremos contribuindo para uma vida melhor.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)